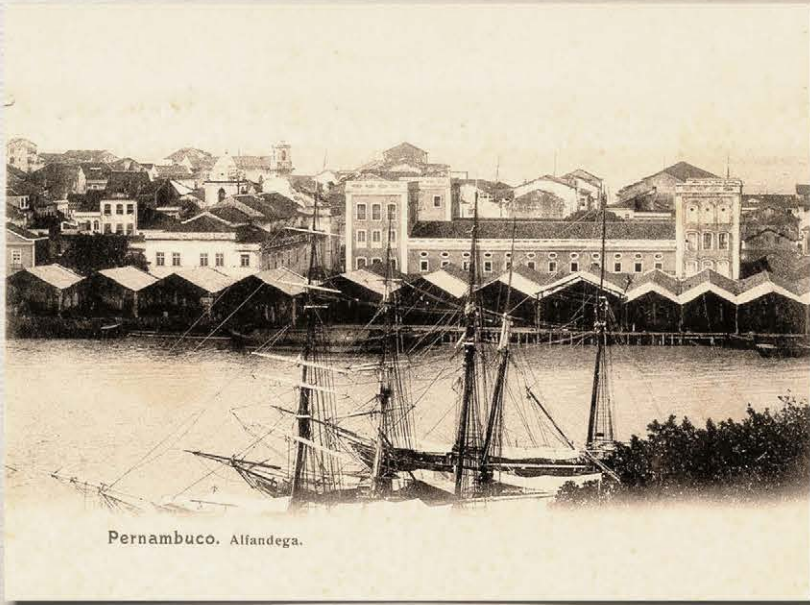




ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA: O SÉCULO XIX NA OBRA DE GILBERTO FREYRE



André Heráclio do Rêgo



ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA
O SÉCULO XIX NA OBRA DE GILBERTO FREYRE

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora
Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Senador Eduardo Gomes
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Chico Rodrigues
Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus
Senadora Soraya Thronicke

Ilana Trombka
Diretora-Geral

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa

Membros da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador:

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão

Senadora Jussara Lima
Vice-Presidente da Comissão

Senador Humberto Costa
Senador Efraim Filho
Senadora Augusta Brito
Senadora Janaína Farias

Senador Fernando Dueire
Senadora Ana Paula Lobato
Senador André Amaral

Secretaria da Comissão

Lenita Cunha e Silva

Breno de Lima Andrade

André Heráclio do Rêgo

ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA
O SÉCULO XIX NA OBRA DE GILBERTO FREYRE

Brasília
2025

SENADO FEDERAL



Edições do Senado Federal, vol. 342

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Secretaria de Editoração e Publicações

Diretor: Rafael André Chervenski da Silva

Coordenação de Pré-Impressão

Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

Serviço de Formatação e Programação Visual

Chefes: Eduardo Franco, Leonardo Matoso e Rodrigo Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Eduardo Franco

Capa: Vanessa Rodrigues e Leonardo Matoso

Serviço de Revisão

Chefes: Marco Aurélio Couto e Mariana Sanmartin

Revisão: Anderson Gonçalves e Rodrigo Barreto; André Heráclio do Rêgo (autor)

Serviço de Controle da Pré-Impressão

Chefes: Claudio Portella e Moisés Nazario

Revisão técnica: Bárbara Tavares

Imagem da capa: Vista da Alfândega de Pernambuco e do rio Capibaribe. Recife. Cartão postal. Década de 1900. Produzido pela Casa Ramiro M. Costa & Filhos. Coleção José Luiz Mota Menezes.

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

Conselho Editorial

Presidente: Senador Randolfê Rodrigues

Vice-presidente: Esther Bemerguy

Conselheiros

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flavia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Organização e revisão: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Rêgo, André Heráclio do.

Entre o império e a república : o século XIX na obra de Gilberto Freyre / André Heráclio do Rêgo. — Brasília : Senado Federal, 2025.

195 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 342)

Publicação para a celebração do bicentenário da Confederação do Equador no Senado Federal, realizada com o apoio da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador.

Inclui notas explicativas, bibliográficas e bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-616-4

1. Confederação do Equador (1824), história. 2. Império (1822-1889), crítica e interpretação. 3. República (1889-), crítica e interpretação. 4. Historiografia, Pernambuco. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva – CRB-1 2102

Sumário

- 7 Agradecimentos da Comissão
- 9 Prefácio
- 11 Apresentação
- 13 Introdução
- 37 Capítulo 1: O movimento da Independência
- 57 Capítulo 2: O processo revolucionário
- 95 Capítulo 3: As singularidades da Monarquia
- 111 Capítulo 4: Monarquia e República: continuidade e ruptura
- 135 Capítulo 5: O Império e a unidade nacional
- 149 Capítulo 6: O Oriente no Novo Mundo: os três primeiros séculos da formação brasileira
- 161 Capítulo 7: Oriente x Ocidente: a Monarquia e a reeuropeização do Brasil no século 19
- 173 Considerações e sugestões
- 187 Obras de Gilberto Freyre utilizadas
- 191 Referências bibliográficas
- 195 Sobre o autor

Agradecimentos da Comissão

A Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador — CTI200CONFEQ agradece às autoras, aos autores e aos organizadores que colaboraram para a nossa coleção de publicações, lançando renovada luz sobre os acontecimentos revolucionários de 1824 e seus desdobramentos. Destacamos as contribuições de André Heráclio do Rêgo, George Félix Cabral de Souza, Josemir Camilo de Melo, Júlio Lima Verde Campos de Oliveira e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho.

Diversas instituições contribuíram para a realização dos objetivos dos trabalhos para a celebração do bicentenário da Confederação do Equador no Senado Federal.

Em Pernambuco: Academia Pernambucana de Letras; Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE); Casa da Cultura de Pernambuco; Comissão das Atividades Comemorativas ao Bicentenário da Confederação do Equador do Governo do Estado de Pernambuco; Companhia Editora de Pernambuco (CEPE); Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Grande Loja Maçônica de Pernambuco; Grande Oriente do Brasil em Pernambuco (GOPE); Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); Memorial da Justiça (Tribunal de Justiça de Pernambuco); Museu da Cidade do Recife; Museu do Estado de Pernambuco (MEPE); Museu Militar do Forte do Brum; Museu Murillo La Greca; Universidade Católica de Pernambuco (Unicap); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE) e Vice-Governadoria do Estado de Pernambuco.

No Ceará: Centro Cultural do Cariri Sérvulo Esmeraldo; Centro Cultural Mercado Eufrásio Barbosa; Forte de Nossa Senhora da Assunção — Comando da 10ª Região Militar; Governo do Ceará; Instituto do Ceará — Histórico, Geográfico, Antropológico; Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Governo do Ceará; Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf); Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na Paraíba: Assembleia Legislativa da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); Museu Histórico de Campina Grande; Uni-

versidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFPB).

No Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); Instituto Moreira Salles; Paço Imperial e Palácio Tiradentes.

Agradecemos também aos integrantes do Gabinete da Senadora Teresa Leitão: Ana Maria Leonardi, Alessandra Aparecida Garcia, Camilla Rosa Soares Campos, Carlos Augusto Abicalil, Erika Leal Mello, Hugo Ferreira Rodrigues, Jaqueline Lira Barbosa, José Aparecido Maurício de Santana, Maria Corina David de Moraes Klautau, Maria Vitória Oliveira Freire, Mariana Farias Leal, Pedro Luiz de Souza Campos Prado, Thássia Azevedo Alves e Walisson Maurício de Pinho Araújo.

Nossos penhorados agradecimentos à Secretaria-Geral da Mesa, à Secretaria de Comissões e aos integrantes da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito: Antonio das Dores Pereira da Silva Neto, Breno de Lima Andrade, Keny Cristina Rodrigues Martins, Lenita Cunha e Silva e Victor Ramon Gonçalves Ferreira.

Destacamos ainda nossa gratidão a Dario Alberto de Andrade Filho, José Dantas Filho e Vinícius Machado Calixto, da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Os trabalhos de divulgação do Bicentenário da Confederação do Equador não teriam o mesmo alcance sem o apoio da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, em especial da TV Senado, a quem agradecemos nas pessoas de Argemiro de Figueiredo Neto, Diana Rocha Svintiskas e Glaucciene Diniz Lara.

Registramos nosso reconhecimento ao corpo técnico da Diretoria-Geral do Senado Federal, representado por Ilana Trombka, e o da Secretaria de Editoração e Publicações, sob a direção de Rafael André Chervenski da Silva.

Um agradecimento especial ao escritor Luiz Cláudio Aguiar e a Marcia Angela da Silva Aguiar, presidenta da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Menção honrosa aos cinco pesquisadores ligados à Universidade Federal de Pernambuco que colaboraram intensivamente com a consecução de alguns dos produtos desta Comissão: professores George Félix Cabral de Souza e Marcus Joaquim Maciel de Carvalho; e mestrandas Giovanna Gouveia Garrett, Letícia Serrano Marinho de Araújo e Maria Andreza Ferreira.

Prefácio

Ainda em dezembro de 2023, instalou-se no Senado Federal a Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador. O Senado, Casa da Federação, é o locus ideal para reavivarmos a memória desse movimento fundamental na construção de identidades, restabelecendo a verdade histórica sobre suas reivindicações.

A historiografia tradicional do Império nos falava de um movimento de cunho separatista, muito distante de seu real conteúdo político, focado na proteção das liberdades individuais e na luta por uma sociedade mais justa. Propunha-se uma nação que deveria ser fundada, no momento de Independência do Brasil, no respeito à autonomia política e econômica de suas partes constituintes e à vontade soberana do povo.

Lutou-se, principalmente, contra o autoritarismo de dom Pedro, responsável pelo fechamento à força da Assembleia Constituinte em 1823, e contra o centralismo político do Império proposto pelas elites presentes nas províncias próximas à capital, aliadas ao Imperador.

Existe toda uma nova historiografia, produzida a partir de fontes históricas e abordagens modernas, que descarta de forma contundente o viés pretensamente separatista dado pela interpretação tradicional. Seja nos escritos de Frei Caneca, principal pensador do movimento, seja na proclamação da confederação, fica claro o convite à adesão de todas as outras províncias do Brasil.

Da mesma forma, a documentação mostra hoje uma participação ampla de diferentes grupos sociais — mulheres, negros, indígenas, intelectuais, militares, religiosos, proprietários rurais, entre outros — que dá ao movimento uma insuspeita abrangência que ultrapassa os limites das elites latifundiárias que dominavam o país.

Cabe à Comissão ajudar a difundir essa nova historiografia, razão pela qual foram selecionadas as obras que compõem esta coleção.

Grande parte dos trabalhos, apresentados na forma de livros completos ou artigos, está sendo publicada pela primeira vez. Mas a coleção também

oportuniza republicações de textos centenários, impedindo que sejam esquecidos no tempo.

Aos leitores desta coleção, desejamos que os conhecimentos proporcionados despertem um sentimento de pertencimento, principalmente ante o fato de que vários dos temas colocados em pauta, há 200 anos, pelos participantes do movimento, mantêm um caráter ainda atual.

Democracia, participação, autonomia dos entes federados, justiça social, liberdades básicas individuais, combate ao autoritarismo e à desigualdade são elementos muito caros à construção e manutenção da nossa sociedade.

A derrota da Confederação do Equador pela via militar e, mesmo, o sistemático apagamento de suas principais lideranças foi incapaz de fazer sumir suas propostas, desde então definitivamente incorporadas à nossa história.

A todos, uma boa leitura

Senadora Teresa Leitão

Presidenta da Comissão Temporária Interna em
Comemoração aos 200 anos da Confederação
do Equador — CTI200CONFEQ

Apresentação

Um dos intelectuais que mais se destacaram na tentativa de substituir o “olhar estrangeiro” por um olhar nacional na compreensão do Brasil foi sem dúvida Gilberto de Mello Freyre, inclusive por conta da vastidão de sua obra. Com efeito, para Evaldo Cabral de Mello, a riqueza e a variedade da obra do mestre de Apipucos exigiram o “trabalho aturado” de muitos especialistas para ser bem compreendida.

Até Freyre a historiografia brasileira conhecia muito pouco em matéria de História social. Só Capistrano de Abreu se havia aventurado por este caminho, e ainda assim de forma esparsa. E sem continuidade. “Os historiadores desconheciam o povo, como continuam a desconhecê-lo”, acusou José Honório Rodrigues. A História social teve assim seu iniciador em Capistrano de Abreu e seu continuador no sociólogo pernambucano, “pela maior atenção ao povo, às frustrações psicológicas, às alterações nas relações de família, às atitudes e ajustamentos sociais, às crenças fundamentais”.

O mestre de Apipucos sugeriu que sua própria ambição seria a de ser o Ticiano ou o El Greco da História brasileira. Esses dois pintores, bem como Rembrandt, valeriam mais, para tais propósitos, por sua habilidade de evocação da vida e da atmosfera que circundava seus modelos do que pela beleza estrita de suas obras.

Ganha corpo nesse sentido a interpretação de Evaldo Cabral de Mello da obra gilbertiana. Para esse seu primo, a novidade da sua abordagem consistia na transposição, para uma sociedade de tipo histórico, como a brasileira, até então examinada exclusivamente a partir dos métodos diacrônicos da História, da visão sincrônica desenvolvida pela antropologia para a descrição das sociedades primitivas. “O que era então uma ousadia teórica habilitou o mestre de Apipucos a dar uma das contribuições mais originais à cultura ocidental do século XX”, concluiu Evaldo Cabral de Mello.

Oliveira Lima, por quem Gilberto Freyre nutria uma grande admiração, que aliás era recíproca da parte do historiador e diplomata pernambucano, parece ser o sujeito oculto das influências freyreanas, pelo menos durante um certo período. Assim, conquanto o mestre de Apipucos tenha sido um

grande divulgador da obra do dom Quixote Gordo, o reconhecimento de sua influência sobre a própria, ademais de escasso, é esporádico. Com a crítica é pior ainda: escreveu-se muito sobre Franz Boas e Gilberto Freyre, sobre o pensamento hispânico na obra freyreana, sobre Gilberto Freyre vitoriano nos trópicos, mas pouquíssimo sobre a influência de Oliveira Lima.

“O lugar de Freyre na História está seguro, graças particularmente a sua interpretação do Brasil, a mais famosa das três interpretações clássicas [...] com implicações também para outras partes do globo”, no caso os países de herança lusitana ou espanhola. A obra de Gilberto Freyre influenciou fortemente a maneira como o brasileiro de hoje vê o seu passado, tendo contribuído, com sua obra de hermenêutica da sociedade nacional, para a valorização desse mesmo passado e para a identificação de ligações que a sociedade vem transportando do passado para a formação das imagens que, em cada presente, se desenham do próprio presente, e também do futuro do país.

O problema é que os estudiosos de Freyre têm dedicado um interesse desproporcionado por um único dos seus livros. Trata-se de *Casa-Grande & Senzala*. Com efeito, como observa Peter Burke, “mesmo tendo sido prolífico em seus escritos e amplo em seus interesses, Gilberto Freyre é mais lembrado por um só livro, publicado em 1933, quando o autor tinha 33 anos”.

O leitor poderá observar, no decorrer da presente obra, que a análise de Gilberto Freyre sobre o século XIX não se limitou, de forma alguma, a Pernambuco e ao Nordeste. Ao contrário, sua abrangência é nacional: o mestre de Apipucos tratou repetidamente de personagens como José Bonifácio e dom Pedro II, e de temas como a unidade nacional e a integridade territorial, ademais do movimento da Independência. O que ocorre é que fez isso em obras esparsas, publicadas em coletâneas, em plaquetes e em artigos de jornal, que, na sua maior parte, não tiveram a boa sorte de ser reunidas em volume mais vistoso. Esta é a matéria do livro que o leitor tem em mãos. Ele se baseia nessa obra esparsa de Gilberto Freyre e, complementarmente, naquelas obras “maiores”, mencionadas por Peter Burke e Evaldo Cabral de Mello, ademais de trechos de várias outras em que se fazem referências e considerações sobre o século 19 no Brasil, seus personagens e seus temas.

Paulo Roberto de Almeida

Introdução

Pensar o Brasil tem sido quesito fundamental para as inúmeras gerações de intelectuais comprometidas em construir a nacionalidade. A inteligência, às voltas com a construção da nação, procurou vencer uma marca de origem: o país se constituiu a partir do “olhar estrangeiro”¹.

Um dos intelectuais que mais se destacaram nessa tentativa, a de substituir o “olhar estrangeiro” por um olhar nacional na compreensão do Brasil, foi sem dúvida Gilberto de Mello Freyre, inclusive por conta da vastidão de sua obra. Com efeito, para Evaldo Cabral de Mello, a riqueza e a variedade da obra do mestre de Apipucos exigiria o “trabalho aturado” de muitos especialistas para ser bem compreendida².

Já Antonio Candido, referindo-se a *Casa-Grande & Senzala, Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, os três livros clássicos dos intérpretes do Brasil na década de 1930, observou que eram esses os livros que se podiam considerar clássicos, por exprimirem a mentalidade ligada ao sopro do radicalismo intelectual e da análise social que eclodiu depois da Revolução de 30. “Pois, muito mais que um avanço na interpretação do país, a obra de Gilberto Freyre propiciou o rompimento ‘com a messe estreita’ do racionalismo iluminista”³.

Nesse sentido, para seu grande amigo José Lins do Rêgo, Freyre era melhor historiador do que Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e, menos co-

¹ LIPPI, Lucia. “Ordem e progresso em Gilberto Freyre”. In KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.), LEPINE, Claude (org.), PEIXOTO, Fernanda Areas (org). Gilberto Freyre em quatro tempos. São Paulo UNESP, 2003, p. 136.

² MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilbertiano. In FALCÃO, Joaquim, ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O Imperador das ideias. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro Topbooks 2001, p. 19.

³ LIMA, Luís Costa. A versão solar do patriarcalismo. In: LIMA, Luís Costa. A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa. São Paulo: Rocco, 1989, p. 194.

nhecido, Alfredo de Carvalho, pois reunia as grandes qualidades dos três: a expressão literária de Joaquim Nabuco, o sentido de humor e a bondade de Oliveira Lima e a intuição da verdade de Alfredo de Carvalho; e acrescentaria a isso um senso crítico como nunca existiu entre nós. E José Lins prossegue: “a História que Gilberto sabe e escreve tem mais uma expressão de vida que de pura memória. É uma História com sangue, mais humana do que sábia”. E conclui: “a obra que Capistrano não quis concluir é esta que Gilberto Freyre vai começar”⁴.

Com efeito, até Freyre, a historiografia brasileira conhecia muito pouco em matéria de História social. Só Capistrano de Abreu se havia aventurado por esse caminho, e ainda assim de forma esparsa e sem continuidade. “Os historiadores desconheciam o povo, como continuam a desconhecê-lo”, acusou José Honório Rodrigues⁵.

A História social teve assim seu iniciador em Capistrano de Abreu e seu continuador no sociólogo pernambucano, “pela maior atenção ao povo, às frustrações psicológicas, às alterações nas relações de família, às atitudes e ajustamentos sociais, às crenças fundamentais”.

A História do Brasil era, portanto, essencialmente História social, com realce e destaque dos aspectos mais íntimos, mais silenciosos, mais recônditos da gente brasileira, grande ou humilde⁶. Essa História do Brasil dos primeiros tempos, como mostrou Freyre, tem assim algo em comum com a História da Europa medieval na visão de Huizinga, ou seja, o fato de terem sido essencialmente sociais⁷.

Aqui entramos num terreno interessantíssimo, o das influências que o mestre de Apipucos recebeu ou distribuiu, e mesmo do que ele denominava antecipações, ou seja, descobertas e percepções anteriores ou contemporâneas

⁴ Rêgo, José Lins do. “O próximo livro de Gilberto Freyre”. In: FONSECA, Edson Nery da. Casa-Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, 1985, p. 40 e 41.

⁵ RODRIGUES, José Honório. “Casa-Grande & Senzala, um caminho novo na historiografia. In: Gilberto Freyre: Sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962, p. 435.

⁶ *Idem*, p. 435.

⁷ *Ibidem*, p. 436.

do mesmo fenômeno feitas por autores diferentes que não se conheciam. Como dizia o sociólogo pernambucano, ele havia bebido o leite de muitas vacas, mas o queijo resultante era de sua exclusiva autoria.

É assim que Otto Maria Carpeaux comparou sua obra máxima, *Casa-Grande & Senzala*, aos livros de Jacob Buckhardt sobre o Renascimento e de Johan Huizinga sobre o outono da Idade Média⁸.

Freyre reconheceu seu débito com Oswald Spengler, a partir do qual passou a tratar a “casa-grande como o símbolo de um tipo de sociedade, e com os irmãos Goncourt e sua História íntima”⁹. Sua abordagem da História, sobretudo a cultural, por outro lado, deve mais aos antropólogos e sociólogos da cultura, como Franz Boas, Ruth Benedict e outros¹⁰.

Mas parece não ter conhecido o trabalho de Burckhardt, de Huizinga, de Norbert Elias ou de Philippe Ariès, e descobriu os trabalhos de Bloch e Braudel muito tarde para ter sido influenciado por eles¹¹.

Aqui cabe uma questão de prioridade de influências: não terá sido Braudel o que foi influenciado pelo sociólogo pernambucano? Com efeito, dois anos mais moço do que Freyre, Fernand Braudel descobriu o trabalho do pernambucano quando lecionava na Universidade de São Paulo — USP, no final dos anos 30, e escreveu um artigo crítico entusiástico, publicado em 1943¹².

Seja como for, o trabalho do pernambucano guarda afinidades com o do já mencionado Huizinga, como retrato de uma era; com o de Philippe Ariès, pela sua preocupação com a História da infância e da família; e com o de Norbert Elias no domínio da História da cultura material. Poderia mencionar ainda as semelhanças com a obra de Georg Simmel, teórico social impressionista, e com a de Pierre Bourdieu, que via sua própria cultura

⁸ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural. In: LUND, Joshua e McNee, Malcom (eds.) Gilberto Freyre e os estudos latino-americanos. Pittsburg: Universidade de Pittsburg, 2006, p. 335.

⁹ *Idem*, p. 343.

¹⁰ *Ibidem*, p. 343.

¹¹ *Ibidem*.

¹² BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo Ed. da UNESP, 2009, p. 315.

com olhos estrangeiros antropológicos. Peter Burke resumiu esse quadro de influências possíveis ao afirmar que o mestre de Apipucos havia “tropicalizado” as ideias de pensadores estrangeiros¹³.

Assim, e no que se refere especificamente a Burckhardt e a Huizinga, anteriores cronologicamente a Freyre, as aproximações se dão sobretudo no contexto da tentativa e intenção comum a esses três autores de “pintar” o retrato de um período, comparando sua técnica à de Rafael ou à de Ticiano; e, tal como aqueles autores, foi criticado por pintar retratos estáticos e por negligenciar uma discussão sobre mudanças¹⁴.

Com efeito, o mestre de Apipucos sugeriu que sua própria ambição seria a de ser o Ticiano ou o El Greco da História brasileira. Esses dois pintores, bem como Rembrandt, valeriam mais, para os propósitos do mestre de Apipucos, por sua habilidade de evocação da vida e da atmosfera que circundava seus modelos do que pela beleza estrita de suas obras¹⁵.

E ainda, como a esses dois autores, pode ser atribuída a Freyre uma “abordagem estética do passado”, em que fenômenos sociais e políticos são considerados verdadeiras obras de arte¹⁶.

Comente-se também que, em algumas oportunidades, a obra de Gilberto Freyre se assemelha à de Norbert Elias sobre o processo civilizador, sem que aparentemente nunca o tenha lido. A ideia de civilização, para o pernambucano, estava relacionada à sua preocupação com o amolecimento, associado às mulheres e à Igreja, do governo dos homens rudes¹⁷.

Ganha corpo nesse sentido a interpretação de Evaldo Cabral de Mello da obra gilbertiana. Para esse seu primo, a novidade da sua abordagem consistia na transposição, para uma sociedade de tipo histórico, como a brasileira, até então examinada exclusivamente a partir dos métodos diacrônicos da História, da visão sincrônica desenvolvida pela antropologia para a descrição das sociedades primitivas. “O que era então uma ousadia teórica habilitou

¹³ *Idem*, p. 32 e 33.

¹⁴ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural, p. 345.

¹⁵ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre, 219 e 220.

¹⁶ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural, p. 346.

¹⁷ *Idem*, p. 337.

o mestre de Apipucos a dar uma das contribuições mais originais à cultura ocidental do século XX”, concluiu Evaldo Cabral de Mello¹⁸.

Alerta-se, no entanto, que o perigo de utilizar os métodos sincrônicos a longo prazo consistia justamente em submeter a investigação ao risco de anacronismo e em enxergar relações estruturais que não resistiriam ao rigor do exame diacrônico. Mas o abuso do sincrônico vinha ocorrendo sobremodo da parte dos próprios historiadores, “deslumbrados pelos êxitos alcançados pela antropologia na ambição, comum às ciências humanas, de descobrir a chave para a reconstrução de totalidades sociais”¹⁹.

O historiador necessita recorrer à dimensão sincrônica com espírito informadamente crítico, o que significa subordiná-la à diacronia, que é, por excelência, sua reserva de mercado. Se não o fizer, apenas empobrecerá sua capacidade de explicação e de compreensão do passado²⁰.

As observações feitas até agora sobre as possíveis influências de Gilberto Freyre foram feitas com base na leitura comparada de sua obra com as de Huizinga, Elias, Burckhardt e Bourdieu, entre outros, mas sobretudo da brilhante análise dessas mesmas influências feitas por Peter Burke em diversos ensaios, que são citados nas notas de rodapé e na bibliografia. É de se lamentar, entretanto, que o estudioso inglês do mestre de Apipucos não tenha feito nenhum comentário sobre a possível, diria mais, quase certa influência de Oliveira Lima na obra freyreana.

Com efeito, Oliveira Lima, por quem Gilberto Freyre nutria uma grande admiração, que aliás era recíproca da parte do historiador e diplomata pernambucano, parece ser o sujeito oculto das influências freyreanas, pelo menos durante um certo período. Assim, conquanto o mestre de Apipucos tenha sido um grande divulgador da obra do dom Quixote Gordo, o reconhecimento de sua influência sobre a própria, ademais de escasso, é esporádico. Com a crítica é pior ainda: escreveu-se muito sobre Franz Boas e Gilberto Freyre, sobre o pensamento hispânico na obra freyreana, sobre

¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilbertiano, p. 28.

¹⁹ *Idem*, p. 29.

²⁰ *Ibidem*, p. 31.

Gilberto Freyre vitoriano nos trópicos, mas pouquíssimo sobre a influência de Oliveira Lima.

* * *

Discursando sobre o fazer historiográfico e o geográfico, Freyre afirmou que não são ciências — a História e a Geografia —, como não é carreira o sacerdócio — que, na verdade, servem para refúgio dos medíocres, dos incapazes e dos ociosos. São atividades que exigem dos homens raras virtudes. São estudos — os de Geografia e principalmente os de História — que só se deixam dominar por inteligências que, ao poder de análise, de crítica e discriminação, à paciência da pesquisa, à lucidez de uma imaginação compreensiva, aliem a empática, a interpretativa, o próprio poder poético²¹.

Gilberto Freyre foi assim um dos maiores historiadores da cultura do século XX, ademais de ser sociólogo, historiador social, jornalista, poeta, seminovelistas, pintor e político. Sua contribuição para a História da cultura é das mais sólidas²².

Com efeito, escrever uma História da família constituía uma ousadia inegável não só no Brasil dos anos trinta, como na França do entreguerras. Note-se que a História da vida privada somente seria descoberta pelos integrantes da terceira geração da Escola dos Anais, nos anos Setenta e Oitenta²³. E, na própria era da Nova História, micro-História e História do cotidiano, historiadores europeus e americanos se aproximaram de Freyre sem o perceber²⁴.

O fato é que “o lugar de Freyre na História está seguro, graças particularmente a sua interpretação do Brasil, a mais famosa das três interpretações clássicas [...] com implicações também para outras partes do globo”, no caso os países de herança lusitana ou espanhola²⁵. A obra de Gilberto

²¹ FREYRE, Gilberto. Discurso de posse no IAHGP.

²² BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural, p. 335.

²³ MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilbertiano, p. 20.

²⁴ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural, p. 347.

²⁵ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre, p. 311.

Freyre influenciou fortemente a maneira como o brasileiro de hoje vê o seu passado, tendo contribuído, com sua obra de hermenêutica da sociedade nacional, para a valorização desse mesmo passado e para a identificação de ligações que a sociedade vem transportando do passado para a formação das imagens que, em cada presente, se desenham do próprio presente, e também do futuro do país²⁶.

* * *

O problema é que os estudiosos de Freyre têm dedicado um interesse desproporcionado por um único dos seus livros²⁷. Trata-se de *Casa-Grande & Senzala*. Com efeito, como observa Peter Burke, “mesmo tendo sido prolífico em seus escritos e amplo em seus interesses, Gilberto Freyre é mais lembrado por um só livro, publicado em 1933, quando o autor tinha 33 anos”²⁸.

Esse livro foi descrito como o mais importante trabalho da cultura brasileira, que provocou uma revolução no país; uma evocação poética de uma sociedade do passado; uma discussão importante sobre as teorias do hibridismo de causas, e uma contribuição original ao debate sobre a identidade brasileira²⁹. Foi um livro que contribuiu para a reconciliação dos brasileiros com sua própria cultura³⁰; um livro de História no qual o passado serve para potencializar o presente³¹, e no qual aparecem temas e ideais delineados por muitos escritores brasileiros que se depararam com a existência de uma população mestiça, resultante de uma formação social construída sobre a escravidão, como, por exemplo, o Nabuco de *O abolicionismo*³².

José Honório Rodrigues elogia nele a linguagem instrumental nova,

²⁶ ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Gilberto Freyre e a invenção do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000, p. 27 e 28.

²⁷ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural, p. 335.

²⁸ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre, p. 77.

²⁹ *Idem*, p. 77.

³⁰ LARRETA, Enrique Rodriguez. Gilberto Freyre uma biografia cultural. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007, p. 429.

³¹ *Idem*.

³² *Ibidem*, p. 463.

mutável segundo as circunstâncias e os fatos, mas não somente. “É preciso que o Autor se aposses, livre e independentemente das coisas, por um esforço de imaginação e não só pelo acúmulo de erudição³³.”

Casa-Grande & Senzala oferece um retrato relativamente estático ou sincrônico do Brasil colonial e foi criticado, a exemplo do que ocorrera com Burckhardt e Huizinga, pelos mesmos motivos³⁴. Evaldo Cabral o considera, no contexto da Introdução à História da sociedade patriarcal, que ele integra, ao lado de *Sobrados e Mocambos* e de *Ordem e Progresso*, o núcleo da obra freyreana, em torno do qual giram, como satélites, outros livros quase tão importantes, como *Nordeste*, *Um engenheiro francês no Brasil* e *Ingleses no Brasil*³⁵. Mas, a despeito da fama de *Casa-Grande & Senzala*, alguns autores consideram que a maior realização de Freyre é seu trabalho sobre o século 19, que ele conhecia mais intimamente que o período colonial³⁶. Se sua visão do Império e da República é menos conhecida e aprovada que o seu retrato do Brasil colonial, a explicação pode ser que sua interpretação sobre esses dois períodos se espalhava por vários livros diferentes³⁷.

Entre as críticas mais comuns a esses trabalhos sobre o século 19, posteriores a *Casa-Grande & Senzala*, estavam o seu impressionismo, sua abordagem não metódica ou antimetódica, sua falta de disciplina, sua ênfase no pitoresco, sua aversão a estatísticas e sua tendência a apresentar hipóteses ou especulações como fatos documentados; em resumo, as mesmas críticas feitas a *Casa-Grande e Senzala*. Foi criticada também a sua ênfase no Nordeste e o seu “pernambucocentrismo”. Mas o impressionismo de Freyre foi também elogiado, como é o caso de Sergio Buarque de Holanda, em artigo no *Diário de Notícias*³⁸.

³³ RODRIGUES, José Honório. *Casa-Grande & Senzala, um caminho novo na historiografia*, p. 440. In: Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro, José Olympio 1962, p. 440.

³⁴ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. *Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre*, p. 210 e 211.

³⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. *O ovo de Colombo gilbertiano*, p. 19.

³⁶ *Idem*, p. 17 a 31.

³⁷ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. *Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre*, p. 207 e 208.

³⁸ BURKE, Peter. *Gilberto Freyre e a História cultural*, p. 314.

Criticado também por fazer uma “História anedótica”, o sociólogo pernambucano antecipou-se a essas considerações ao descrever seus livros como ensaios em vez de tratados que pretendessem cobrir um dado assunto exaustivamente³⁹.

Apesar das críticas, tais estudos sobre o século 19 incluem alguns dos seus melhores trabalhos, pela maior riqueza das fontes, que se adaptavam mais à sua abordagem interna do que as fontes do período colonial, e por sua localização no Nordeste em declínio, que o liberava de uma grande narrativa convencional⁴⁰.

Esta última constatação de Peter Burke e de Maria Lucia Pallares-Burke, conquanto verossímil, não é exata. O leitor poderá observar, no decorrer da presente obra, que a análise de Gilberto Freyre sobre o século 19 não se limitou, de forma alguma, a Pernambuco e ao Nordeste. Ao contrário, sua abrangência é nacional: o mestre de Apipucos tratou repetidamente de personagens como José Bonifácio e dom Pedro II e de temas como a unidade nacional e a integridade territorial, ademais do movimento da Independência. O que ocorre é que fez isso em obras esparsas, publicadas em coletâneas, em plaquetes e em artigos de jornal, que na sua maior parte não tiveram a boa sorte de ser reunidas em volume mais vistoso.

Mas, não obstante, os seus estudos sobre o século 19 foram muito elogiados, tendo *Sobrados e mocambos* sido considerado por Fernand Braudel e Evaldo Cabral de Mello, entre outros, como seu melhor livro⁴¹. Para este último, a originalidade e a importância da obra de Gilberto Freyre consistiram numa operação simples: a de trastocar os dados de um problema, deslocando a análise sociológica do público para o privado e transformando a miscigenação de hipoteca em lucro⁴².

Note-se que essa ideia de miscigenação e de mestiçagem, formulada primeiramente num contexto social, foi estendida para representar a mistura

³⁹ *Idem*, p. 345.

⁴⁰ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre, p. 252.

⁴¹ *Idem*, p. 249.

⁴² MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilberteano, p. 20.

ou hibridação das culturas ameríndia, portuguesa e africana no Brasil⁴³. Comprovação de certa forma do que foi dito antes a respeito de Oliveira Lima, esse conceito ampliado de mestiçagem já havia sido adotado pelo dom Quixote Gordo, ao tratar, por exemplo, da monarquia híbrida adotada no Brasil e adaptada às circunstâncias americanas. Difícil imaginar que esse tema não tivesse sido objeto de conversação entre o então diplomata aposentado, residente em Washington, e o seu jovem amigo e visitante, estudante em Nova York...

Assim, nas palavras do próprio Freyre, na formação do homem brasileiro havia, ao lado de um processo biológico — o da miscigenação —, mas quase independente dele, a ação, a expansão, o desenvolvimento de um processo social: o da interpenetração de culturas⁴⁴.

Para S. Schwartz, a visão histórica de Gilberto Freyre foi, em vários aspectos, precoce, e somente muito depois se conseguiu captar o seu projeto histórico. O seu otimismo em relação aos brasileiros e ao Brasil foi uma característica essencial da sua obra, que orientava tanto sua pesquisa quanto sua interpretação do passado e suas esperanças em relação ao futuro do país⁴⁵. Gilberto Freyre elaborou, ademais, uma teoria da História do Brasil de caráter plurivalente, na qual não há um fator absolutamente dominante, seja geográfico, étnico, político ou religioso.

Assim, a revalorização que ele promoveu dos elementos do passado colonial e monárquico ocorreu no contraponto com o novo. Os traços da tradição lusa, responsáveis pela ordem nacional, passaram a ser recuperados pelo pensamento brasileiro⁴⁶.

Os problemas que o inquietavam existencialmente, a formação da família patriarcal durante a colonização e o nascimento da moderna ordem brasileira com a República, são problemas ligados à sua vida e às inquietações inte-

⁴³ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural, p. 335.

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 26.

⁴⁵ SCHWARTZ, S. “Gilberto Freyre e a História colonial: uma visão otimista”. In FALCÃO, Joaquim, ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O Imperador das ideias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 102.

⁴⁶ BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o Pensamento hispânico*. São Paulo EDUSC, 2003, p. 142.

lectuais que o precederam e com as quais manteve um constante diálogo, principalmente as do Nabuco de *O abolicionismo* e as do Oliveira Lima do *Dom João VI no Brasil*⁴⁷.

Nesse sentido, o mestre de Apipucos relativiza o progresso, permanecendo atento ao futuro; concebe essa decantação histórico-social como um mundo em parte velado, que envolve mistérios que a ciência social jamais conseguirá esclarecer por inteiro⁴⁸.

José Honório Rodrigues notou, com acerto, que sua atitude consistia num jogo alternado, entre o subjetivo do romântico e o objetivo do cientista; mas não seria nunca pré-romântica, aquela em que o historiador permanecia à distância, sem participar, afastado dos personagens, quebrando tensões e removendo simpatias. Nem a pós-romântica ou científica, em que o historiador se aproxima friamente para compreender a significação dos motivos que se escondem nos biombos da alma humana, objetiva e historicamente qualificada no tempo e no espaço⁴⁹. Tinha ainda o dom de chegar ao global começando pelo individual, ao dar atenção aos detalhes que tinham significado especial, em sua arte de pintor ou de romancista, como bem o notaram Roger e Paul-Arbousse Bastide⁵⁰.

Por último, vale observar que Freyre pensava de modo comparativo. A fim de compreender melhor o Brasil, estabeleceu comparações e contrastes com a América espanhola, com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha, e até mesmo com a Rússia (o Brasil seria uma espécie de Rússia tropical, um país enorme com escravos no lugar de servos)⁵¹. Aqui, mais uma vez, a crítica obliterou a influência evidente de Oliveira Lima. Este, com efeito, sempre praticou o comparativismo. A prova maior é a sua obra *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*, publicada em 1914.

⁴⁷ LARRETA, Enrique Rodriguez. Gilberto Freyre uma biografia cultural, p. 428.

⁴⁸ *Idem*, p. 429.

⁴⁹ RODRIGUES, José Honório. Casa-Grande & Senzala, um caminho novo na historiografia, p. 440.

⁵⁰ BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre, p. 219.

⁵¹ *Idem*, p. 32.

Os comentários feitos até agora a respeito dos textos de Gilberto Freyre relativos ao século 19 são baseados mormente na interpretação de Peter Burke e de Evaldo Cabral de Mello sobre os principais e mais conhecidos deles: *Sobrados e Mocambos*, *Ordem e Progresso*, *Nordeste*, *Inglese no Brasil* e *Um engenheiro francês no Brasil*.

São, portanto, incompletos, pois não se beneficiam da enorme gama de textos — ensaios em coletâneas, artigos em periódicos, plaquetes, etc., que o mestre de Apipucos dedicou durante toda sua vida aos temas e assuntos do século 19 brasileiro. Essa é a matéria do livro que o leitor tem em mãos. Ele se baseia nessa obra esparsa de Gilberto Freyre e, complementarmente, naquelas obras “maiores”, mencionadas por Peter Burke e Evaldo Cabral de Mello, ademais de trechos de várias outras em que se fazem referências e considerações sobre o século 19 no Brasil, seus personagens e seus temas.

Divide-se em sete capítulos. O primeiro deles intitula-se “O movimento da Independência” e trata da percepção de que a independência política não basta para que um povo se constitua em nação autônoma; devem-se-lhe ser acrescentados a autonomia cultural e o estilo de vida nacional. Nesse sentido, a Independência, proclamada em 1822, não teria constituído nada mais do que um episódio de um processo amplo e complexo que, conquanto fundamental no plano político, não tinha importância máxima do ponto de vista sociológico.

Ao invés, a Independência brasileira constituiu um processo de longa duração que se iniciou com o que Freyre denomina a “autocolonização” do Brasil. Esse processo, fundamental no pensamento freyreano, apresenta-se como o precursor e preparador do movimento da Independência. Trata-se de um esforço exclusivamente brasileiro, em que a autocolonização substituiu a colonização, conquanto ambas se completassem e concorressem para uma integração e uma unidade nacionais bastante vigorosas.

Trata-se ademais de um processo de influências recíprocas entre brancos, negros e indígenas, criador de valores e técnicas de convivência em harmonia com as condições ambientais, que começou pré-nacional e se tornou nacional, ou seja, configurou-se em Independência. Mas a autocolonização não

repudiou o esforço colonizador português, antes o complementou e o continuou. Nesse sentido, um dos seus maiores valores foi a língua portuguesa, enriquecida no Brasil por outras contribuições e elemento essencial da unidade nacional, como exemplo de uma cultura crescentemente diferenciada.

Em resumo, a Independência brasileira iniciou-se quando a colonização por europeus e africanos foi substituída pela autocolonização promovida por esses mesmos europeus e africanos, mas já diferenciados das suas origens étnicas, e sobretudo por mestiços, sob o impacto de “circunstâncias americanas, tropicais e extraeuropeias”, que se impôs às suas origens ou às suas heranças europeias, num equilíbrio entre essas duas tendências, a de continuar próximo a valores europeus básicos e a de não se submeter completamente a eles.

Pernambucanos e paulistas foram pioneiros nesse processo de autocolonização, pela contribuição que deram, em primeiro lugar, para a integridade do território que seria nacional, ao expulsar os holandeses, e pela expansão desse mesmo território, pelas expedições ao sertão. Nesse sentido, os paulistas e os pernambucanos estavam em equilíbrio dinâmico entre a mobilidade e o sedentarismo; aqueles estendendo a dominação que estes iniciaram, e estes consolidando a expansão daqueles, no que pode ser considerado um processo de Independência interno, uma expansão para dentro.

Dessa forma, o corolário lógico desse processo de autonomização foi a participação de paulistas e pernambucanos no movimento da Independência propriamente dito. Essa Independência, que foi antecipada em Pernambuco em 5 de outubro de 1821, com a Convenção de Beberibe, pela qual se expulsou desta parte do território brasileiro, pela primeira vez e integralmente, toda e qualquer força estrangeira, e todo e qualquer governante estrangeiro, foi, nas palavras de Freyre, uma revolução libertária com um mínimo de violência e um mínimo de rancor.

O sociólogo pernambucano busca assim as constantes brasileiras do que pode ser considerado essa Independência nacional. A primeira delas, a de que a Independência brasileira se constituiu em um processo manifestado por “pequenas revoluções”, dentro de uma constante crescentemente revolucionária, de natureza criadora, que deu origem, mais do que a um Estado independente, a uma sociedade e a uma cultura de um novo tipo.

Faltou ao Brasil, nesse sentido, uma “Revolução” que viesse iniciada por um “R” rubramente maiúsculo. Outra constante, singular, refere-se ao fato de constituir um processo amplo e complexo, que se iniciou no século 17, com a atuação dos paulistas e dos pernambucanos.

O mestre de Apipucos faz uma interessante conexão entre a Independência, seja ela nacional ou pessoal, e a interdependência, uma das qualidades básicas do homem e dos povos modernos, já que não seria possível ser completamente independente. Por outro lado, para que se atinja essa interdependência, é necessário que se seja independente, ou seja, livre de dependência, submissão e subordinação.

Voltando ao movimento de Independência propriamente dito, Gilberto Freyre não cansa de notar a singularidade do processo brasileiro, ao se admitir a forma monárquica de governo. Trata-se de solução lusotropical, formalmente europeia, que impediu no Brasil a fragmentação e o aparecimento de caciques. O processo de autocolonização abrangeu, em benefício do Brasil, o próprio sangue real europeu.

Nesse processo, assumiu importância fundamental José Bonifácio de Andrada e Silva, o organizador da Independência política e o planejador de uma organização socioeconômica verdadeiramente cristã e brasileira democrática. Personalidade “genialmente criadora”, ele foi capaz de antever o futuro do Brasil. Contraditoriamente revolucionário e conservador, nele reuniam-se, ao mesmo tempo, um Sancho realista, técnico e científico, e um dom Quixote revolucionário e arcaico. Tais papéis seriam exercidos, separadamente, por dom João VI e por dom Pedro I. Para Gilberto Freyre, enfim, José Bonifácio seria talvez o maior dos brasileiros; o principal idealizador e construtor das bases da grandeza nacional, tão diversificada e, ao mesmo tempo, tão unificada.

Ainda sobre a Independência, o mestre de Apipucos considera que essa foi feita com o apoio de uma aristocracia quase feudal. Mas por isso mesmo, e por ser antimonárquica por natureza, com o tempo os conflitos se acentuaram e as divergências se dramatizaram⁵². Tal aliança com a monarquia

⁵² Ricardo Benzaquen lembra, a esse respeito, que esse suposto feudalismo privilegiou a autarquia em detrimento da vassalagem, e que era singularmente anárquico.

não era dessa forma automática, e a aristocracia rural, às vezes, trocava de papéis com a urbana, numa relação de idas e vindas com a Coroa.

O segundo capítulo trata do processo revolucionário em Gilberto Freyre. Este cria uma verdadeira “sociologia das revoluções” e estabelece uma classificação dos movimentos revolucionários, dividindo-os entre os fundamentalmente intuitivos, populares e telúricos; os lógicos, racionais e elitistas; e os mistos, em parte intuitivos e em parte lógicos. Uma variação dessa classificação das revoluções seria aquela que as classifica como nacionalizantes, de dentro para fora, intuitivas; e as internacionalizantes, de fora para dentro, racionais e lógicas. E, em um plano mais abrangente, as revoluções substantivas, ostensivas pela sua violência; e as revoluções adjetivas, adjetivamente revolucionárias.

O processo revolucionário brasileiro do século 19, para Freyre, caracteriza-se, entre outras coisas, pela interpretação simplista das revoluções americana e francesa da parte das classes mais humildes; pela existência de dois tipos de messianismo: o tradicional e telúrico, e o intelectual e afrancesado; pelo fato de serem tributários do Iluminismo francês; e pelo forte componente social de algumas delas.

Mas a visão freyreana do processo revolucionário vai muito além do seu aspecto político; trata-se de um processo de transformação social, num equilíbrio de antagonismos de que não se excluíam “relapsos de furor selvagem, ou primitivo”.

No âmbito dos movimentos revolucionários propriamente ditos, Gilberto Freyre comenta, referindo-se à Revolta dos Alfaiates, em Salvador, que essa se havia desenvolvido e inspirado, contraditoriamente, tanto no sistema vigente, ao mesmo tempo patriarcal, matriarcal e fraternal e de grandes famílias, característico da sociedade africana, quanto nos ideais democráticos e republicanos — também fraternalistas — dos revolucionários franceses, tornando-se inclusive uma notável expressão de “francesia”.

Trata-se de um movimento complexo, como complexa seria a Revolução Praieira: ambos fraternalistas no sentido de terem sido movimentos de oposição ao poder absoluto dos autocratas; antilusitanos ou antieuropeus, exceção feita da França da Revolução, considerada messiânica e idealizada em

pátria universal; e ambos solidaristas ou socialistas a seu modo, no sentido da igualdade geral entre os homens⁵³.

Já a Revolução de 1817, para ele, procurou concretizar um “progresso” que se conciliasse com a “ordem” brasileira, e foi fruto, como os movimentos de 1710 e de 1824 o seriam, de um “sentimento de suficiência” e de um “desejo de estabilidade” assegurado pelas terras férteis da cana. Deu ênfase assim à continuidade ao invés da ruptura; se vitoriosa, provavelmente configuraria uma República mais aristocrática que democrática, muito semelhantemente ao que ocorreu de fato em 1889. Foi por outro lado a manifestação de um orgulho regional defensivo do que seria o Nordeste, o mesmo que havia garantido a unidade nacional, ao expulsar os holandeses.

O terceiro capítulo intitula-se “As singularidades da monarquia” e trata dessa singularidade maior, a de o Brasil, sendo tão americano, liberal e democrático em alguns dos seus traços, ser tão “classicamente europeu” em outros, sobretudo no que se refere à tradição patriarcal e monárquica, sua herança peculiar no Novo Mundo. Herança essa que atuou como estímulo constante para a solução pacífica, legalista e civil dos problemas.

O Brasil possuiu, dessa forma, esse fator de diferenciação básica com os seus vizinhos: a experiência monárquica, que lhe deu condições de relativa segurança, de quase absoluta unidade e de não pouca estabilidade. Como já dito, tal opção, também ela singular, constituiu uma solução luso tropical, uma solução monárquica sociologicamente europeia, para uma situação parte europeia, parte extraeuropeia, num equilíbrio de antagonismos (mais uma vez!) entre as tendências revolucionária e conservadora.

A formação do Brasil em Estado soberano foi feita assim de maneira rara, contraditória e única, em um caso à parte na América do Sul pela transmigração da família real e pelas próprias circunstâncias da Independência. Planta exótica no continente americano, sua singularidade, mais que política, foi unificadora de diferenças regionais de cultura e de sociedade.

Outra singularidade, desta feita no âmbito do próprio regime monárquico: tratou-se de uma monarquia inteiramente original pela aplicação

⁵³ FREYRE, Gilberto. Ainda sobre maternalismo na formação brasileira. *Diário de Pernambuco*, 31 de dezembro de 1950.

prática do Poder Moderador. Uma verdadeira monarquia híbrida, como a considerava Oliveira Lima.

Solução europeia adaptada ao trópico, era uma monarquia ecologicamente conformada em seu ritual e em sua estética, no que pode ser considerado um verdadeiro “sincretismo monárquico”, a exemplo do que ocorre com o sincretismo religioso.

Outra singularidade da monarquia brasileira diz respeito à sua “segregação do regime econômico dominante no Ocidente”, que era o trabalho livre. E, singularidade dentro da singularidade, o bom trato dos escravos. Também foi singular a ascensão do bacharel, branco ou mestiço, o que constituiu a antecipação da decadência do patriarcado rural, criando-se uma nova aristocracia dos sobrados e da toga. Tal singularidade se reflete na revolta dos filhos contra os pais e na substituição da sabedoria prática e do bom senso dos velhos pela inexperiência dos puros letrados; da sabedoria intuitiva pelo saber acadêmico e pela erudição à margem dos fatos e das coisas. E também o cultivo da música foi marca de diferenciação: fez-se também pelos ouvidos a unificação dos brasileiros de várias origens.

E a última singularidade em relação aos seus vizinhos: foi um período de equilíbrio — equilíbrio de antagonismos... — entre coletivo e individual, entre público e privado.

O quarto capítulo trata da “Monarquia e República: continuidade e ruptura”. O primeiro fato a notar é o de que a Abolição foi um divisor de águas mais importante do que a Proclamação da República, conquanto não tenha solucionado o gravíssimo problema social e nacional que a ela havia dado causa: não conseguiu com efeito resolver a questão social complexa que permeava a escravidão, talvez porque tenha sido feita “liricamente” demais, com sacrifício da realidade. Com efeito, após 1888, o Brasil continuou a ser uma sociedade de extremos.

Algumas das características da Monarquia foram preservadas na República; se a “planta exótica desapareceu jurídica e politicamente, sua essência sociológica foi preservada”. A substituição da Monarquia pela República foi dessa forma um processo extremamente lento no tempo social. O passado agrário-patriarcal do Império resistiu ainda por muito tempo, mercê das contemporizações necessárias, inclusive uma certa patriarcalização da República.

Esta nasceu, desse modo, penetrada pela Monarquia, e por ela deu-se substância republicana a velhas formas da vida e da etiqueta monárquicas, inclusive com o aproveitamento de vários integrantes do Antigo Regime. Trata-se assim de um prolongamento sociológico da Monarquia, com algumas correções de rumo. Entre essas, o favorecimento ao equilíbrio de antagonismos e ao necessário e fecundo jogo entre aparentes contrários: ordem e progresso, unidade e diversidade, que, durante o Império, haviam sido às vezes sacrificados em benefício da ordem e da unidade. E, o que talvez não seja uma correção de rumos positiva, o fato de a República ter privilegiado os aspectos técnico-econômicos em detrimento dos aspectos sociais, dos quais a Monarquia, bem ou mal, cuidava.

Aqui Gilberto Freyre critica sobretudo, no Segundo Reinado, a falta de contrastes fortes e definidos na paisagem política; o excesso de liberalismo e de bovarismo jurídico; o europeísmo cenográfico; a monocultura política ao lado da econômica, que não propiciava o entrechoque de antagonismos criadores e saudáveis.

Tratava-se assim de um reinado antipatriarcal, caracterizado por um puritanismo inestético, por um excesso de tirania moral e por graves falhas na estética e no ritual do poder. O Segundo Reinado possuía enfim a tonalidade cinzenta da burguesia e podia ser considerado uma espécie de Era Vitoriana brasileira.

Freyre enfatiza dessa forma os aspectos estéticos de sua análise do Segundo Reinado: a pouca aptidão de dom Pedro II, comparada, por exemplo, com a muita aptidão estética demonstrada por dom Vital. O povo brasileiro ansiava por uma realeza mais vistosa; desejava um governo não só paternal como majestoso. E o seu imperador, dom Pedro II, dizia não à liturgia e, mais do que reinou sem governar, como todo monarca constitucional digno desse nome, governou sem reinar, por conta do Poder Moderador.

Em vez de agir mais como um Imperador do Divino, como um Carlos Magno das histórias de Trancoso; em vez de preocupar-se mais com esses aspectos litúrgicos do que com os “olhos do Ocidente”; em vez de defender as tradições brasileiras, o segundo imperador agiu como um burguês, chefe de Estado desse “império um tanto república”, e este, para o mestre de Apipucos, foi o seu maior pecado: o de ser uma figura dramática e trágica

pelo seu desajustamento ao meio, ao ser o “mártir do seu próprio excesso de liberalismo acadêmico”, no contexto de uma vida política monótona, sem arritmias e sem contrastes dinâmicos.

Outro aspecto da continuidade entre os dois regimes foi a nostalgia. Sim, apesar de todas essas críticas de Freyre ao Segundo Reinado, ele constatou uma nostalgia da parte de ex-escravos, de sertanejos e de membros da elite pela monarquia, numa espécie de saudade de um certo passado brasileiro. Trata-se do “remorso de pecadores arrependidos”, que faz parte do processo de integração e desintegração do poder e do complexo patriarcal.

O quinto capítulo trata do “Império e a unidade nacional”. A esse propósito, o sociólogo pernambucano observa que, em meados do século 19, o Brasil era constituído por diversos Brasis, diversos no espaço e no tempo, com diferentes aspectos regionais, de comportamento e de espírito, mas com um sentimento religioso comum.

As divergências regionais eram provocadas pelas condições físicas e agravadas pelos defensores da autonomia local, mas a monarquia era um fator poderoso de unificação. Essa atuou sempre de forma mística, ritualística, mas também prática, tolerando ou estimulando inclusive as divergências, no período colonial, mas somente até o ponto de não prejudicar a relativa unidade na diversidade regional: outro conceito básico freyreano.

Sendo o Brasil diverso no tempo e espaço, no seu desenvolvimento haveria “progressos” e não um “progresso único e linear; do mesmo modo, a “ordem brasileira” não era única e monolítica, mas constituía uma variedade de ordens.

Unidade na diversidade; diversidade regional, num contexto de unidade nacional, era o segredo da identidade nacional brasileira e constituía a consagração maior do equilíbrio de antagonismos. Nesse mesmo diapasão, outro conceito básico utilizado por Gilberto Freyre era o de “centralização X descentralização”.

Ele enumera, entre os fatores da unidade nacional: a família patriarcal; a religião católica; a língua portuguesa; e a Monarquia, que desempenhou o mais crucial dos papéis, inclusive porque era o único fator de unidade singularmente brasileiro.

Outros fatores secundários seriam representados pelos escravos, que

foram grandes divulgadores da língua portuguesa — que utilizavam para se comunicar entre si, bem como de costumes, tradições e valores. Eram assim os aliados socioculturais dos brancos no processo de unificação. O próprio regime servil seria também um fator de unidade, no que se refere à economia, à sociedade patriarcal e às culturas regionais. Ademais destes, a ecologia tropical e quase tropical, a migração de brancos e mestiços da elite intelectual, e o próprio sistema imperial de ensino, com os seus cursos jurídicos e médicos em cidades polos do Brasil: Olinda e Recife, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro.

O importante a notar é que, para Gilberto Freyre, esses fatores de unificação eram mais importantes do que os meramente políticos e administrativos, como também mais importante era o fator máximo de unidade nacional: a miscigenação, que propiciava a fusão étnica e, tanto quanto possível, social.

Para ele, dessa forma, o Império era um unificador de etnias, o que possibilitaria, no futuro, o máximo da unidade nacional, que era essa tal fusão étnica e social; era também um “dulcificador de contrastes entre brasileiros de diferentes origens e de classes distintas”. Mais uma vez, o equilíbrio de antagonismos: a forma monárquica de unificação de energias diversas e contraditórias corrigia o que outras forças tentavam desunir e separar, e atuava como elemento estabilizador do sistema socioeconômico e da sociedade patriarcal.

“A unidade brasileira foi, assim, desde os dias coloniais, uma unidade desenvolvida sobre energias regionais, empenhadas em se unir, em se articular e em se completar por um sentido [...] de luso-brasilidade”⁵⁴.

O capítulo seguinte, o sexto, intitula-se “O Oriente no Novo Mundo: os três primeiros séculos da formação brasileira”. Trata-se de um recuo na temporalidade do livro, que se concentra no século 19, justamente para descrever os fundamentos históricos e sociológicos desse mesmo século 19 brasileiro, bem como seus contrastes com os séculos anteriores, nos quais se formou a nacionalidade brasileira.

⁵⁴ FREYRE, Gilberto. Em torno da significação sociológica da Restauração de 1654. In: Documentário Ilustrado do Tricentenário da Restauração Pernambucana, 1654-1954, p. 33 a 35.

O Brasil é, nesse contexto, uma expansão da civilização europeia no Novo Mundo; mas de uma Europa específica, a ibérica, e sob o impacto das circunstâncias americanas e tropicais. Nele formou-se um novo tipo de civilização, não exclusivamente ou estaticamente europeu, nem subeuropeu, com tendências para a miscigenação e para a interpenetração de culturas. Trata-se da civilização lusotropical, fruto da união simbiótica do europeu com o trópico. Nesse sentido, o cristianismo foi o grande aglutinador de valores senhoriais e servis, como o havia sido na Idade Média.

É interessante, nesse passo, contrastar a teoria do Orientalismo de Gilberto Freyre com a posterior, mas muito mais conhecida e divulgada, de Edward Said. O conceito freyreano é fruto da presença do Oriente em Portugal e no Brasil, em direção inversa ao de Said, que é resultado da presença do Ocidente nos países árabes e na Índia. Significa superioridade técnica, intelectual e civilizacional, ao passo que o de Said significa inferioridade, mesmo que suposta. É o resultado do “saber da experiência feito” de quase dez séculos, levando assim em conta toda a rica e longa experiência hispânica. O do intelectual palestino, ademais de não levar em conta essa mesma experiência, baseia-se na percepção de uma certa elite, sobretudo inglesa e francesa.

O orientalismo de Freyre é assim popular e social; o de Said é acadêmico e elitista. O orientalismo de Freyre é sobretudo positivo, ao passo que o de Said é negativo e, o que é pior, totalmente estranho ao Novo Mundo. O freyreano é essencialmente americano e ibérico. O orientalismo de Freyre mostra a transição e a interpenetração de culturas; o de Said, o confronto e a subordinação. A teoria do pernambucano é, dessa forma, idealizadora e idealista, de um idealismo poetizante, que prega o diálogo cultural e a conciliação de valores.

A obra se conclui com o capítulo 7, que é justamente o contraponto e o desenvolvimento do que é descrito no sexto: “Oriente X Ocidente: a Monarquia e a reuropeização do Brasil no século XIX”. Trata-se da narrativa do maior contato do Brasil com a “outra” Europa, a do Norte, a anglo-saxônica sobretudo, e sua conseqüente “reuropeização”, “reconquista” ou “renascimento”, que se processou de diversas maneiras: pela assimilação,

mais raramente; pela imitação, mais frequente; e pela coação ou coerção, sobretudo dos ingleses.

Teve aspectos positivos e negativos, e deu-se nos planos político, econômico e sociocultural. Houve resistências a essa europeização, seja de ordem material, seja de ordem cultural: o clima e as doenças tropicais, cuja ação ajudou a “moderar” a reeuropeização do Brasil, preservando-lhe o mais possível as cores e os traços extraeuropeus.

Essa reconquista alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores; ela, sob a forma de urbanização, começou a se manifestar ainda no século 17, no período holandês, mas não era ainda excludente nessa época. Esta é a principal crítica do mestre de Apipucos à reeuropeização do século 19 que, como dito, teve aspectos positivos e negativos: a sua excludência, o seu modelo uniforme e inflexível. O domínio holandês, ao contrário, possibilitou certa interpenetração de influências diversas.

O acizentamento constituiu o ápice do processo de reeuropeização do Brasil. Gilberto Freyre estabeleceu uma verdadeira “sociologia cromática” para explicar essa fase histórica, sobretudo o Segundo Reinado, na qual o Brasil se “vitorianizou” e perdeu sua vivacidade; em que os brasileiros, principalmente os do litoral e das cidades, viviam sob a obsessão dos “olhos estrangeiros” (os da Europa ocidental e os dos Estados Unidos) e praticavam a imitação passiva dos trajes dos climas frios, o que deu origem inclusive a problemas de estética e de higiene física e mental.

Dom Pedro II foi a representação paradigmática desse processo de acizentamento, ao qual se contrapôs, de forma fugaz, porém marcante, a presença vulcânica de dom Vital: paradoxalmente agente da europeização pelo seu ultramontanismo, mas, ao mesmo tempo, autenticamente brasileiro, estética e misticamente.

Um efeito colateral da reeuropeização do século 19, produzido pela ausência, ou pelo menos pelo menor número de imigrantes europeus no Nordeste, fez dessa região o “refúgio da alma do Brasil”, como o considerava Oliveira Lima.

Mas o fato é que o Ocidente e a Europa — a do Norte — foram se assenhoreando do Brasil, no século 19, quase como de uma semicolônia, com a ajuda dos próprios brasileiros do litoral e das cidades, os que viviam

sob a obsessão dos olhos do Ocidente burguês, industrial, carbonífero e cinzento. Olhos estrangeiros, sobretudo ingleses, que governavam o Brasil, indiretamente, pelos portugueses e brasileiros anglófilos.

Resta dizer, em conclusão, que esse processo de reeuropeização, tal como visto por Gilberto Freyre, representou um empobrecimento da cultura brasileira.

Capítulo 1 – O Movimento da Independência

“A pura independência política, importante como é, não basta para que um povo se constitua em nação verdadeiramente autônoma”, diz Gilberto Freyre em escrito de 1976. E prossegue:

é preciso que seja completada pela autonomia cultural, representada por um estilo nacional de vida, que se desenvolva esclarecido, justificado, inspirado por uma filosofia, por uma literatura, por uma arte, por uma religião, por uma sociologia, por uma economia e por uma antropologia também ecologicamente nacionais e, ao mesmo tempo, abrangentemente universais nas suas perspectivas e nas suas formas de expressão⁵⁵.

Essas palavras dizem respeito à Independência norte-americana e foram pronunciadas em conferência na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 1976. Mas são bem representativas do pensamento freyreano em relação ao processo de emancipação brasileiro.

Com efeito, para ele, a proclamação da Independência política do Brasil, em 1822, constituía um episódio de um “processo amplo e complexo”, que vinha de dias remotos. 1822 seria assim um episódio ostensivo, memorável, expressivo e significativo, “porém não de importância máxima, quando considerado sociologicamente”⁵⁶.

Comente-se, a esse propósito, que, no caso desse processo mais sociológico e histórico que político, não se pode determinar o dia, a hora e o local em que o fato teria sucedido. Tal não acontece com a Independência política, a qual, mesmo que seja fruto de uma longa preparação, mais importante

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. Conferência no ciclo “1776-1976 — O Bicentenário da Revolução americana”. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976, p. 146.

⁵⁶ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da independência brasileira. In: FREYRE, Gilberto. Independência brasileira — um processo de criatividade sociocultural. Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.

do que qualquer gesto dramático, se esconde à sombra desse gesto, que permanece na memória. É o caso do Grito do Ipiranga.

Oliveira Lima publicou, em 1922, o livro *O Movimento da Independência*, em que descreve o processo emancipatório brasileiro. Conquanto trate mais diretamente do período de 1821 a 1822 nessa obra, na verdade a percepção limiana de “movimento da Independência” tem mais a ver com um fenômeno de longa duração que se teria iniciado bem antes, ainda no século anterior.

Essa também é a percepção de Gilberto Freyre, que data o início desse processo de emancipação da época da Restauração Pernambucana, quando se teria iniciado o que ele denominou “autocolonização”, conceito aparecido pela primeira vez na sua obra na década de 40, tanto no livro *Ingleses no Brasil* quanto em artigos de jornal, e que alcançou sua maturidade por ocasião dos textos aparecidos no Sesquicentenário da Independência, na década de 1970.

O Grito do Ipiranga seria dessa forma um episódio de um processo de longa duração que o mestre de Apipucos, seguindo Oliveira Lima, denomina “movimento da Independência do Brasil” e que dataria do momento em que se juntou à colonização feita por europeus e africanos esta “autocolonização” feita por “europeus e africanos já diferenciados das gentes de suas origens etnocêntricas”, mas principalmente por mestiços, ou seja, “brasileiros miscigenados por vezes portadores dos sangues europeus e africanos e ameríndios”⁵⁷.

Aqui adquirem realce dois conceitos, um mais presente e conhecido que o outro na obra gilbertiana. O mais conhecido, o da miscigenação, básico na interpretação do Brasil feita pelo pernambucano. O menos conhecido, o da autocolonização, que viria dos meados do século 17 e teria, entre os seus pioneiros, os bandeirantes e os pernambucanos. Conviria substituir a expressão “bandeirantes” por “sertanistas”, termo mais abrangente e correto, por incluir não apenas os paulistas, mas todos aqueles que se aventuraram na conquista dos sertões, inclusive os criadores de gado, pela sua obra inestimável de expansão do território que seria brasileiro, por meio de expedições que

⁵⁷ *Idem.*

reuniriam alguns elementos básicos da concepção freyreana: miscigenação e adaptação aos trópicos⁵⁸.

Essas ideias estão presentes também na obra de outros grandes intérpretes do Brasil. Jaime Cortesão, por exemplo, considerava a bandeira quase um microcosmo, um extrato representativo da civilização e da sociedade luso-brasileira, com a diferença essencial de seu dinamismo, pois sempre estava em movimento. Reunia ela assim todas as características da sociedade mais abrangente: patriarcalismo, miscigenação, religiosidade, etc., no contexto de uma adaptação das técnicas europeias, sobretudo portuguesas, ao conhecimento dos indígenas, os grandes especialistas no terreno.

Também Sérgio Buarque de Holanda compartilhava dessas concepções, ao considerar a expansão paulista menos sob o aspecto monumental que caracteriza a historiografia bandeirante da Primeira República, e mais tendo em vista o seu aspecto material, o pedestre realismo do cotidiano, como ele o denominava.

Os pernambucanos se destacaram pelo seu papel na expulsão dos holandeses, em 1654, e em episódios como a prisão e a “devolução” a Lisboa de um governador reinol que não era do seu agrado, em 1666. O episódio de longe mais significativo é o de 1654, sem dúvida. Este poderia ser considerado, de certa forma, um precursor da Independência do Brasil. Com efeito, e aqui socorro-me da obra de Southey, no ato da capitulação holandesa, as chaves das fortalezas do Recife haviam sido entregues pelos holandeses a João Fernandes Vieira, o representante mestiço líder das forças brasileiras, e não a Francisco Barreto de Menezes, português representante oficial da Coroa lusa. João Fernandes Vieira é que teria repassado, ato contínuo, essas chaves

⁵⁸ Em outra obra, *Nordeste*, Freyre observa a propósito das bandeiras: “Às ‘Bandeiras’ ninguém ouse lhes diminuir o valor no sentido da extensão da colônia portuguesa na América: do seu alongamento para o Oeste, para o extremo Sul, para o Norte. Mas esse transbordamento de esforço — já mais mameluco do que português — teria sido quase em vão e todo no raso — tão no raso que não criaria tipo nenhum de casa — se em torno dos engenhos de açúcar, nas manchas de terra de massapê, não se concentrassem, desde o século XVI, as energias criadoras do agricultor de cana, da senhora de engenho, da mãe preta, do negro, do cabra da bagaceira” (FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985, p. 11).

para o português. Este e outros motivos levaram a que os pernambucanos se declarassem súditos políticos, e não naturais, ou vassalos, da Coroa portuguesa: eles o eram porque queriam ser, tendo tido a possibilidade de optar por outra via e declarar a sua independência; ao contrário dos outros brasileiros, que eram naturalmente submetidos à dominação portuguesa, por direito de domínio e de conquista, pois os pernambucanos, à custa de suas fortunas e vidas haviam conquistado a sua liberdade. Esse tema é desenvolvido brilhantemente por Evaldo Cabral de Mello no seu *Rubro veio*. Nessa obra, o diplomata e historiador pernambucano observa que essa “representação mental” se dividiria em três fases: a do “nativismo nobiliárquico”, que iria de 1654 até 1715; a do “nativismo de transação”, que perpassaria todo o século 18; e a do “nativismo radical” que, iniciado com a Conspiração dos Suassunas em 1801, atingiria seu ápice em 1817 e 1824⁵⁹.

É interessante notar, a esse propósito, que a própria Restauração portuguesa de 1640, ou seja, sua independência do domínio do rei da Espanha, se deveria, segundo Jaime Cortesão, aos interesses ligados à área açucareira do Brasil que, controlados pelos portugueses, estariam ameaçados pelas ações do governo de Castela sob o conde-duque de Olivares. Com efeito, durante a maior parte do período em que Portugal e Espanha estiveram sob a mesma coroa, já que nunca houve anexação propriamente dita, o rei espanhol havia respeitado as tradições e concedido relativa autonomia à administração portuguesa. É assim que o governo do Estado do Brasil havia permanecido em mãos lusitanas, incluindo-se aí todas as definições de prioridades. O conde-duque de Olivares, ao assumir o poder, e premido talvez pelas circunstâncias da revolta na Catalunha, não levou em consideração tais diretrizes e começou a impor uma dominação castelhana mais efetiva, o que gerou a insatisfação das elites portuguesas. Entre elas, as que controlavam o comércio do açúcar. Tais elites, segundo Jaime Cortesão, começaram a conspirar pela independência de Portugal, para reconquistar seu poder. Nesse sentido, e expandindo o raciocínio de Cortesão, a Restauração portuguesa constituiria também um episódio da Independência brasileira, só que em

⁵⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. O imaginário da Restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 19 e seguintes.

relação a Castela. Nada a estranhar, vez que nações há que comemoram uma dupla independência. É o caso da Argentina, que comemora sua independência da breve dominação inglesa, com a respectiva devolução do poder ao representante espanhol, e também sua independência dos espanhóis.

Gilberto Freyre atribui dessa forma um papel fundamental no movimento da Independência não somente aos políticos e intelectuais paulistas, os mais evidentes nesse processo, mas também aos pernambucanos, no que não deixa de ser o corolário lógico da evolução histórica do processo de autocolonização, iniciado justamente pelos paulistas e pelos pernambucanos do século 17⁶⁰.

E não se pode esquecer que a participação pernambucana no movimento propriamente dito da Independência foi pioneira, por se tratar Pernambuco da primeira colônia do Brasil “que desassombadamente se descolonizou por completo, antecipando-se, na Convenção de Beberibe, ao Grito do Ipiranga”⁶¹.

Esse papel de Pernambuco já havia sido estudado e afirmado por Oliveira Lima, com foco na Revolução de 1817, e o seria também por Mário Melo, este último mais em sintonia com as ideias freyreanas. Assim é que, em artigo publicado na *Revista* do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em 1945, no seu volume XL, intitulado “Antecedentes da autonomia em Pernambuco”, Mário Melo recuou até a época da vitória sobre os holandeses quando, tendo expulsado os invasores após nove anos de guerra, entenderam “os pernambucanos que podiam governar-se como ‘República livre’, isto é, como povo independente”⁶².

Esta é uma citação do conde de Óbidos, então governador-geral do Brasil, que, em carta de 30 de dezembro de 1664, havia afirmado que “essa capitania [Pernambuco] se imagina hoje República livre”, bastando “os

⁶⁰ FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: FREYRE, Gilberto. 6 conferências em busca de um leitor. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1965, p. 39.

⁶¹ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga.

⁶² MELO, Mário. “Antecedentes da autonomia em Pernambuco”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, volume XL, 1945, p. 9.

exemplos que têm para o melindre com que todos andam, até nas maiores obrigações que lhe tocam”⁶³.

A partir desse documento, Mário Melo conclui que, durante o governo do mencionado conde, bem como durante o governo do seu antecessor, o mestre de campo Francisco Barreto de Menezes, anteriormente comandante em chefe das tropas luso-brasileiras nas guerras contra os batavos, Pernambuco julgava-se república⁶⁴.

Tanto que expulsou, em 1666, o governador designado por Portugal, Jerônimo de Mendonça Furtado, cuja figura passou ao folclore:

O Mendonça era Furtado,
Pois dos paços o furtaram;
Governador governado,
Para o reino o despacharam⁶⁵.

E o governador-geral, ao ser comunicado pela Câmara de Olinda desse verdadeiro ato de lesa-majestade, limitou-se a afirmar que havia ficado “entendendo a deliberação com que os povos dessas Capitânicas se determinaram em depor do governo e haverem preso a Jerônimo Mendonça Furtado”, nomeando para o substituir o popular André Vidal de Negreiros, herói da Restauração pernambucana, o preferido dos locais. Também o rei de Portugal não se mostrou ofendido com tal ato e confirmou a indicação de Vidal de Negreiros enquanto não chegasse novo governador.⁶⁶

Trata-se de procedimento que antecipou, em aproximadamente 150 anos, a expulsão de Luís do Rêgo, o que tornou Pernambuco a primeira parte do território brasileiro a se ver totalmente livre de governante e de tropas portuguesas, em 1821.

Este último, chegado a Pernambuco logo após 1817 para “organizar a capitania”, devido ao seu comportamento violento e atrabiliário, logo passou

⁶³ Documentos históricos, vol. IX, p. 212-216, *apud* MELO, Mário. “Antecedentes da autonomia em Pernambuco”.

⁶⁴ *Idem*, p. 10.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁶⁶ *Ibidem*.

a merecer a antipatia e a revolta dos pernambucanos, que se decidiram a aplicar a ele o mesmo remédio utilizado com Jerônimo de Mendonça Furtado. Assim, deu-se início a duas conspirações: uma para eliminar sumariamente o odiado governador, outra para instituir um governo constitucional com elementos nacionais, isto é, “filhos do Brasil ou portugueses verdadeiramente integrados em nossa vida”⁶⁷.

A primeira não teve sucesso, e a segunda deu origem à Junta de Goiana e à Convenção de Beberibe, em 5 de outubro de 1821, considerada por Gilberto Freyre como a antecipação em dez meses do Grito do Ipiranga. Mais uma vez, o governo português acatou a decisão pernambucana e, por meio de carta régia, determinou que Luís do Rêgo entregasse o governo à junta que fosse eleita, e que se retirasse para Portugal.

Se a “expulsão” de Luís do Rêgo foi mais “civilizada” do que a de Mendonça Furtado, nem por isso deixou de dar mote à lira popular:

Luís do Rêgo foi guerreiro
Sete batalhas venceu,
Mas na oitava de Goiana
Deu de gambias e correu⁶⁸.

Pode-se, assim, afirmar que o que foi negociado em Beberibe constituiu, nem mais nem menos, uma antecipação de 1822: foi embora a autoridade portuguesa, e foram-se os batalhões que a sustentavam. Foi assim que a junta eleita pelos pernambucanos implantou gradativamente a Independência. Gervásio Pires Ferreira não somente mandou de volta os batalhões portugueses estacionados em Pernambuco ou prestes a desembarcar, como impediu qualquer ação dos respectivos comandantes⁶⁹.

A Convenção de Beberibe, portanto, não afastou apenas Luís do Rêgo: deu

⁶⁷ *Ibidem*, p. 17.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 19.

⁶⁹ DELGADO, Luís. Antecipação da Independência de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, caderno especial, setembro de 1972.

lugar a um governo, o de Gervásio Pires, que impediu a Portugal o exercício de qualquer mando na terra onde os holandeses não lograram firmar-se, e que, jogando uns contra os outros, os decretos de Lisboa e os do Rio de Janeiro, foi realmente senhor de suas próprias deliberações⁷⁰.

A Convenção de Beberibe, dessa forma, seria a página definitiva do processo de “descolonização” pernambucano ao se proclamar nessa província um governo autônomo, meses antes do grito do Ipiranga⁷¹.

Pernambuco, assim, havia-se antecipado à Independência tanto em 1654, ao derrotar os holandeses “à custa de suas fazendas e esforços”, quanto em 1666 e em 1821, ao expulsar os governantes indicados por Portugal e escolher os seus próprios.

Seja como for, o importante a ressaltar é que, na visão de Gilberto Freyre, desde o começo de sua colonização, o Brasil viria a sofrer, “em benefício do seu futuro como nação independente”, a influência de “circunstâncias americanas, tropicais, extraeuropeias, sobre suas origens ou heranças valiosamente europeias, principalmente ibéricas”⁷². Tal fato se vê bem claramente seja na adoção da “guerra brasílica”⁷³ pelas tropas miscigenadas luso-brasileiras nas guerras holandesas, seja na profunda influência indígena nas práticas e nos usos dos sertanistas.

Trata-se, segundo ele, de um processo revolucionário, pois, se tivesse prevalecido uma *rotina conservadora* (itálicos meus) na nova sociedade, uma conformidade passiva de colônia para com a metrópole, as relações com esta última teriam sido a negação mesma de qualquer tendência revolucionariamente diferenciadora⁷⁴, e criadora, acrescento eu.

O Brasil, dessa forma, conclui Freyre, constituiu-se em “pré-nação” e

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ PEREIRA, Nilo. O seminário de Olinda e a Independência. *Diário de Pernambuco*, caderno especial, 7 de setembro de 1972.

⁷² FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 20.

⁷³ A guerra brasílica nada mais é que uma espécie de guerrilha, adotada pelos luso-brasileiros conhecedores do terreno e da paisagem contra as técnicas militares holandesas, mais adaptadas ao solo europeu.

⁷⁴ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 20.

depois definiu-se e estabilizou-se em “nação”, em um equilíbrio entre duas tendências: continuar preso a valores europeus básicos de sua formação sociocultural ou “reagir contra extremos de submissão às nações europeias colonizadoras, sobretudo Portugal, mas não exclusivamente, pela autocolonização, pela diferenciação, pela tropicalização, pela nacionalização”⁷⁵. Essa discussão será aprofundada no decurso da presente obra, já que há uma grande diferença, notada pelo sociólogo pernambucano, entre a Europa ibérica e as outras Europas, entre as próprias práticas portuguesas dos séculos 16 e 17 e aquelas do século 19, sobretudo no que se refere à colonização. Esse “movimento” evoluiu de

pequenas revoluções — pequenas como ocorrências históricas — dentro de recorrências crescentemente revolucionárias que podem ser definidas, em termos sociológicos, como expressões de um processo. Um processo constantemente criador. A independência política, em 1822, seria uma das expressões culminantes desse processo⁷⁶.

Considere-se, por outro lado, que a Independência política do Brasil coincidiu com o romantismo, movimento literário que foi buscar no índio, nos mitos indígenas e na natureza pródiga os símbolos para definir a nacionalidade⁷⁷.

Na análise desse processo, ou desse movimento da Independência, convém aplicar outro conceito freyreano, o de “passados úteis”, que se prolongam em “presentes valiosos” e se projetam em “futuros adaptados a constantes nacionais”. É o caso da proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, que, ao romper “com a solução em voga indiscriminada na América Latina — a republicana”, considerou “útil” ou “válido” o passado monárquico, e optou pela fundação de um Império que, entre outras

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ *Ibidem*, p. 20.

⁷⁷ SILVA, Valéria Torres da Costa e. A modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e os debates em torno do nacional. Recife: Carpem Diem Edições e Produções, 2009, p. 43.

coisas, lhe garantiu a unidade nacional e a integridade territorial, como se verá posteriormente⁷⁸.

O mestre de Apipucos chega mesmo a considerar a possibilidade de que, se houvesse uma consciência, se tivesse sido estudado mais a fundo, tempestivamente, o motivo pelo qual o Brasil se havia tornado independente sob a forma monárquica, talvez a Monarquia tivesse sido preservada no Brasil, com possível vantagem para o povo brasileiro e para a comunidade panamericana, já que teriam sido evitados algumas “moléstias políticas” adquiridas pelo país ao se proclamar a República⁷⁹.

O Brasil, adotando com José Bonifácio a forma monárquica de governo para a sua organização em Estado-Nação, antecipou-se, nesse particular, nessa combinação do chamado “passado útil” ou “passado utilizável” de um grupo humano, com as necessidades de um novo tipo de desenvolvimento para a sua economia, a sua cultura e a sua sociedade: o tipo nacional de desenvolvimento nacional. Combinou necessidades de desenvolvimento com necessidades de segurança. Antes da fórmula positivista, combinou solicitações de ordem com solicitações de progresso⁸⁰.

Vale observar, a esse respeito, que, para ele, uma monarquia já castiçamente brasileira, concretizada nas figuras de dom João VI e dos dois Pedros, do ponto de vista sociológico, correspondeu a um processo de autocolonização que abrazeou, em benefício do Brasil, o próprio sangue real importado da Europa⁸¹.

A Independência do Brasil foi feita também no contexto da concepção

⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: que é?* Recife: Massangana, 1982, p. 66.

⁷⁹ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York: Alfred A. Knopf, 1966, p. 258 e 259.

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. Em torno da formação política do Brasil. *Diário de Pernambuco*, 11 de julho de 1965.

⁸¹ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império. In: MONTELLO, Josué (dir.). *História da Independência do Brasil. Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Volume IV*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

patriarcal de que o “monarca é o pai civil dos seus vassalos”⁸². Não se admire então que essa independência se tenha consolidado no princípio com base numa “aristocracia quase feudal de senhores de terra de massapê”, e mais tarde dos fazendeiros da terra roxa⁸³. Gilberto insiste mesmo, talvez um tanto anacronicamente, no caráter feudal da grande propriedade na primeira metade do século 19, louvando-se em Joaquim Nabuco e reiterando mesmo uma comparação com a Rússia czarista: “o que principalmente dava à grande propriedade daquela época ar de parentesco com os feudos antigos e com os da Rússia daqueles dias era a fixação à terra do senhor e dos agregados: era a relação entre estes e aquele”⁸⁴.

Para ele, essa aristocracia era “quase feudal nas tendências e no gênero de vida e antimonárquica por natureza”, mas deu à Coroa o prestígio e as condições de vida que doutro modo lhe faltariam em terra tão nova como o Brasil⁸⁵, referindo-se principalmente à base política que permitiu a Maioridade.

Foi essa aristocracia, durante algum tempo, o melhor apoio da Coroa, mesmo que, com o correr do tempo, os conflitos se acentuassem e as divergências se dramatizassem⁸⁶. Em troca, obteve o reconhecimento do seu poder, dado pela outorga de títulos nobiliárquicos, sobretudo os de barão, que “foram sendo aceitos pelos senhores mais arrogantes e até procurados pelos mais vaidosos”⁸⁷. Mas tal não se refere apenas a essa aristocracia territorial que permanecia em suas terras, raramente vinha à Corte e se contentava com o baronato⁸⁸. Também muitos dos grandes estadistas da Monarquia vieram

⁸² FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Global Editora, 2006, p. 420.

⁸³ FREYRE, Gilberto. Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985, p. 11 e 12.

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. Região e tradição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p.174.

⁸⁵ FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 12.

⁸⁶ *Idem.*

⁸⁷ *Ibidem.*

⁸⁸ Trata-se, por exemplo, daquele personagem de *O tronco do ipê*, de José de Alencar, fazendeiro que ambicionou um título de barão por muito tempo, sem sucesso. Quando

dessas áreas de aristocracia tradicional, sobretudo da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro⁸⁹.

Essa aristocracia, ademais de antimonárquica por natureza, nas palavras de Freyre, era profundamente nacionalista, e mesmo particularista e bairrista. Não à toa, logo depois da Independência, em arroubos de “furor nativista”, trocaram seus nomes de família lusitanos pelos nomes indígenas das suas propriedades, confirmados ou não por títulos de nobreza concedidos pelo imperador: Burity, Juremas, Jutaís, Araripes. O caso mais extremo seria o do futuro visconde de Jequitinhonha (este de pleno direito um nome nativista): Francisco Jê Acaiaba Montezuma, ao invés do prosaico Francisco Gomes Brandão⁹⁰. Outros, menos indianistas, optaram por nomes não menos nacionalistas e bairristas: Brasileiro, Pernambucano, Paraense, Maranhão⁹¹. Outros entretanto enveredaram pelo Iluminismo e pela maçonaria: Voltaire, etc.⁹².

Gilberto Freyre alerta, entretanto, contra a simplificação de que essa aliança com a Coroa fosse automática, e de que a aristocracia rural tivesse sempre encarnado os “interesses conservadores e de ordem, enquanto as cidades, os sobrados portugueses e as ruas teriam sido sempre os focos de revoluções democráticas e de movimentos liberais”⁹³. Bem ao contrário, muitas vezes as posições se invertiam⁹⁴.

A maior ou menor pressão dos interesses econômicos — a intervenção da metrópole por intermédio do vice-rei ou do capitão general na economia particular e a favor da gente miúda deve ter atuado poderosamente nas

finalmente conseguiu, o imperador, lembrando-se da insistência do solicitante, decidiu agraciá-lo com o título de barão da Espera.

⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 82.

⁹⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. Edição crítica. Coleção Archivos. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José; ALLCA XX, 2002, p. 451 e 452.

⁹¹ Sobre o nome Maranhão recorde-se que sua origem é bem anterior, tendo sido acrescentado ao sobrenome Albuquerque pelo conquistador do Maranhão aos franceses, nos inícios do século XVII, que passou a chamar-se Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

⁹² FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*, p. 451 e 452.

⁹³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 161.

⁹⁴ *Idem*.

atitudes políticas dos proprietários de terra do século XVIII e da primeira metade do XIX. Atitudes, tantas vezes, de ressentimento e de insubordinação, em contraste com a passividade das cidades do litoral, por muito tempo cidades quase sem povo, só com uma onda movediça de plebe ou canalha da rua; e dominadas por um comércio ainda mais interessado que a lavoura na ordem e na estabilidade do domínio, primeiro português, depois imperial, sobre toda a extensão do país⁹⁵.

Observe-se a esse respeito que a política econômica da Coroa, a partir do século 18, consistia em deixar de lado a grande lavoura e privilegiar as cidades e os homens do comércio, tendência que ademais era histórica, recorrente desde a fundação do reino de Portugal por Afonso Henriques, e que atingiu seu ápice com a vinda da Corte portuguesa em 1808. Acentuou-se, assim, com dom João VI, o desprestígio da aristocracia rural, formada por “devedores sempre em atraso”⁹⁶.

Nesse sentido, para Ricardo Benzaquen de Araújo, o estudo da decadência do patriarcado em Gilberto Freyre inicia-se com a avaliação do impacto causado pela transferência da Corte, que viria modificar a “fisionomia da sociedade colonial” de uma “terra tão antimonárquica nas suas tendências para autonomias regionais e até feudais”⁹⁷.

Benzaquen lembra, porém, que esse suposto feudalismo precisa ser “duplamente qualificado”, pois privilegiava a autarquia em detrimento da vassalagem, e era “singularmente anárquico”, e também porque aquela independência dos senhores rurais não seria fruto exclusivo e único da indisciplina que caracterizava os portugueses, mas, ao contrário, “de um exercício de *raison d'état* conduzido pela Coroa portuguesa, que teria se retraído para deixar à iniciativa particular o ônus da conquista territorial”⁹⁸.

Com a descoberta das minas, essa “soberania” se reduzira drasticamente,

⁹⁵ *Ibidem.*

⁹⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, introdução à 2ª edição, p. 120.

⁹⁷ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 110, citando Sobrados e mocambos, p. 30.

⁹⁸ *Idem*, p. 110 e 111.

tendo a Coroa, cujos meios se haviam grandemente reforçado com o ouro do Brasil, passado a demonstrar maior interesse e maior controle das terras brasileiras⁹⁹.

De modo que, ao chegar a Corte ao Rio, a independência desses senhores, bem como a sua arrogância, não era a mesma do século 17. A mudança da Corte e a elevação do Brasil a Reino Unido constituiu, portanto, “o ápice do processo de expansão da autoridade do Estado português no Brasil”¹⁰⁰, mas também o símbolo de um “verdadeiro processo civilizador”, comparável mesmo ao estudado por Norbert Elias no caso europeu, “no qual a soberania monárquica e a moderação dos costumes uniram esforços para refrear aquele híbrido e anárquico, quase bárbaro, poder exercido pelos senhores de engenho e outros grandes proprietários durante o período colonial”¹⁰¹.

A isso se deve acrescentar a ascensão inexorável de uma parcela da sociedade que estava presente desde o início da colonização patriarcal do Brasil, a dos financiadores da lavoura colonial, intermediários que, em parte judeus, mas na sua integralidade burgueses, negociantes e gente urbana, além de aventureiros enriquecidos nas minas, provocaram, no início do século 19, “uma total inversão da hierarquia social vigente na época colonial”¹⁰².

Tal “inversão”, entretanto, somente foi possível devido a essa aliança entre a Coroa portuguesa e esses novos setores urbanos¹⁰³, aliança que, repita-se, era tradicional e recorrente na História portuguesa desde Afonso Henriques e explica, em alguma medida, a expansão ultramarina e comercial lusitana em detrimento de uma rotina rural tradicional que, não obstante, continuou sempre a existir.

Benzaquen chega a comentar, nesse aspecto, que “o cenário armado por Gilberto no começo de *Sobrados e mocambos* parece contrariar inteiramente aquele que animava a imoderada sociabilidade dos senhores de engenho em *Casa-Grande & Senzala*”¹⁰⁴:

⁹⁹ *Ibidem*, p. 111.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 111 e 112.

¹⁰² *Ibidem*, p. 113.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 114.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 115.

Entretanto, é preciso uma certa dose de cautela diante dessa pilha de evidências do declínio senhorial que Gilberto se apressa em acumular diante dos nossos olhos. Não é que devamos desconfiar da extensão e da profundidade das transformações recém-apresentadas, capazes de estabelecer o predomínio do sobrado, do comércio, da monarquia e até de alguma civilidade burguesa no Brasil do século XIX. Sucede apenas que, pouco a pouco, ao longo da sua argumentação, nosso autor vai chamando a atenção para a *persistência* de determinados componentes da tradição colonial, os quais obviamente relativizam aquelas alterações¹⁰⁵.

Tais persistências estariam, por exemplo, no fato que a maioria desses “novos ricos” teria por objetivo máximo ascender à nobreza rural, tornando-se senhor de engenho ou fazendeiro, aproximando-se as duas nobrezas, a rural e a urbana, e confundindo-se numa só, e também porque os “sobrados partilhavam com as casas grandes o mesmo ideal de *autarquia* que as caracterizava”, e que seria um símbolo do seu feudalismo¹⁰⁶.

Esse movimento, esse processo de “desprestígio”, desse modo, não foi linear nem contínuo e caracterizou-se por idas e vindas, progressos e regressos — como aliás quase tudo na História do Brasil. Assim, as influências sociais e econômicas, presentes já no século 18 com a intervenção mais direta da Coroa desde que se descobriram as minas, e que se “definiram ou tomaram cor” com a chegada do príncipe regente¹⁰⁷, não impediram que a Independência se fizesse com apoio dessa mesma aristocracia, cujos representantes maiores, os senhores dos engenhos de açúcar e principalmente os das fazendas de café, se ligaram, durante certa fase do Império, “com certos interesses conservadores e de ordem, às vezes contra a demagogia das cidades, isto é, das ruas, das praças e dos mocambos”¹⁰⁸, não sem que houvesse rugas na relação.

O antagonismo entre campo e cidade, entre o patriciado rústico e a

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 116.

¹⁰⁷ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, introdução à 2ª edição, p. 106.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 161.

burguesia dos sobrados, revelava-se, em áreas como Pernambuco, desde inícios do século 18, com a Guerra dos Mascates, verdadeira guerra civil que terminaria com uma vitória inconclusa, “aos pedaços, incompleta, pela metade”, dos interesses burgueses¹⁰⁹.

Essa indefinição, essa zona cinzenta entre as partes, entre aristocratas e burgueses, perduraria. Os interesses não estavam claramente demarcados, e muitas personagens transitavam de um lado para outro, mascates que se tornavam senhores de engenho, por exemplo. É por isso que uma parte destes e de outros proprietários de terra chegaram aos princípios do século 19 “como elemento de perturbação, e não de defesa da Ordem” aristocrática, pertencendo à “Ordem democrática”¹¹⁰.

A esse respeito, Gilberto Freyre menciona análise de Francisco de Sierra y Mariscal no livro *Ideas gerais sobre a revolução do Brasil e suas consequências*, escrito no calor da hora da Independência. Para esse autor, o comércio é que seria a única aristocracia. Os senhores de engenho, de seu lado, é que estavam desacreditados por seus privilégios, sobretudo os de não pagarem suas dívidas, e não constituíam uma classe só, opulenta e bem nutrida. Ao contrário, ele comentava que “qualquer um pode ser senhor de engenho e há muitas qualidades de engenho”, em alguns deles sendo necessário que 200 pessoas morressem de fome para que o senhor comesse carne de vaca duas vezes por semana e tivesse um cavalo na estrebaria¹¹¹.

Trata-se, sem dúvida, de descrição bem diferente daquela de Antonil, que, no século 18, afirmara que

o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino¹¹².

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 106.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 381.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 381.

¹¹² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p. 79.

Com o correr do tempo, as divergências aumentaram, e a “rústica nobreza” territorial se separou, como a Igreja Católica, de uma Coroa que a não prestigiava; Gilberto Freyre dá a entender que tal se havia produzido mais por culpa do imperador, de dom Pedro II. Com efeito, afirma ele, o imperador poderia ter aproveitado aquela nobreza de rústicos, transformando-a “numa grande força brasileira com qualidades para desenvolver-se em elite”¹¹³.

* * *

No que se refere ao movimento da Independência em sentido estrito, o que ocorreu em torno dos inícios da década de 1820, José Bonifácio assim classificava os seus participantes, ou, melhor dizendo, os seus participantes e as suas divisões:

São duas as principais divisões, a saber: não separatistas e separatistas. Os primeiros são os inimigos da Independência, estes fanáticos, chamados vulgarmente pés de chumbo, que ainda esperam pelas cebolas do Egito, e destes, escusado é tratar para esse fim. Os segundos são os sectários da Independência do Brasil, e que querem que ele figure como nação livre. Porém estes separatistas ainda se subdividem em quatro classes: 1º) os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e são chamados corcundas; 2º) os republicanos, a que chamarei prognósticos; estes não podem levar à paciência que o Brasil não quisesse por voto unânime ser república, e preferisse a monarquia constitucional; este partido é hoje miserável e abandonado por todo homem sensato; 3º) os monárquico-constitucionais, estes fitam suas vistas na felicidade do Estado; não querem democracias nem despotismo; querem liberdade, mas liberdade, bem entendida, e com estabilidade: este partido forma a maioria da nação; 4º) os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei incompreensíveis; estes que não querem ser monárquico-constitucionais,

¹¹³ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzentado de uma terra de sol tropical. Reedição da conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

que não podem ser corcundas e que não querem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso; um centro de poder nominal, e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos¹¹⁴.

Essas diversas divisões nada mais são do que a expressão e o resultado do processo revolucionário que será estudado no próximo capítulo. Processo revolucionário que, para Gilberto Freyre, foi importante tanto nas suas vitórias quanto nas suas derrotas. Às vezes, mais nestas do que naquelas.

É preciso notar que essas divisões se colocam no quadro de uma clivagem ainda maior, que é a entre os portugueses nascidos no Brasil e os que a ele se consideram ligados por verdadeiros laços nacionais, e os portugueses nascidos em Portugal ou, embora sensivelmente em menor número, nascidos no Brasil, porém mais ligados a Portugal; ou seja, entre os que seriam os “brasileiros” e os “reinóis”. Essa clivagem foi apontada por um autor contemporâneo, Ferdinand Denis, como o principal motivo da separação.

Com efeito, para este autor, como na maior parte dos movimentos que se haviam manifestado na América meridional, a primeira insurreição de Pernambuco, a Revolução de 1817, parecera ter tido por móvel principal essa aversão profunda, esse espírito de ódio que separava, há tantos anos, dois partidos cujos interesses eram diametralmente opostos, o dos colonos e o que fundamentava seus direitos sobre a primeira conquista; mas havia esta diferença, a de que no Brasil notáveis concessões haviam sido feitas, e que a Metrópole parecia se unir francamente em aliança com a colônia. A longo prazo, porém, e como ficaria explicitamente provado posteriormente, o instinto secreto das populações devia triunfar. E Denis terminava com esse alerta:

que não nos enganemos, no entanto: o que derrubou dom João VI, o que obrigou, quinze anos mais tarde, dom Pedro à abdicação, foi esta palavra

¹¹⁴ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. A Independência e os partidos. In: Obra política de José Bonifácio, vol. I, p. 34-36, *apud* CALDEIRA, Jorge (org.). José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 179-181.

tão simples que se repetia, em 1817, em Pernambuco: ser ou não ser filho do solo; ser ou não ser brasileiro. O tempo provou o valor de tal palavra.¹¹⁵

O antagonismo entre “brasileiros” e “portugueses” já era tradicional e sempre crescente. A condição de colônia, que atrelava os interesses da produção brasileira à Metrópole monopolizadora de todo o comércio, bem como a discriminação em favor dos portugueses no que se referia aos altos cargos da administração — gente como José Bonifácio, Alexandre de Gusmão e Alexandre Rodrigues Ferreira constituíam a exceção — deixara sequelas profundas nas relações entre as duas partes¹¹⁶.

Tal antagonismo viria a ser reforçado pelo privilégio dado aos lusitanos recém-chegados ao Rio de Janeiro no preenchimento de cargos públicos, “apesar do quadro político favorável à formação de um sentimento de identidade comum a partir da criação do Reino Unido”, e chegaria ao seu ápice com o rompimento da unidade luso-brasileira¹¹⁷.

¹¹⁵ DENIS, Ferdinand. *La Revolution de Pernambuco. In : L'Univers, ou histoire et description de tous les peuples, de leurs religions, mœurs, coutumes, etc.*, em sua edição dedicada ao Brasil, Paris : Firmin Didot & Frères, 1839. p. 258-266). Tradução do autor.

¹¹⁶ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O império em construção. Primeiro reinado e Regência*. São Paulo: Atual, 2000, p. 32,

¹¹⁷ *Idem.*

Capítulo 2 - O processo revolucionário

Afirma Gilberto Freyre em *A propósito do Grito do Ipiranga*:

ao Brasil pode-se afirmar ter faltado — insista-se neste ponto — quer no seu período pré-nacional, quer no nacional, uma revolução com *R* rubramente maiúsculo; e singular, grandiosa na sua singularidade; sangrenta e patibular nos seus furores ou na sua sistemática a frio, como foi a Revolução Francesa para a França, ou a Russa, para a Rússia, ou mesmo a Mexicana, para o México. Em vez de uma revolução assim singular, assim grandiosa e assim furiosamente revolucionária, temos tido, plural e dispersamente, vários movimentos revolucionários, médios e pequenos, deficientes em dramaticidade espetacular, porém de modo algum insignificantes como expressões sociológicas de um processo revolucionário — este sim, grande, construtivo, criador — que nos vem animando e inquietando, por vezes saudavelmente, desde os dias coloniais¹¹⁸.

Talvez inspirado, ao menos parcialmente, por Silvio Romero, o mestre de Apipucos estabelece assim uma classificação, uma tipologia desses movimentos “revolucionários”, sempre com base nos contrastes. Em primeiro lugar, “os predominantemente instintivos, populares, telúricos e até sociologicamente poéticos”, a que se opunham os “principalmente racionais, lógicos, elitistas”. Haveria também uma terceira modalidade, na qual se incluíam “movimentos revolucionários não só políticos, como culturais, mistos, isto é, em parte instintivos, em parte lógicos”¹¹⁹.

Há também, segundo ele, as revoluções “nacionalizantes, de dentro para fora”, de que seriam exemplos esses movimentos instintivos e telúricos, e as revoluções “internacionalizantes, de fora para dentro”, de que seriam exemplos os “revolucionários afrancesados da chamada revolta dos alfaiates

¹¹⁸ FREYRE, Gilberto. *A propósito do Grito do Ipiranga*, p. 21 e 22.

¹¹⁹ *Idem*, p. 23.

na Bahia”, os padres do Seminário de Olinda na época de Azeredo Coutinho, e mesmos os indianistas, no plano cultural e literário, inspirados por Rousseau e Cooper¹²⁰.

Passando a um plano mais geral e cosmopolita, o sociólogo pernambucano menciona as “revoluções substantivas, ostensivas pela violência”, de que são exemplos a Revolução Russa de 1917, a Revolução Francesa de 1789 e a “Revolução Religiosa, chamada erradamente Reforma”, caracterizadas pelo “tipo maciço, radical, violento, sanguinário, de transformação”; e as “revoluções adjetivas, adjetivamente revolucionárias”, caracterizadas por “antes aparentes do que reais revoluções substantivas ou específicas”, de que seriam exemplos o *New Deal*, por meio das novas relações do Estado com a economia; as transformações no Japão, de sua sociedade em transição do arcaísmo para a modernidade; e a que poderia ser acrescentada a Revolução Gloriosa de 1688, que consagrou o fim do absolutismo monárquico na Inglaterra e deu início à era da monarquia constitucional, em que o verdadeiro poder está com o Parlamento; também as revoluções independentistas na África, e as revoluções independentistas na América Latina, sobretudo no Brasil, que se notabilizaram pelo “modo efetivo, porém suave” pelo qual se realizaram, “o modo tipicamente brasileiro”¹²¹. Note-se que Freyre escreveu tais palavras antes da fase mais aguda das guerras de Independência da África portuguesa.

Nesse caso, essa tipologia daria conta de todos os movimentos no período pré-nacional e no período nacional, ou por outra, durante a Colônia, o Império e a República. Assim, de um movimento mais instintivo e nacionalizante resultou a expulsão dos holandeses das terras brasileiras. Já a Revolta dos Mascates, de 1710, na qual Southey talvez tenha sido o primeiro a ver “intentos separatistas e republicanos”, seria um movimento do tipo misto, por expressar “os primeiros anseios de independência e democracia no Brasil”, inspirados alguns dizem que pela República de Veneza¹²², sendo uma aspiração “mais de classe que mesmo regional ou nacional”, e caracte-

¹²⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹²¹ *Ibidem*, p. 17 e 18.

¹²² FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 160.

rizando-se por “um sistema de governo em que dominaria a aristocracia, em sua maioria branca, dos canaviais”¹²³, fruto de um sentimento de suficiência e de um desejo de estabilidade que lhes proporcionavam as terras férteis de cana¹²⁴.

Já a Inconfidência Mineira, de 1789, revolução de doutores, juristas, humanistas, latinistas e bacharéis, se inclui entre os movimentos internacionalizantes e racionais, cujos participantes, ademais de influenciados pelas ideias francesas e pela Revolução Norte-americana — não se deve esquecer de que se tentou contato em Paris, previamente à Inconfidência e à Revolução Francesa, com integrantes do governo norte-americano, e que teve a simpatia de um cidadão irlandês, Nicolau Jorge, ali residente¹²⁵.

Mas, com relação a essa mesma Inconfidência, o mestre de Apipucos observa que os mineiros possuíram, profundamente impregnada na sua natureza, a noção de “grave senso da ordem”, ao lado das noções revolucionárias, “embora escritas em latim quase de igreja, que, desde o século 18, descem das montanhas de Minas sobre todo o Brasil”, provocando, “ao lado do desejo de estabilidade, o de liberdade; ao lado da vontade de ordenação da sociedade, de libertação da pessoa de todas as formas de opressão de sua dignidade e de sua criatividade”.

Gilberto escreve que a Inconfidência foi, em grande parte, uma revolução de latinistas e até de padres, protagonistas desta “revolução latina” que foi um reflexo da francesa, embora precedesse de alguns meses a queda da Bastilha,

¹²³ FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 114.

¹²⁴ *Idem*, prefácio à 3ª edição, p. 11.

¹²⁵ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 451; FREYRE, Gilberto. A propósito de José Bonifácio. Conferência proferida no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1º de junho de 1972, e publicada, sob a forma de ensaio, na revista *CULTURA*, do MEC, Brasília, nº 6, abril-junho, 1972. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1972, p. 22. Sobre a Inconfidência, Gilberto Freyre observa: “Como pretender-se que, no Brasil daqueles dias, se contasse principalmente com a entidade ‘povo’ para movimentos que de fato resultassem na Independência do Brasil, da metrópole portuguesa? Ingenuidade de historiadores liberais, distanciados pelo tempo e pelo espaço, de acontecimentos que vêm pretendendo interpretar sem se impregnarem de realidades para eles exóticas. Sem perspectiva sociológica, além de histórica, nas suas abordagens de tais acontecimentos” (FREYRE, Gilberto. A propósito de José Bonifácio, p. 22).

por ser “tão latina no seu universalismo meio lírico, a que os pedreiros-livres deram certo ar de romance de mistério ou de aventura”. Trata-se de uma visão idílica da Revolução Francesa, não há dúvida.

A verdade é que as duas afirmações do espírito mineiro — a que, em bom português, exalta a necessidade de ordem e a que, em latim, quase de livro santo consagra a necessidade de liberdade — nos fazem pensar no problema imenso a ser resolvido pelo homem moderno: o de conciliação do desejo de ordem com o de liberdade. O de conciliação do desejo de unidade com o de diversidade. O de conciliação do que é pessoal no homem com o que é impessoal na organização social; do que é local com o que é universal nessa organização¹²⁶.

Nesse contexto, os conjurados mineiros de 1789 sonhavam com uma república constitucional, inspirada no modelo norte-americano. Nas palavras de Kenneth Maxwell, “uma República imaginada, mas perdida no fim do dia”¹²⁷. Com efeito, em Minas Gerais os que conspiraram para destituir o poder português foram influenciados pelas constituições norte-americanas, forjadas no calor da rebelião, em particular pela Constituição da República da Pensilvânia: a mais radical das Constituições dos Estados norte-americanos. “De fato, tão radical que logo foi revisada. É irônico pensar que o modelo foi suprimido enquanto os mineiros eram denunciados, aprisionados e exilados, e Tiradentes executado”¹²⁸.

É impossível deixar de pensar aqui nas referências feitas por Evaldo Cabral de Mello a esta conjuração, no prefácio da sua *A fronda dos mazombos*:

os holofotes foram projetados de preferência sobre a Inconfidência Mineira, conspiração de intelectuais e burocratas (ambas as palavras eram então, ainda mais do que hoje, sinônimas) mais ou menos ociosos, espécie de es-

¹²⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem, liberdade, mineiridade*, p. 22.

¹²⁷ MAXWELL, Keneth. *Conjuração mineira*. In: SCWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. (org.). *Dicionário da República — 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 73.

¹²⁸ *Idem*, p. 74.

querda festiva refugiada nos serões literários de Ouro Preto, sonhando talvez com os bares alegres de Ipanema dos anos 60, do mesmo modo como, no poema de Drummond, os conselheiros do senhor dom Pedro II sonhavam com os arranha-céus de Copacabana¹²⁹.

E, encerrando o século 18, a Revolta dos Alfaiates, revolução de caráter misto, por envolver gente do extrato mais humilde da sociedade, os alfaiates e os pardos, que pretendiam fundar uma república “a seu modo cooperativa e ao mesmo tempo patriarcal”, em que os brancos e senhores continuariam a desempenhar funções tutelares, “por eleição ou desejo da população politicamente livre, mas patriarcalmente configurada na sua estrutura social”¹³⁰. Movimento, por outro lado, inspirado em ideias igualitárias e republicanas francesas, “a ponto de se ter tornado notável como expressão de ‘francesia’, para o qual era necessária a revolução para que os pardos, que eram discriminados, respirassem livres”, pois “sendo a República há igualdade entre todos”. Notável mistura entre os dois tipos de revolução — o internacionalizante, pela influência francesa, o telúrico pela questão da miscigenação. Gilberto Freyre menciona ainda o caso do insurreto João de Deus, “pardo alfaiate” que, “para se distinguir dos opositores portugueses e contrariá-los no traje e não apenas nas ideias”, vestia-se de modo inusual, ridículo e descomposto, o que para ele configuraria um estilo francês e, se ele fora preso, fora “por estar metido em histórias de francesia”¹³¹.

Com efeito, a Conjuração Baiana de 1798, movimento de contestação deflagrado em Salvador em agosto de 1798, foi um levante projetado por um assim chamado “Partido da Liberdade”, grupo heterogêneo também denominado “Anônimos Republicanos”, defensores de uma “República Bahinense”. Nas reuniões preparatórias discutiam as “ideias de francesias”, associadas ao sistema de governo republicano e às ideias de liberdade, igualdade e fraternidade¹³². O levante foi planejado por pessoas de condições

¹²⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. Prefácio a *A fronda dos mazombos — nobres contra mascates — Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 11 e 12.

¹³⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 659.

¹³¹ *Idem*, p. 750.

¹³² VALIM, Patrícia. *Conjuração Bahiana*. In: SCWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa.

sociais diversas. Para alguns deles, a defesa da igualdade e o projeto revolucionário não passavam de ameaças para pressionar a Coroa portuguesa a atender seus interesses¹³³; para outros, de estrato social mais humilde, o objetivo seria legitimar seus propósitos, centrados na prosperidade da cidade e na busca do bem comum¹³⁴.

No caso dos escravos, a possibilidade de liberdade ou pelo menos de alforria, aventada pelos revolucionários, tocava num dos mais sensíveis problemas da época, o temor de uma revolta escrava na Bahia semelhante à que ocorria à época em São Domingos¹³⁵. Mas a ideia de liberdade não se tratava aqui de um valor em si mesmo, mas da consequência de uma “igualdade contraditória”, marcada pelas assimetrias do escravismo e tensionada pelos desejos de participação política e de bem comum. “As contradições dos conceitos de liberdade e igualdade são a síntese das ideias de República formuladas na Conjuração Baiana de 1798 e da própria crise do Antigo Regime”. Tratava-se, principalmente, da “possibilidade de todos os setores fazerem política e elaborarem alternativas para o ‘viver em colônia’, conferindo cores e ritmos próprios à linguagem política advinda da França revolucionária”¹³⁶.

Para Katia de Queirós Mattoso, tal revolta seria a única, no final do século 18, a possuir um cunho nitidamente popular, por envolver primordialmente homens e mulheres pertencentes a categorias médias e baixas livres¹³⁷. Afirma a historiadora greco-baiana:

de fato, em nenhum momento, a fala dos revoltosos deixa transparecer vontade de mudanças radicais, como seria, por exemplo, a abolição do sistema escravista. Pelo contrário, o discurso dos revoltosos “homens livres

(org.). Dicionário da República — 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 54 e 55.

¹³³ *Idem*, p. 55.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 56.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 57.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 58 e 59.

¹³⁷ MATTOSO, Katia de Queirós. “Bahia, 1798: os panfletos revolucionários. Proposta de nova leitura. In: MATTOSO, Katia M. De Queirós. Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004, p. 318.

numa sociedade escravocrata”, mas homens desprezados pela sua pele negra ou mestiça e pelo desprestígio de suas funções sociais, demanda e exige sua promoção social, isto é, seu reconhecimento como cidadão à *part entière*. Por isso, o Povo deseja que todos os que portam armas, soldados ou milicianos, quer se trate de brancos, pardos ou pretos, se unam para concorrer à *liberdade popular*. Liberdade que é, porém, liberdade sua e não a dos cativos, não reconhecidos nem como irmãos nem como iguais. [...] Cientes de que uma revolução só pode ser bem-sucedida quando apoiada nas armas, o discurso dos revoltosos lembra habilmente ao soldado sua primeira qualidade, que lhe é intrínseca, a qualidade de cidadão. E porque, nos olhos desse povo em armas, o lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade pode aparecer como um objetivo pouco crível, ou como um projeto cujo processo é de longo alcance, são-lhe feitas promessas que, de imediato, podem melhor sensibilizá-lo. Promete-se, assim, aumento de soldo e a justa promoção da oficialidade¹³⁸.

Desse modo, os paradoxos decorrentes das relações senhor/escravos eram sobrepujados pelo “discurso contraditório” predominante à época, em que eram polos opostos a Igreja hierárquica, presa à ideologia dominante, da qual era o principal suporte, e de outro os revoltosos, defensores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. O objetivo do discurso revolucionário se limitava, então, a “resolver unicamente as contradições existentes entre coloniais e reinóis, entre brancos, mulatos e pardos livres”, ignorando completamente a parcela escravizada da população¹³⁹.

De modo que o movimento foi complexo, como complexa seria a chamada Revolta Praieira na cidade do Recife, meio século depois: ambos fraternalistas no sentido de terem sido movimentos de oposição ao poder absoluto de aristocratas; e ambos antilusitanos ou antieuropeus — exceção feita à França da Revolução, considerada messiânica, e idealizada em pátria universal dos insurretos a ponto de até pardos se dizerem “franceses”¹⁴⁰.

¹³⁸ *Idem*, p. 328.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 330.

¹⁴⁰ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 750

Aqui Gilberto Freyre destaca alguns dos argumentos que ele aplicaria ao estudo do processo revolucionário no século 19. O primeiro deles, o da interpretação simplista das revoluções francesa e americana pelos integrantes das classes humildes; o segundo, a existência de dois tipos de messianismo, o por assim dizer tradicional, telúrico, e o intelectual, afrancesado, tributário do Iluminismo francês. E terceiro, o forte componente social de alguns desses movimentos.

Em boa parte deles, a Maçonaria teve papel essencial. Com efeito, o século 19 se iniciou com a instalação dessa instituição no Brasil, eventualmente em 1801, com a presença de loja maçônica na Bahia. Essa, ao lado das sociedades secretas, das “academias”, das “universidades” e das “oficinas”, começou a aparecer nas áreas mais europeizadas do país, e conquanto tenha sido responsável por parte essencial das conspirações ditas “liberais”, nem por isso deixou de ter também um caráter patriarcal, sobretudo no que se refere à inteira exclusão das mulheres, “que, nem de longe, deviam avistar os instrumentos sagrados”. Entre os “libertadores”, assim, não constavam, em princípio, nem mulheres, nem negros, nem mulatos, que não deveriam participar dos “governos democráticos tão idilicamente sonhados”¹⁴¹.

Entre nós, como entre os primitivos, guardava-se da vista e dos ouvidos das mulheres a atividade mais séria dos homens: no caso das sociedades secretas, todo o trabalho em prol da liberdade, da independência, da democracia. E é possível que alguns conspiradores liberais fossem, com relação às mulheres e filhos, maridos e pais duríssimos — dos que as faziam entrar para os recolhimentos ou conventos à força ou por simples ostentação social. Amigos da democracia e querendo a colônia livre do jugo de Portugal, tinham, entretanto, sua maneira monossexual de ser democratas e liberais¹⁴².

Tal comportamento, paradoxal, não deixa de ser recorrente na História da humanidade. É assim que a democracia ateniense se restringia a uma parcela ínfima da sociedade, da qual eram excluídos, por exemplo, as mu-

¹⁴¹ *Idem*, p. 241.

¹⁴² *Ibidem*, p. 242.

lheres e os escravos. A democracia “direta” ateniense contemplava, dessa forma, apenas aqueles que, não tendo obrigações diárias de trabalho nem de atividades domésticas, podiam se dedicar à formulação de leis e às discussões teóricas. Uma parcela minoritária da população. Essa sociedade ateniense em muitos aspectos se assemelhava à sociedade patriarcal da cana-de-açúcar: somente aqueles “senhores ricos e cheios de lazer para a leitura” é que participavam dessas revoluções.

Seja como for, no Nordeste e na Baixada Fluminense, espalharam-se “areópagos, senhores ricos e cheios de lazer para a leitura, para a charada”, que “se anteciparam às cidades como centros de cultura intelectual”, inclusive revolucionária, “influenciada pelos hereges da Revolução Francesa e da filosofia inglesa”¹⁴³. O exemplo mais significativo foi o do Areópago de Itambé e a Conspiração dos Suassunas, “uma das conspirações mais românticas que tem havido no Brasil: pela independência de Pernambuco debaixo da proteção de Napoleão Bonaparte”, que não se reunia em sobrado da cidade, mas em “engenho brasileiro dos tempos coloniais”, e que, no dizer de Muniz Tavares, “foi uma escola democrática onde ‘adeptos e aprendizes’, não só da província e nacionais, como ainda estrangeiros, acharam luz, agasalho e subsídios”¹⁴⁴.

Na formação da gente que frequentava esses areópagos, exerceu influência fundamental o Seminário de Olinda, fundado pelo bispo Azeredo Coutinho, que, paradoxalmente, era um conservador e defensor do pacto colonial, conquanto o seminário por ele fundado se houvesse transformado em uma “sementeira” de ideias liberais no século 19.

Na verdade, o Seminário de Olinda funcionou como verdadeiro precursor dos cursos jurídicos e universitários em geral. Era assim uma espécie de escola de estudos superiores, que fornecia aos padres e aos outros alunos uma “cultura” quase que essencialmente europeia, mas também americana, no sentido mais lato dessa expressão. Foi uma escola de liberdades na sua primeira fase; mais tarde, passou a se caracterizar por um radicalismo antilusitano, em 1817, que desembocaria na descolonização, com a Con-

¹⁴³ FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 167.

¹⁴⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 161.

venção de Beberibe, em 1821. O Seminário foi dessa forma o núcleo onde se formaram os pioneiros da Independência.

A influência dos padres em 1817 e na Independência serviu para atenuar certos rigores da descolonização, como foi o caso do padre Miguelinho, que colocou brandura, suavidade e fraternidade na primeira Proclamação do governo provisório, e foi a primeira voz oficial contra a servidão¹⁴⁵.

Os Enciclopedistas antiescravocratas tiveram influência profunda sobre os revolucionários de 1817; sobre os areópagos e as academias de padres, de médicos, de senhores de engenho. Montesquieu foi o mestre mais poderoso de frei Caneca — a grande figura de frade, parece que libertino e ao mesmo tempo liberal, que deu à Revolução de 1824 a sua expressão ideológica mais alta e a sua mancha mais viva de martírio¹⁴⁶.

A Revolução de 1817 caracterizou-se, nas palavras de Gilberto Freyre, por ter como objetivo um “progresso” que se conciliasse com a “ordem” brasileira¹⁴⁷. Trata-se de um movimento que, de um lado, e a exemplo do que havia ocorrido em 1710 e do que ocorreria em 1824, se fez com base em um “sentimento de suficiência” e um “desejo de estabilidade” que lhe era assegurado pelas terras férteis da cana¹⁴⁸. De outro lado, trata-se de “um esforço de padres que já não se contentavam com a leitura do latim”, que “liam francês e até decifravam inglês”¹⁴⁹, “padres humanistas formados no Seminário de Olinda e senão helenistas, como José Bonifácio, como ele latinistas, isto é, aristocratas do saber”, ao lado de senhores de engenho, descendentes daqueles fidalgos olindenses que há mais de cem anos haviam proclamado uma república¹⁵⁰.

Aqui merece destaque especial a figura de Arruda Câmara, religioso

¹⁴⁵ PEREIRA, Nilo. O Seminário de Olinda e a Independência. Diário de Pernambuco, caderno especial de 7 de setembro de 1972.

¹⁴⁶ FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 170.

¹⁴⁷ *Idem*, prefácio a 3ª edição, p. XXX.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 11.

¹⁴⁹ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 439.

¹⁵⁰ FREYRE, Gilberto. A propósito de José Bonifácio, p. 21.

paraibano que se formou em Filosofia Natural, pela Universidade de Coimbra, e em Medicina pela de Montpellier. Ele provou, como José Bonifácio, que as ciências naturais podem existir na maior vizinhança e na melhor interpenetração com as ciências políticas e sociais. Naturalista, realizou vários levantamentos das riquezas do território do que seria o Nordeste e, em 1795, empreendeu uma expedição mineralógica entre Pernambuco e o Piauí. Entre 1797 e 1799, fez o mesmo em relação à Paraíba e ao Ceará, ademais do vale do Rio São Francisco. No aspecto político, maçom que era, foi um dos fundadores do Areópago de Itambé e defensor de ideias liberais, como a abolição da escravatura. Idealista e de espírito revolucionário, com ideias consideradas avançadas para a época, sua figura se aproxima, em muitos aspectos, da de José Bonifácio. Tivesse sobrevivido a 1810, ano em que faleceu, possivelmente teria tido um papel marcante no movimento da Independência e poderia ter sido de certa forma um outro “Patriarca da Independência”. Deixou, em carta-testamento — terá sido ele o iniciador na História brasileira da tradição das cartas-testamentos? — endereçada a seu discípulo, o padre João Ribeiro, que teve tão destacada figura e atuação em 1817 —, datada de Itamaracá em 2 de outubro de 1810, uma “outra compreensão do problema brasileiro de relações entre as raças e entre as classes, que antecede as formulações do próprio José Bonifácio, e que se cifra na constatação de que a ‘gente de cor’, como a denominava, devia ter uma posição de igualdade com os brancos, ‘porque jamais pode progredir o Brasil sem eles intervirem coletivamente em seus negócios’”; “com monarquia ou sem ela, deve a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil”¹⁵¹. Tal visão, entretanto, era prematura, como o era a do Andrada¹⁵². Arruda Câmara, dessa forma, foi um dos doutores e bacharéis formados na Europa no final do século 18 que conseguiram reunir a “teoria europeia a qualidades de curandeiros dos nossos males sociais por processos brasileiros”¹⁵³. Afrancesado, o seu afrancesamento não lhe fez perder o sentido social do Brasil, um Brasil mulato e pardo, a ponto de compreender que a Independência,

¹⁵¹ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 719 e 720.

¹⁵² FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 105.

¹⁵³ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 721.

quando viesse, não deveria ser apenas política, mas de reconstrução inteira da sociedade, inclusive no que se refere a um melhor ajustamento de relações entre brancos e homens de cor, entre senhores e escravos¹⁵⁴.

Assim, como afirmou o mestre de Apipucos:

alguns dos líderes ou agitadores mais liberais e democratas da História do Brasil tem sido padres e militares. Padres e oficiais do Exército, liberais, tomaram parte ativa no movimento pela abolição dos escravos, assim como no estabelecimento da República. Uma das revoluções locais no Brasil, anterior à República em 1889, foi a de 1817, que irrompeu na região Nordeste. Caracterizou-se esse movimento pelo seu idealismo e por seus métodos altamente éticos de ser revolução; e muitos de seus líderes foram padres, alguns dos quais se tornaram mártires da causa liberal e republicana¹⁵⁵.

Reitere-se que esses intelectuais revolucionários, formados no século do Iluminismo, tinham por surpreendentes aliados os senhores de escravos e de terras, aristocratas já velhos de várias gerações no Brasil, alguns com sangue indígena e até negro. Às tentativas de República e de Independência, anteriores a 1789, feitas por esses revolucionários rústicos, faltaria “a direção intelectual de alguma grande figura de bacharel ou de clérigo mais esclarecido”, o que seria plenamente resolvido na conjuração mineira e nas revoluções pernambucanas, se bem que a grande figura de 1789 foi a de um simples alferes¹⁵⁶.

Mas em qualquer uma dessas, se porventura tivesse triunfado o ideal revolucionário, teria talvez se verificado, dentro da vitória, o choque entre os partidários da Independência que visavam interesses de produtores de açúcar ou de mineradores e os partidários da Independência por motivos

¹⁵⁴ *Idem*, p. 719.

¹⁵⁵ FREYRE, Gilberto. Ideias errôneas sobre o Brasil. In: FREYRE, Gilberto. Palavras repatriadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 252.

¹⁵⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 718.

menos econômicos e mais ideológicos, ou pelo menos, de natureza mais psicológica ou mais sociológica do que econômica¹⁵⁷.

A Revolução de 1817 foi também a primeira na tentativa de estabelecimento de relações diplomáticas de um Brasil independente, pelo envio primeiro do inglês Bowen aos Estados Unidos e depois do famoso Cruz Cabugá¹⁵⁸. Mas foi também responsável por uma inovação gastronômica nacionalista, “patrioticamente brasileira”, a de substituir o vinho europeu pela aguardente, e o pão de trigo pela farinha de mandioca. “Ambas as ideias”, comenta Gilberto Freyre, “seja dito de passagem — lamentáveis”¹⁵⁹.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi, assim, “a única digna desse nome”, como afirmava Oliveira Lima, mencionado por Freyre, por ser “sem dúvida aquela que se revestiu menos do caráter de pura desordem propícia ao saque, ou menos sofreu da deformação de fins políticos ou ideológicos”, processando-se “de modo diverso das abriladas, com um programa e um estilo político definidos”¹⁶⁰.

Ela se opunha a todas as formas de poder do absolutismo monárquico, contestava a “tirania real” e reivindicava a “posse dos legítimos direitos” dos membros da sociedade; era também, como a Revolução Norte-americana, um pretexto contra a excessiva carga de impostos. Trata-se da entrada em cena de um projeto de organização política calcado nos “sedutores princípios da liberdade do homem e de representação política do cidadão, e contrária abertamente o outro projeto de reforma, pelo qual se objetivava o fortalecimento do poder real e a preservação da ordem social, “o que explica a severa e imediata ação repressora, nos dois lados do Atlântico”, já que a revolta de Gomes Freire de Andrada em Portugal é quase simultânea à Revolução de 1817 em Pernambuco. Nem em um caso nem no outro, tal ação rigorosa foi capaz de impedir a eclosão da Revolução de 1820, em Portugal, e da Independência brasileira, em 1822”¹⁶¹.

¹⁵⁷ *Idem.*

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 451; FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 185.

¹⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*, p. 209.

¹⁶⁰ *Ibidem.*

¹⁶¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O império em construção*, p. 14 e 15.

Nesse contexto, tanto na Revolução de 1817 quanto na Confederação do Equador, de 1824, a República seria o caminho mais curto para a Independência, por ser o mais adequado à conquista de um ideal maior que uma simples mudança de forma de governo dentro de uma nacionalidade já constituída: trata-se da própria aquisição dessa nacionalidade, no contexto do estabelecimento de um regime constitucional que assegurasse os direitos imprescritíveis da cidadania¹⁶².

Para Evaldo Cabral de Mello,

a Independência foi o verdadeiro motor de Dezesete. Pela primeira vez na nossa História, estabelecia-se um governo independente em terras brasileiras, rompendo-se não só com o poder colonial estabelecido então no Rio, mas adotando-se um regime republicano e um sistema federativo, conquistas políticas que só vingarão 72 anos depois. Sob outro aspecto, a Revolução de 1817 também constituiu uma novidade quando comparada às agitações republicanas do período colonial. É certo que, em Pernambuco mesmo, um punhado de indivíduos havia-se afoitado, em 1710, a propor a adoção de um regime republicano à moda de Veneza, isto é, oligárquico. E é certo também que as chamadas “inconfidências” (a mineira, a carioca e a baiana) haviam igualmente sonhado com repúblicas. Todas essas aspirações foram, porém, esmagadas no ovo de suas veleidades ideológicas. Só os revolucionários de Dezesete passaram à ação.¹⁶³

A Revolução de 1817 também se diferenciou dos movimentos inconfidentes que a antecederam por ter acrescentado às inspirações doutrinárias das revoluções norte-americana e francesa, comuns a todos, o “mito constitucional” criado na segunda metade do século XVII, é bem verdade que exclusivo dos pernambucanos, segundo o qual os “naturais” de Pernambuco

¹⁶² Confrontos e comentário: Revoluções Gêmeas: 1817-1824, Diário de Pernambuco, 2 de julho de 1924.

¹⁶³ MELLO, Evaldo Cabral de. Revolução Pernambucana de 1817. In: SCWARCZ, Lília e STARLING, Heloisa. (org.). Dicionário da República — 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 361.

seriam súditos mais políticos do que naturais, “por haverem restaurado seus pais e avós aquele Estado da tirânica potência de Holanda”¹⁶⁴.

É preciso notar, entretanto, que o republicanismo nunca foi majoritário em Pernambuco, mas, ao ser identificado com a aspiração autonomista já antiga, a partir da Revolução de 1817, “logrou apoio político bem mais amplo do que poderia esperar”¹⁶⁵.

Conclui o diplomata e historiador pernambucano:

não se podendo a rigor acusar o ciclo 1817-24 (quando os revolucionários da Confederação do Equador são derrotados) de separatista, cabe duvidar que a unidade do Brasil representasse para ele a grande prioridade, pois não estava preparado, ao contrário do Sul, para sacrificar no altar de uma entidade unitária, que abrangesse toda a América portuguesa, nem suas aspirações de autogoverno nem tampouco os princípios liberais¹⁶⁶.

No que se refere à repercussão internacional da Revolução de 1817, em documentação existente no *Quai d’Orsay* pode se ver como repercutiu, nos meios europeus, a Revolução Pernambucana, sentindo-se o reflexo e as ressonâncias das notícias do movimento republicano no Velho Mundo. Mencione-se inclusive a compra de pau-brasil aos revolucionários de 1817, bem como o artigo do *Times* analisando o episódio revolucionário e cotejando-o com os das colônias espanholas.

A situação política das províncias do Nordeste, diante da Revolução de 1817, foi desse modo motivo de comunicação circunstanciada de Lesseps, cônsul-geral da França em Lisboa, ao duque de Richelieu. Os documentos revelavam as relações do movimento revolucionário com os Estados Unidos, Artigas e Buenos Aires, e o envio de um emissário de nacionalidade inglesa a Washington, Charles Bowen, o misterioso Bowen a que se refere Gilberto Freyre em *Inglezes no Brasil*, ainda antes do Cabugá¹⁶⁷. Ademais deste último,

¹⁶⁴ *Idem*, p. 361.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 362.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 365.

¹⁶⁷ *Diário de Pernambuco*, 11 de dezembro de 1969; FREYRE, Gilberto. *Inglezes no Brasil*.

teria estado também nos Estados Unidos o americano Joseph Bryan como delegado dos revolucionários.

Ainda nos arquivos do *Quai d'Orsay* pode ser consultada a previsão de Maler, agente diplomático francês na Corte do Rio de Janeiro, que informou a dom João VI da próxima explosão de 1817, bem como noticiou acerca da suposição de eventual fuga de Napoleão de Santa Helena para a América do Sul ou para os Estados Unidos, ademais de documento sobre a abolição do tráfico de escravos africanos pelos revolucionários¹⁶⁸.

* * *

O processo revolucionário não se esgotou na fase da Independência e do Primeiro Reinado. Ao contrário, estendeu-se e fortaleceu-se no período seguinte, o das Regências, como bem nota Manuel Correia de Andrade:

No período regencial, quando o poder central se viu enfraquecido, e o povo se viu logrado com o movimento da Independência, foram numerosas as revoltas populares que tiveram, algumas delas, longa duração e controlaram amplos territórios, como ocorreu com a Cabanada na Amazônia, com a Balaiada no Maranhão, e com a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas. Elas foram bem diversas de outras revoltas do período, como a chamada Guerra dos Farrapos, chefiada por ricos estancieiros. E houve revoltas importantes de expressão local, como, entre outras, a Setembrizada no Recife, a Sabinada e a Revolta dos Malés na Bahia. Muitos dos quilombos negros foram destruídos, mas alguns, de menor expressão e localizados em pontos mais distantes, chegaram até quase os nossos dias, como ocorreu com o de Cafundó em Goiás¹⁶⁹.

Aspectos da Influência Britânica sobre a Vida, a Paisagem e a Cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 33.

¹⁶⁸ *Diário de Pernambuco*, 11 de dezembro de 1969. Pesquisadas na França as ligações de Napoleão Bonaparte com Pernambuco.

¹⁶⁹ ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. O Patriarcalismo e a Vida Urbana. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (org.). Quem somos nós? 60 anos de Sobrados e mocambos. Recife; FJN/Ed. Massangana, 1996, p. 112.

Merece destaque nesse contexto a “guerra dos balaios”, que se caracterizou pelo fato de que nela a luta entre nobres e plebeus, ou entre brancos e gente de cor, traduziu-se numa luta entre partidos, o conservador e o liberal. A Balaiada foi, antes de tudo, uma revolução de negros e apresentava afinidades com a Sabinada da Bahia, a Praieira e a Cabanagem do Pará. Foi um movimento de massa anônimo, de pretos, indígenas e mestiços. Movimento complexo, tratado um tanto simplistamente pela historiografia da época, segundo Gilberto Freyre. Insurreição da classe oprimida e da raça oprimida. Não foi um movimento político, conscientemente democrático e liberal. Situa-se na História do Brasil e das Américas como uma rebelião de massas perfeitamente caracterizada. Revolta da classe oprimida a que se juntou a da raça ou meia raça oprimida. Não eram bandidos sertanejos, mas pequenos lavradores, vaqueiros e fazendeiros, bem como africanos e seus descendentes, quilombolas. “É um dos assuntos não só mais dramáticos como mais ricos de sugestões, da História da formação da sociedade e da cultura brasileira”¹⁷⁰.

* * *

Em 1822, H.J. d’Araújo Carneiro, no seu livro *Brasil e Portugal ou reflexões sobre o estado atual do Brasil*, impressionado com a grande quantidade de negros e pardos sobretudo nas cidades brasileiras, alertava que a situação era crítica devido à “imensidade de negros que ali abunda”, pois, irritados os brasileiros com a metrópole, “poderiam por último e desesperado recurso” convocar os negros em seu auxílio, e “reduzir-se aquele vasto e rico país ao estado da ilha de São Domingos”¹⁷¹.

Tal receio de que o Brasil se tornasse um grande São Domingos já vinha desde 1819, quando o governador de Pernambuco, Luís do Rêgo Barreto, escrevia em carta para Lisboa, referindo-se à Revolução de 1817:

não foram todos os Negros, nem todos os Mulatos os que tomaram o

¹⁷⁰ FREYRE, Gilberto. Ainda acerca da Balaiada. *Diário de Pernambuco*, 15 de março de 1949.

¹⁷¹ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 751.

partido dos rebeldes, e se uniram a eles, porém dos homens destas cores, aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, a abraçaram de um modo excessivo, e insultante, e fizeram lembrar com frequência aos moradores desta capitania as cenas de São Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores, ou senhoras, e se prometiam com todo despojo de uma senhora, como acontecimento infalível¹⁷².

O temor veio a tornar-se realidade em 1823, quando a cidade do Recife permaneceu por alguns dias sob o domínio de um grupo de mulatos liderado por um mestiço, Pedroso. Gilberto Freyre dedica a esse movimento uma atenção que ele não dedica a vários outros e uma atenção que o movimento de 1823 não recebeu da maioria dos autores. Com efeito, trata-se de evento até hoje ensombrecido na historiografia pernambucana e brasileira, estudado quase que exclusivamente por Alfredo de Carvalho no começo do século 20.

Carvalho foi assim um dos poucos a tratar do tema, em ensaio intitulado “Os motins de fevereiro de 1823” e incluído nos seus *Estudos Pernambucanos*. Para ele,

os motins, que alvorataram esta capital nos últimos dias de fevereiro de 1823, oferecem um dos exemplos mais contrastadores da completa desorganização política e da iminente dissolução social a que tínhamos chegado: recordá-los é dever penoso, mas que urge cumprir, máxime sendo infieis, obscuras e incompletas as poucas narrativas destes fatos até hoje incorporadas à História pátria¹⁷³.

Em ambiente conturbado, esses motins teriam sido causados pela conspiração de Bernardo José da Gama, futuro barão de Goiana, para depor o governo de Gervásio Pires, aproveitando-se do capitão de artilharia Pedro

¹⁷² FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 103.

¹⁷³ CARVALHO, Alfredo. Os motins de fevereiro de 1823. In: CARVALHO, Alfredo de. Estudos Pernambucanos, 2ª edição. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978, p. 262.

da Silva Pedroso¹⁷⁴. Este último, “militar sofrivelmente instruído para o tempo”, maçom, mestiço e nativista exaltado, havia aderido à Revolução Pernambucana de 6 de março com “temerária presteza”, “revelando-se secretário do radicalismo intransigente”¹⁷⁵.

“Ensaçou no Recife um arremedo do Terror, prendendo e fuzilando sem processo desertores”. Escapou milagrosamente ao cadafalso e foi parar nos cárceres da Bahia, onde ensinou aritmética e álgebra. Não recebeu o indulto com que os outros presos foram beneficiados, por ser “homicida qualificado”, e partiu, à disposição das Cortes, para Portugal, onde finalmente conseguiu “a tão sonhada liberdade”. Voltou então ao Brasil.

Alto e bem apessoado, tez cor de bronze, semblante enérgico e voluntarioso, ao qual o longo *cavaignac* luzidio e bastos bigodes negros davam certo cunho marcial; ativo e vaidoso da sua reputação de bravura, Pedroso, habitualmente de maneiras lhanas e afáveis, era, porém, sujeito a acessos duma cólera explosiva quando, inteiramente desvairado, se deixava impelir aos maiores desatinos¹⁷⁶.

Famoso pela sua coragem e pela declarada preferência pela gente de cor, logo adquiriu uma grande popularidade entre a tropa e as classes mais humildes. Foi cooptado então pela oposição a Gervásio, que teria se aproveitado da sua “natural presunção”, segundo Alfredo de Carvalho¹⁷⁷, e passou a liderar o movimento, que teve um ensaio nas arruaças dos dias 2, 3, 22 e 23 de agosto de 1822, “assustando a população do Recife com toques de rebate e correrias de gente armada”.

Gervásio deixou o poder em 16 de setembro de 1822 e, no dia seguinte, 17, estalou a sedição, que incluía a quase totalidade das forças de 1ª e 2ª linhas e as companhias dos Monta Brechas, Bravos da Pátria e Intrépidos,

¹⁷⁴ *Idem*, p. 268.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 269.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 270 e 271.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 271 e 272.

corpos patrióticos de mestiços e negros organizados durante a sua administração¹⁷⁸.

Pedroso foi aclamado Governador das Armas pela soldadesca e os sediciosos marcharam em direção ao Paço do Conselho, onde o novo chefe militar declarou “que a força armada e o povo haviam deposto o governo da província por ter oficiado ao Príncipe Regente contra a tropa e o povo da vila do Recife, tratando-os de facínoras”¹⁷⁹. Uma junta interina foi então eleita e “Pedroso, guindado às culminâncias do poder como chefe supremo das forças militares, não tardou em embriagar-se com o incenso das estrepitosas ovações da população”¹⁸⁰.

Em face dessa situação extremamente instável, Pedroso logo passou a contrariar publicamente as ordens e os mandados da Junta e a exercer as suas atribuições de modo discricionário, começando a praticar toda a sorte de atentados contra a ordem pública, insultando, prendendo e ameaçando de fuzilamento a quantos incorriam no seu desagrado; “as arruaças e os conflitos sucediam-se cotidianamente e ninguém se julgava acobertado das iras do frenético Governador das Armas”¹⁸¹.

A situação atingiu seu clímax em janeiro do ano seguinte, 1823, quando ele “percorreu o bairro de Santo Amaro seguido de numerosa soldadesca e de bastos magotes de negros e mestiços, os quais, na demasia da embriaguez, vociferavam contra o governo, acoimando-o de republicano, ao passo que proclamavam Pedroso Benemérito da Pátria”¹⁸².

A população negra e mestiça, majoritária, “agregada em volta de Pedroso”, e influenciada pelos “sucessos da ilha de São Domingos, onde os escravos revoltados haviam triunfado dos senhores”, deixava em muitos a expectativa do estabelecimento de um governo análogo ao da ilha do Caribe, “sob os auspícios do prepotente Governador das Armas”¹⁸³.

Pedroso logo chegou à conclusão de que o único meio de garantir a sua

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 274 e 275.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 276.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 278.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 286.

¹⁸² *Ibidem*, p. 293.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 297 e 298.

permanência no poder era depor a Junta e constituir uma nova administração, de forma que ficassem as rédeas do poder entregues tão somente aos seus amigos. Foi assim que, em 21 de fevereiro de 1823, por motivo fútil, cercou o palácio do governo, exigindo a entrega de um seu subordinado, comandante da bateria de Porto de Galinhas, que havia sido convocado ao palácio sem o seu conhecimento. O governo cedeu, mas, logo após, “talvez envergonhado de sua inqualificável fraqueza”, decidiu agir com firmeza e decidiu, já no dia seguinte, 22 de fevereiro, apoderar-se do quartel de artilharia, principal baluarte dos rebeldes de Pedroso, que, não podendo resistir, fugiu e tentou reagir, dispondo-se a voltar para o Recife. Travou-se combate entre as tropas do governo e as dos rebeldes, com desvantagem para estes últimos, que logo começaram a bater em retirada. Mas, tendo recebido reforços, recomeçaram a fuzilaria.¹⁸⁴ Diante dessa reviravolta, os sediciosos avançaram para o centro da vila sem estorvo, e o mulato, estrepitosamente aclamado, fazia a sua entrada triunfal “cavalgando um canhão todo engrinaldado de folhas de mangue e puxado pelos seus mais ardentes sectários”, espetáculo comparado, pelo padre Lopes Gama, ao de “Sileno quando, sobre um burro e cercado de faunos e sátiros berradores, se dirigia às núpcias de Vênus descritas por Ovídio”¹⁸⁵.

Ao declinar do dia 22, Pedroso celebrava mais uma vitória e obtinha a posse do Recife, cujo comércio fechara as portas. As ruas estavam silenciosas e desertas, “quando não percorridas por grupos ruidosos de ínfima gentilha de cor, ébria e seminua, brandindo armas improvisadas e praguejando ameaças de morte contra os republicanos e *caiaidos*”¹⁸⁶.

Mas, no dia 24 de fevereiro, a Câmara do Recife imprimiu e fez circular uma proclamação, “concitando, em nome do Imperador, os cidadãos de todas as classes à união e à concórdia e bem da pátria”. Começou assim a reação aos desmandos, “com a celeridade habitual em situações análogas” e, já no dia 25, as tropas governistas, reforçadas por dissidências das tropas rebeldes, começaram a avançar em direção a Afogados. O morgado do

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 303, 304, 305 e 306.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 307 e 308.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 309, 310 e 311.

Cabo, estacionado em um dos seus engenhos, decidiu então tomar enfim a ofensiva e, à frente de um “exército legal, se tal nome se pode aplicar àquela aglomeração desconexa de pequenas unidades táticas, sem disciplina e sem tirocínio marcial, bandos irregulares obedecendo a um número desproporcionado de oficiais improvisados de todas as patentes e graduações”, composto de vários milicianos e paisanos armados, além da companhia de cavalaria de Olinda, marchou, em 27 de fevereiro, passando por Prazeres e acampando à tarde no Jiquiá, onde a ele se reuniram as tropas saídas do Recife. No dia seguinte, foi tomada sem resistência a fortaleza das Cinco Pontas e o bairro da Boa Vista.

Logo a seguir, Pedroso demitiu-se do cargo de Governador das Armas, e as forças legais ocuparam completamente o Recife. No dia 1º de março, Francisco Paes Barreto, o mencionado morgado, fez a entrada triunfal no Recife, “acompanhado de uma luzida multidão de cavaleiros, e, entre mil vivas e aplausos que as ruas e varandas lhe prodigavam, se dirigiu para a Sala das Sessões” e reempossou a Junta demitida¹⁸⁷.

Mas, na Corte, “o trêfego Bernardo José da Gama” soubera habilmente desfigurar os sucessos e conseguiu a liberdade de Pedroso, “logo que o tresloucado ali chegou”. Os demais implicados também foram soltos, “e a vitória dos legalistas quase se transformou em revés, devido às concessões humilhantes a que foram obrigados pelo poder central”¹⁸⁸.

Freyre tratou dessa revolta em três livros: *Sobrados e Mocambos, Região e Tradição* e, principalmente, *Nordeste*. No primeiro, ele analisa 1823 no contexto da “atitude de pavor de grande parte dos brancos — principalmente europeus”, na época da Independência, considerada impossível por alguns sem a proteção de alguma potência europeia que os protegesse contra o elemento africano e assegurasse a preponderância do elemento europeu¹⁸⁹. Nesse contexto,

pardo por natureza, o Pedroso, que, pela sua condição prestigiosa de coman-

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 317 a 328.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 333, 334 e 335.

¹⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 752.

dante das armas, desejoso de napoleonicamente empolgar todo o poder — e não apenas o militar —, tornou-se líder de uma insurreição de pardos e pretos na cidade do Recife em 1823; não necessitou declarar-se “descendente de africanos” para merecer a confiança daquela parte considerável e trepidante da população. Sua situação de pardo claro, com prestígio militar, permitia-lhe pender para qualquer dos extremos¹⁹⁰.

Em *Região e Tradição*, baseado em Alfredo de Carvalho, recorda que, já em 1823, a cidade do Recife estivera por alguns dias sob o domínio dum grupo de mulatos e dum governador das armas mestiço: Pedroso. Fechara o comércio. As ruas adquiriram um ar sinistro e ao mesmo tempo grotesco, percorridas por “grupos ruidosos de ínfima gentalha de cor ébria e seminua¹⁹¹”.

A revolta de Pedroso foi sufocada por um exército “de senhores de engenho e dos seus moradores, dos seus negros e vaqueiros, cujos couros de veado davam uma nota de pitoresco àquele arremedo de exército”, sob o comando do morgado do Cabo, Francisco Paes Barreto, figura conservadora pernambucana que não deixava a Nova Lusitânia de todo entregue aos movimentos libertários¹⁹². Mais uma vez, o conflito campo *versus* cidade, mais uma vez as lealdades das classes humildes e dos mestiços divididas. “Foi esse exército de senhores de engenho que restituiu o Recife à ordem, entrando na vila ‘entre mil vivas e aplausos’¹⁹³”.

A natureza social e econômica do movimento de Pedroso é revelada pela seguinte quadra:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Porque só pretos e pardos
O país hão de habitar!¹⁹⁴

¹⁹⁰ *Idem.*

¹⁹¹ FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*, p. 189.

¹⁹² *Idem*, p. 190.

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

Gilberto Freyre enxerga nessa revolta a antecipação da Praieira, de 1848, lamentando que a significação política desta última fosse exagerada em prejuízo da social e econômica¹⁹⁵. Com efeito, para ele, a Praieira “sacolejou” a organização feudal dominada pelos grandes senhores da terra, que saiu enfraquecida, e caracterizou-se pela participação de negros e mestiços desejosos de ascensão social, entre os quais o próprio Antônio Pedro de Figueiredo, o “Cousin fusco”, relevando-se, assim, mais do que o político, o aspecto social da revolta¹⁹⁶. Seguiu nesse passo o ensinamento de Joaquim Nabuco.

O seu mártir principal foi um “aristocrata da toga”, Nunes Machado, “leão pela bravura com que soube morrer depois de ter sabido viver”. A Praieira teve seu lado sórdido e mesquinho, com “muito nativismo rasteiro contra o português ou o europeu”, e muitos dos que dela participaram o fizeram por interesse particular. Mas a Praieira foi a “erupção mais violenta” de um movimento “socialmente compreensivo e adiantado em seus propósitos revolucionários”, que procurou “ser uma reforma de base e não apenas de superfície em nossa organização social” de características predominantemente feudais.

A Praieira e a ação de revolucionários intelectuais, como Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima e Nascimento Feitosa, enfraqueceram a organização feudal da economia, “vinda dos primeiros dias coloniais e conservada, em sua forma sociológica, até quase o fim do Império”. Joaquim Nabuco foi o herdeiro desses intelectuais, sobretudo de Figueiredo. A participação de negros e mestiços, como Figueiredo, em busca de ascensão social, “assentia no movimento pernambucano de renovação social imortalizado pelo sacrifício de Nunes Machado, o caráter de insurreição democrática”¹⁹⁷.

Como ele comenta, na introdução a *O velho Félix e suas Memórias de um Cavalcanti*:

Invadindo os engenhos, as propriedades dos grandes senhores de terras e escravos, a polícia Praieira pareceria, largos anos depois, ao historiador

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ FREYRE, Gilberto. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados por ocasião do centenário da Praieira. Publicado no *Diário de Pernambuco* em 12 de novembro de 1948.

¹⁹⁷ *Idem*.

Joaquim Nabuco, ter quebrado “o vínculo entre os moradores e os senhores de engenho”, concorrendo assim para o desprestígio da aristocracia territorial que tão grandes serviços prestara à Capitania e à depois Província de Pernambuco. Mas, já em 1846, escrevia o padre Gama, como que em antecipação ao reparo de Joaquim Nabuco, que era verdade que “esta *má* polícia praieira” tinha “cercado e varejado certos castelos feudais, ou engenhos, donde tem tirado escravos furtados”; verdade, também, que a polícia dos Praieiros, “que os homens do partido da ordem diziam, poriam tudo em anarquia, roubando e matando a torto e a direito, se chegassem a empolgar o poder”, perseguia “os ladrões de escravos, alguns dos quais foram roubados a guabirus e são restituídos a seus senhores”.¹⁹⁸

É em *Nordeste*, entretanto, que dedica mais atenção ao pardo Pedroso. Ele descreve a revolta deste como “um dos movimentos de maior significação social da História do Nordeste”, no gênero das balaiadas, das cabanadas, das tapuiadas. Com efeito, trata-se da revolta da gente mestiça do Recife, dos negros e mulatos livres, parte considerável da população, que vivia no “traseiro da cidade”, se estendendo por becos e camboas, e que formava batalhões diversos, e não apenas o dos Henriques. Nesse sentido, esse movimento teve a adesão da quase totalidade das forças de 1ª e 2ª linhas, bem como dos corpos patrióticos de mestiços e negros, como informava um cronista da revolta, com base na *Devassa* pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹⁹⁹.

Tais corpos de mestiços e negros datavam das guerras holandesas, onde se haviam revelado decisivos nas batalhas, dada sua aptidão para as guerrilhas, para a “guerra brasílica”, especialização militar que derivou em prestígio social. Ao lado desses corpos, as irmandades de negros e de mestiços, como a do Rosário, possibilitaram a formação de uma verdadeira “aristocracia”

¹⁹⁸ FREYRE, Gilberto. Introdução a O velho Félix e suas Memórias de um Cavalcanti, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. XXXVI.

¹⁹⁹ FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 106.

de escravos e negros, “superiores em prestígio, embora nem sempre em condições materiais de vida” aos escravos dos engenhos²⁰⁰.

Estes fatos nos auxiliam a compreender o ambiente tocado de “consciência de espécie”, embora uma consciência vaga e mística, que teria facilitado a revolta de gente miúda e de soldados de cor que explodiu no Recife em 1823. Com o mestiço Pedroso, de cavanhaque e a cavalo — duas insígnias de autoridade, à frente da insurreição, o movimento dominou a cidade por alguns dias: enquanto não chegaram dos engenhos os senhores a cavalo e acompanhados de escravos que estabeleceram a supremacia dos Engenhos sobre a Cidade²⁰¹.

Segundo frei Caneca, nas suas *Obras Políticas e Literárias*, Pedroso era figura frequente nas palhoças da Estância, “rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no colo”, entre a sua gente, como ele a denominava²⁰². Já Alfredo de Carvalho comentou que os motins de 1823 haviam sido estimulados pelas “notícias dos sanguinolentos sucessos da ilha de São Domingos, onde os escravos haviam triunfado dos senhores”²⁰³. Faltaria, no entanto, direção e ambiente à revolta. A “consciência de espécie” era vaga, e havia elementos que os impeliam “à mística da lealdade”, de modo que o triunfo do exército dos senhores de engenho foi fácil.

Pedroso fora expressão daquela insatisfação social e talvez psicológica do mulato ainda mal ajustado aos brancos, tão frequente na antiga sociedade brasileira [...] Do mulato quase separado do negro. Quase separado de reivindicações de raça, de região ou de classe. Querendo o seu reajustamento quase exclusivamente individual. Mas, utilizando-se do negro, da classe oprimida ou da região animada de sentimentos autonomistas e até separa-

²⁰⁰ *Idem*, p. 106 e 107.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 107.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ *Ibidem*, p. 108.

tistas, como de um elemento revolucionário correspondente à insatisfação; como uma força bruta, mas plástica em suas mãos ansiosas de domínio em uma sociedade que ele desejava reorganizada em novas bases²⁰⁴.

Novo movimento de insatisfação ocorreria no ano seguinte, quando o batalhão dos pardos se revoltou sob o comando de Emiliano Mandurucu, também sob a influência dos acontecimentos da Ilha de São Domingos e do Haiti e de seu rei Cristóvão:

Qual eu imito a Cristóvão
Esse imortal Haitiano
Eia! Imitai o seu povo
Oh! meu povo soberano!²⁰⁵

Gilberto Freyre advogou, nesse contexto, o estudo da influência dos movimentos de escravos das Antilhas sobre as diferentes áreas escravocratas do Brasil, como o extremo Nordeste (Pernambuco, Paraíba e Alagoas) e o Recôncavo Baiano, já que, nestas áreas, que constituíam as “duas grandes civilizações do açúcar na América”, se haviam seguido atitudes psíquicas e sociais diversas com relação aos escravos africanos; acrescenta-se que essas áreas sofriam de problemas comuns em face do negro e do mulato. Assim,

a ideologia libertária da Revolução Francesa e da Revolução Americana chegou aos dois sistemas escravocratas — o das Antilhas e o do Brasil — pelos meios mais surpreendentes e mais sutis. No Brasil, até por intermédio dos padres. Mas sem encontrar nunca entre nós ambiente tão favorável ao ódio do escravo contra o senhor, do preto contra o branco, como o que encontrou naquela outra parte da América, onde a monocultura do açúcar igualmente separara a população em senhores e escravos; mas escravos e senhores mais distanciados socialmente do que no Nordeste do Brasil²⁰⁶.

²⁰⁴ *Ibidem.*

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 109.

²⁰⁶ *Ibidem.*

No entanto, Freyre adverte que não se pode fazer a generalização do negro ou do mulato como elemento por excelência perturbador da civilização aristocrática do açúcar. Ele foi aqui decerto um insatisfeito e mal ajustado, “mas não por ódio radical de raça ou de classe”; mais por desajustamento psicológico, que dele fez um introspectivo tanto individual quanto social. É natural que ocorressem, portanto, casos de fidelidade à ordem, à Igreja Católica e à Coroa, e de repúdio à República²⁰⁷. De modo que a revolta de Pedroso em 1823 era tanto contra os “marinheiros” e “caídos” quanto contra os “republicanos”²⁰⁸. E um dos seus principais aliados era nada mais nada menos que um senhor de engenho, Paula Gomes, ele próprio um “agitador”²⁰⁹.

A atitude dos caboclos e homens de cor foi, assim, mais de uma vez, a de defesa de valores europeus ortodoxos, já tradicionais no Brasil, contra as inovações²¹⁰. Tal foi a base de movimentos como os cabanos e os papa-mel, “sertanejos e matutos com sangue ameríndio, a quem se juntaram negros e pardos de engenhos atraídos pela possibilidade de se libertarem”, e mesmo indígenas recém-civilizados, em sua “guerra de morte a liberais, progressistas e inovadores dos sobrados do litoral ou das cidades”. Defendiam um “monarquismo absolutista” e um “patriarcalismo severo e a seu modo hierárquico” e acusavam os liberais de pregar a desobediência dos filhos aos pais, dos sobrinhos aos tios, dos afilhados aos padrinhos, e de pôr fim à monarquia. Tratava-se de uma “luta de absolutistas contra constitucionalistas, de restauradores de dom Pedro I contra nacionalistas partidários de Pedro II”, de “sertanejos contra o litoral”²¹¹.

Da crise de Pedra Bonita — onde sertanejos de Pajeú das Flores, na província de Pernambuco, na sua maioria caboclos, dominados por um místico que foi uma espécie de esboço traçado a sangue do fanático ou monge de Canudos, chegaram ao sacrifício humano — não nos esqueçamos de que

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 115.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 167.

²¹⁰ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 486.

²¹¹ *Idem.*

foi a seu modo sebastianista: expressão de sentimento ou desejo de regresso à monarquia absoluta e, ao mesmo tempo, de repúdio àquelas formas dominantes de grande propriedade — a das casas grandes — que não se conciliavam com a independência das “casas de caboclos”, donos apenas de cabras de leite. Antes de haver no Brasil uma “guarda negra”, de defesa da monarquia paternalista ou maternalista dos Braganças e composta de africanos e descendentes de africanos — capoeiras, capadócius, capangas — que grandemente dificultaram a ação antimonárquica de bacharéis brancos como Silva Jardim ou a de propagandistas da República mestiços como Saldanha Marinho e Glicério, houve caboclos e descendentes de caboclos, mestiços e cafuzos que, em grupos numerosos, se puseram ao lado das instituições mais antigas para aqui transplantadas da Europa — mesmo as mais duramente hierárquicas, como a monarquia absoluta ou a forma mais severamente patriarcal de família — e contra as inovações, mesmo as igualitárias: igualitarismo que, praticado, tenderia a beneficiá-los. É que, como raças subjugadas, se sentiam necessitados menos de liberdades abstratas que da proteção efetiva que reis e papas pareciam ser os mais aptos a lhes conceder contra senhores e padres católicos desabusados no exercício ou na perversão do domínio econômico, político ou religioso sobre as gentes de cor. Dos reis e dos papas, na verdade, é que mais de uma vez tiveram os nativos do Brasil, e mesmo os negros vindos da África, proteção efetiva contra abusos de particulares e até de religiosos: e essa proteção é natural que tenha criado nos ameríndios e nos seus descendentes e nos negros e descendentes de negros sentimentos de classe capazes de superar os de raça²¹².

O próprio movimento de Canudos foi, sob certo aspecto, extremamente conservador, muito distante da rebeldia contra a Igreja. Ao contrário, foi um caso de reafirmação de valores tradicionais castiçamente brasileiros, entre os quais o culto do Pai (Pontífice, Príncipe, Pai), “contra os excessos de um republicanismo a seu ver demagógico, anárquico e antirreligioso”²¹³.

²¹² *Ibidem*, p. 463.

²¹³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso. Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime do Trabalho Livre. Aspectos de um Quase*

Pois, para o mestre de Apipucos, a verdade é que do sistema longamente dominante numa época nem tudo desaparece sob sistemas ou organizações novas. Pelo que os radicais, os fanáticos, os absolutos no seu revolucionarismo, os que queimam tudo que seus pais adoraram, quase sempre passam pelo dissabor de ver os filhos adorarem os salvados do incêndio que eles, fanáticos, atearam.

É o que parece ocorrer sempre. Ocorreu na França depois dos dias mais sangrentamente intolerantes da Revolução Francesa. Ocorreu no Brasil depois dos dias mais intransigentes do movimento da Independência, ou da revolução antilusitana, quando os patriotas mais radicais no seu caboclisto patriótico começaram a só querer comer mandioca, a só querer beber aguardente de cana, a só querer vestir algodão, a substituir cada um o Antônio ou o Ferreira do nome por algum apelido mais arrevesadamente tupi, alguns padres a substituir o incenso da missa pelo benjoim, [...] todos certos de poderem acabar de repente com o domínio, no Brasil, da farinha do reino, do vinho do porto, da língua portuguesa, da Igreja de Roma; e não apenas com o governo de Sua Majestade o Rei de Portugal.²¹⁴

Outro aspecto importante desses movimentos “revolucionários” foi o da rivalidade entre brasileiros natos e estrangeiros, sobretudo portugueses, especialmente os comerciantes e artífices. Essa foi uma das causas da Revolta Praieira e da Cabanada, por exemplo²¹⁵. Episódio inusitado nesse contexto foram as agitações antiportuguesas ocorridas em 1872 em Pernambuco, focadas na figura do escritor português Eça de Queirós, que, no calor do debate, chegou a considerar a província de Pernambuco “bárbara”²¹⁶.

Trata-se de história interessantíssima. Por ocasião da primeira viagem de dom Pedro II à Europa, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, então redatores de *As Farpas*, fizeram várias críticas, mordazes em sua maioria,

Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República. 1º Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 159.

²¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem, Liberdade, Mineiridade*, p. 24 e 25.

²¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º Tomo. p. 487.

²¹⁶ *Idem*, p. 254 e 255.

transformando o que por outros era considerado uma vitoriosa excursão em um grotesco espetáculo de circo. Tudo o que o imperador fazia na Europa foi objeto de chacotas impiedosas²¹⁷.

Tais chacotas, em princípio, foram bem recebidas, no Brasil, pelos adversários políticos da monarquia, como forma de crítica e de apoio às suas pretensões republicanas, ao caricaturar o imperador. Ocorre que a reação brasileira passou de parcialmente favorável a reação nativista contra os portugueses, “numa das páginas mais curiosas e pitorescas das relações luso-brasileiras”²¹⁸.

É que as matérias de *As Farpas* foram reproduzidas no Brasil sem autorização dos autores, e muito menos com respeito aos seus direitos autorais. Ofendidos, os jornalistas lusitanos passaram a estender a chacota e a crítica da personagem do imperador para os brasileiros em geral, chamando-os de ladrões, dirigindo inclusive carta aberta ao próprio imperador, primeira vítima de suas gozações, reclamando do esbulho de sua propriedade literária.

A reação pernambucana a essa nova realidade foi dura: de um instante para outro, “as doces verrinas” de Eça transformaram-se em “acres censuras” aos brasileiros, monarquistas e republicanos²¹⁹. Eça não havia feito por menos, espicaçando o brasileiro e submetendo-o ao desprezo público. E a reação veio no mesmo nível, inclusive pela imprensa, com a publicação de *Os Farpões*, “revide dos pernambucanos às *Farpas*”²²⁰.

Seguiu-se uma discussão acerba entre *Farpas* e *Farpões*, e o resultado foi que, na cidade de Goiana, os velhos preconceitos de nacionalidade voltaram à tona e, em 1872, reavivaram-se os versos da época da Independência, tais como:

Marinheiro e pé de chumbo
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a ousadia
De casar com brasileira?

²¹⁷ CAVALCANTI, Paulo. Eça de Queiroz, agitador no Brasil. Segunda edição, revista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 26.

²¹⁸ *Idem*, p. 31.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 55.

²²⁰ *Ibidem*, p. 63.

A que se respondia:

Pra que secretos misteres,
Patriota brasileiro,
Dás as filhas por mulheres
Ao burro do marinheiro?

E mesmo esta:

Sempre viva a Independência
E perpétua a luta seja:
Que o domínio português
Nesta terra não se veja²²¹.

E seguiram-se tumultos, que incluíram manifestações antilusitanas, e mesmo agressões aos cidadãos portugueses, com espancamentos e total perturbação da ordem pública. O “mata-mata marinheiro” assumiu proporções aterradoras, e toda a cidade estava entregue à violência e à insegurança, o que prevaleceu por cerca de uma semana²²². Trata-se da última revolta nativista antilusitana registrada no Brasil, cinquenta anos após a Proclamação da Independência. Notável o anacronismo da situação, que bem poderia ter ocorrido cinco ou seis décadas antes...

* * *

Importa observar, nesse sentido, que, ao se tornar sede de uma monarquia europeia e ao se converter em Reino Unido, o Brasil passou a assumir um posicionamento ideológico contrarrevolucionário, o que o distanciava ainda mais do restante do continente americano, de tendências republicanas, em um contexto de reorganização, tanto no Novo Mundo, com a criação

²²¹ *Ibidem*, p. 104 e 105.

²²² *Ibidem*, p. 107 e 108.

de novas repúblicas, quanto no Velho, com a reorganização dos Estados europeus após as guerras napoleônicas²²³, de todo o sistema internacional.

Para Gilberto Freyre, a própria forma pela qual se havia realizado a separação política de Portugal seria o exemplo acabado de quanto uma revolução libertária pode ser efetiva com o mínimo de violência e o mínimo de rancor. “Quase sem ser substantivamente revolução. Sendo mais verbo do que coisa”²²⁴. Tal característica teria nos poupado, ainda segundo Freyre, do ridículo em que por algum tempo incorreram, na Europa relativamente estável, “as chamadas revoluções da América espanhola, isto é, da sua parte tropical, com abundância de generais transformados em caudilhos ou em ditadores de sombreiros pitorescos...”²²⁵. Tais revoluções seriam, acrescenta ele, “quase todas quarteladas, pronunciamentos, insurreições de aspectos mais ou menos cenográficos, de um tipo que o Brasil quase não conheceu...”²²⁶.

Tal afirmativa, feita em 1972, em plena ditadura militar e durante o governo Médici, parece vir de encontro às percepções de um dos maiores historiadores brasileiros, José Honório Rodrigues que, pouco depois, em 1976, lançaria a sua obra *Independência — Revolução e Contrarrevolução*, na qual se deixa claro que a Independência não foi resultado de um acordo pacífico, de um “desquite amigável” como o qualificava Oliveira Lima, mas de uma conquista fruto de grande movimentação política e militar. Tal tendência vem sendo revalorizada na atualidade, com a insistência no estudo das guerras da Independência, sobretudo da Bahia, do Piauí e do Maranhão. Conquanto correta em princípio — a Independência brasileira teve um componente forte de violência, como aliás quase todo evento na História do país, e houve guerras e lutas importantíssimas para consagrar e consolidar o domínio brasileiro sobre o seu território —, não se pode comparar, em termos de escala de grandeza, as operações militares no Brasil com aquelas nos vizinhos sul-americanos. Não houve, no caso brasileiro, travessias grandiosas como as que San Martín e Bolívar efetuaram ao cruzar

²²³ LYRA, Maria de Lourdes Viana. O império em construção, p. 12.

²²⁴ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 15.

²²⁵ *Idem*, p. 18 e 19.

²²⁶ *Ibidem*, p. 19.

os Andes, ao sul e ao norte. Não houve batalhas da dimensão da batalha de Ayacucho e outras. E isso, ao contrário do que parece, não é negativo, mas positivo. E o fato é que, por mais resistência que houvesse, o poder foi conservado na sua modalidade monárquica, houve uma continuidade dinástica, e afastou-se, durante quase setenta anos, o fantasma do republicanismo. Houve, pois, um “desquite amigável”, que conservou no poder a dinastia de Bragança, sob as bênçãos da Inglaterra.

* * *

A visão freyreana do processo revolucionário vai, não obstante, muito além do seu aspecto político. Trata-se de um processo de transformação social, de “descontrações de subordinados contra dominações de uns grupos ou de uns tipos de cultura por outros”²²⁷, em que as revoluções são, mais que políticas, culturais, econômicas e estéticas, e nas quais se almeja a reciprocidade e a interpenetração mais que a subordinação²²⁸.

Nesse contexto, como bem nota Élida Rugai de Bastos, surgiram “indivíduos híbridos”, que não eram nem senhores nem escravos na sua situação social, racial e cultural, que desempenharam papel fundamental nos movimentos sociais do século 19. Esse papel constitui um dos aspectos da correlação entre o crescimento dos conflitos sociais e a decadência do patriarcado, que foi paralela ao fortalecimento do Estado de origem europeia transplantado para o solo americano em suas instituições, com as adaptações necessárias²²⁹.

Para o mestre de Apipucos, esses movimentos revolucionários se vinham desenvolvendo de “uma forma suavemente brasileira”, como havia acontecido na Independência, na Abolição da Escravatura e na Proclamação da República²³⁰.

²²⁷ *Ibidem*, p. 17.

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ BASTOS, Elida Rugai de. As criaturas de Prometeu. São Paulo: Global, 2006, p. 103 e 104.

²³⁰ FREYRE, Gilberto. O caráter nacional brasileiro no século XX. In: FREYRE, Gilberto.

A constância de atuação desse processo, como que moderadamente, mas constantemente revolucionário — a constância fazendo as vezes da violência esporádica — na existência pré-nacional, nos coloca entre as modernas sociedades nacionais que têm atingido e desenvolvido a condição de nacionais ou de independentes, sem se desgarrarem em atitudes ou em extremos explosivos, mas combinando a tendência para uma relativa estabilidade — a sistemática monárquica de governo que sirva de exemplo, pois sociologicamente ela não desapareceu de todo, ao ser substituída a Monarquia pela República justa e rigorosamente presidencial de 89 — com a contrária, isto é, a tendência para retificações, alterações, modificações por métodos renovados ou evolucionários. Às vezes, mais revolucionários do que, naquelas tendências estabilizadoras, que, sem tais impactos, teriam se extremado em estratificação ou em arcaização pernicioso, do ponto de vista de uma constante dinâmica sociocultural. Dinâmica sociocultural sob forma ou configuração pré-nacional ou nacional. E que inclui — é claro — uma dinâmica econômica. Socioeconômica²³¹.

Trata-se do conceito clássico freyreano de “equilíbrio de antagonismos”, característico da formação brasileira, antagonismos esses amortecidos e harmonizados pelas condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil²³². Tal equilíbrio não exclui, todavia, o que Gilberto Freyre denomina “os relapsos no furor selvagem, ou primitivo, de destruições”, que se manifestam tanto nos assassinatos, saques e invasões de fazendas por cangaceiros, quanto naqueles movimentos políticos ou cívicos, nos quais ocorreram “explosões desse furor recalcado ou comprimido em tempos normais”²³³.

Silvio Romero chegou a criticar-nos pela ingenuidade com que damos o pomposo nome de *revoluções liberais* a “assanhamentos desordeiros”. O cará-

Palavras repatriadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 377.

²³¹ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 22.

²³² FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala, p. 78.

²³³ *Idem*, p. 164.

ter, antes de choque de culturas desiguais, ou antagônicas, do que cívico ou político, desses movimentos, parece não ter escapado ao arguto observador: “os elementos selvagens ou bárbaros que representam no fundo étnico de nossa nacionalidade vieram livremente à tona, alçaram o colo e protagonizaram a anarquia, a desordem espontânea”, escreve ele [...], referindo-se às balaiadas, sabinadas, cabanadas que têm agitado o Brasil. Poderia talvez estender-se à caracterização dos mata-marinheiros, quebra-quilos, farrapos²³⁴.

Tal apreciação pode ser considerada, em alguma medida, uma antecipação da teoria do homem cordial, expressa por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, de 1936, na qual se atribui à “cordialidade” — no sentido de ação ditada diretamente pelo coração, sem reflexão anterior, seja para o mal, seja para o bem, característica predominante na sociedade brasileira.

Mas, para o mestre de Apipucos, e apesar de todas essas irrupções revoltosas, o verdadeiro processo revolucionário brasileiro era menos ostensivo, “mais à José Bonifácio que à Pedro I”, desenvolvido pelos brasileiros pelos seus próprios estilos de democracia, seja ela econômica, social, ou étnica, além de simplesmente política. Tal seria o objetivo a atingir, sob a inspiração não só “do romântico e bravo brasileiro de Pedro I”, mas também o dos pernambucanos de 1821; e além da visão pan-nacionalmente brasileira de José Bonifácio, o sentido transnacionalmente brasileiro do barão do Rio Branco, “ao desejar um Brasil mais divulgado, melhor compreendido, mais respeitado no exterior pelo que nele é nação independente e cultura criadora”. Tal se manifesta pela criação

dos Aleijadinhos e dos Teixeiras de Freitas; dos músicos mestiços mineiros e pernambucanos do século XVIII; dos Josés de Alencar e dos Gonçalves Dias; dos Carlos Gomes e dos Villa-Lobos; dos pintores e dos arquitetos dos nossos dias; dos Manuel Bandeira e dos Carlos Drummond; dos José Lins do Rêgo, dos Érico Veríssimo, dos Jorge Amado e dos Guimarães Rosa [...] Que Independência nacional é mais isto do que afirmativas menos vivas do que essas ou só abstratas. É mais Música como a de Villa-Lobos do que

²³⁴ *Ibidem*.

Direito Constitucional como o do aliás insigne Rui Barbosa. É mais escultura como a do Aleijadinho que a Inconfidência Mineira. É mais Joaquim Nabuco de Massangana que a Revolução Republicana de 1817. É mais um constante processo de criatividade em termos nacionais que revoluções explosivas e sangrentas. É mais o não pouco que vem acontecendo como criação brasileira do que o muito que a sabedoria política dos brasileiros vem evitando que aconteça entre nós e contra nós²³⁵.

²³⁵ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 24.

Capítulo 3 – As singularidades da Monarquia

“Brazil seems to be in an unique position in the political history of the Republican Americas — North, South and Central”, diz Gilberto Freyre em *New World in the Tropics*²³⁶. E prossegue afirmando que a História da maior parte das novas nações americanas havia sido influenciada em tal medida pelos exemplos revolucionários anglo-saxão e francês, inclusive de crítica ultraliberal, que “the governmental organization of the efficiently paternalistic, kingly type, responsible for much of the European advances in measures of protection of the common people against the privileged groups” havia exigido um esforço anormal, consubstanciado em revoluções e governos ditatoriais frequentes²³⁷. O Brasil, devido à sua tradição de paternalismo e de monarquismo, havia escapado a essa sina. Tal fato explicaria, ademais, por que o Brasil, sendo tão americano, liberal e democrático em alguns dos mais expressivos traços de sua organização social e de seu sistema político, era, por outro lado, tão “classicamente europeu” no que se refere à tradição patriarcal e monárquica, “that is its peculiar inheritance in America”²³⁸. Essa tradição, acrescenta Freyre, tem sempre atuado como um estímulo constante, especialmente em fases críticas da História brasileira, para a solução legalista, pacífica e civil de problemas que seus vizinhos latino-americanos resolveram por meio de ditaduras ostensivas, pela violência e pelo desrespeito às leis vigentes²³⁹.

Nesse sentido, a situação brasileira sempre se afastou de outras situações latino-americanas, constituindo uma “situação especialíssima”, por vários fatores de diferenciação, entre os quais “a experiência monárquica do Brasil que, graças ao gênio de José Bonifácio de Andrada e Silva deu ao começo do novo país — ao seu começo e ao seu desenvolvimento — condições, além de sociológicas, psicológicas, de relativa segurança, de quase absoluta unidade,

²³⁶ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 205.

²³⁷ *Idem.*

²³⁸ *Ibidem*, p. 206.

²³⁹ *Ibidem.*

e de não pouca estabilidade, que faltaram às outras populações chamadas latinas da América — as de expressão espanhola e as de expressão francesa²⁴⁰.

O Andrada, nesse sentido, “representa para nós o principal idealizador e quanto possível construtor — construtor de bases — da grandeza brasileira, dentro do complexo americano; e essa grandeza, como um todo, de tal amplitude e ao mesmo tempo mais diversificada e unificada, que nenhuma outra nação, entre as modernas, supera o Brasil nesse particular. O serviço que José Bonifácio prestou ao Brasil, dando à independência da colônia de Portugal um sentido de todo diferente das colônias da Espanha, foi imenso. Ele foi o “idealizador extraordinário” da organização nacional de um povo misto de europeu e de não-europeu, de civilizados e de telúricos, de ibéricos e tropicais²⁴¹.

Orientou José Bonifácio a organização do Brasil independente para a solução monárquica que era uma forma sociologicamente europeia de resolver uma situação, em seu conteúdo, ou em sua substância, parte europeia, parte extraeuropeia. Uma solução que hoje se poderia dizer ter sido euro ou lusotropical²⁴².

José Bonifácio foi, ao mesmo tempo, dom Quixote e Sancho Pança, ao reunir as duas tendências necessárias para a organização do Brasil em nação independente, a realista e a romântica. Foi mais assim do que os dois monarcas organizadores do Brasil como Nação Estado soberana: dom João VI, que tinha o realismo de Sancho Pança, e dom Pedro I, que tinha o romantismo de dom Quixote. Mais, José Bonifácio reuniu, além disso, num equilíbrio de antagonismos, as tendências revolucionária e conservadora, aparentemente arcaica e a potencialmente pós-moderna, “numa só e rara personalidade”, que se poderia considerar como “genialmente criadora”, mas sem que lhe faltasse um toque de boêmio e de cortesão, e não se deixando

²⁴⁰ FREYRE, Gilberto. Em torno da formação política do Brasil. *Diário de Pernambuco*, 11 de julho de 1965.

²⁴¹ FREYRE, Gilberto. A propósito de José Bonifácio, p. 15.

²⁴² *Idem*, p. 10.

“de todo acinzentar sob o domínio das virtudes corretamente burguesas que distinguiram seu semidiscípulo dom Pedro II”²⁴³.

Essa “contradição ambulante” de José Bonifácio foi responsável, em parte, pela grande vantagem da formação do Brasil em Estado soberano, “de maneira também rara, contraditória, única”, favorecida pelas circunstâncias, mas sem que essas circunstâncias prescindissem do saber, da ciência, da arte, da capacidade de ação que, reunidas em José Bonifácio, lhe permitiram agir excepcionalmente a favor da independência brasileira e da organização do Brasil numa nação única no mundo, una e plural no seu modo nacional de ser, quer sociedade, quer cultura.²⁴⁴

Foi ele o “nexo vital” entre um “príncipe regente vacilante” e a “aristocracia agrária” que foi a força preponderante a favor da Independência. Demonstrou assim uma “sabedoria de temporização” e um “senso de oportunidade” que são fundamentais na arte da política²⁴⁵. Defendeu a formação de uma sociedade e de uma cultura que incorporasse elementos europeus e não europeus, proletários, plebeus e aristocráticos; pensou, assim, “como revolucionário e, ao mesmo tempo, conservador, como progressista e, ao mesmo tempo, como tradicionalista”²⁴⁶.

A verdade é que suas ideias, suas atitudes, seus atos foram os de um contraditório revolucionário-conservador. Nunca foi, diante das circunstâncias singularmente brasileiras dentro das quais teve de proceder, nem um puro revolucionário nem um ortodoxo conservador; e sim um misto dessas tendências, por ele combinadas à sua maneira — Josébonifaciamente — e conforme o variar de circunstâncias. Pois plasticidade anticircunstancial de meio e de tempo sociais não lhe faltou de todo, embora não seja fácil imaginá-lo rival, neste particular, de um Bernardo Pereira de Vasconcelos²⁴⁷.

Humanista, sábio, cientista natural, pensador social, poeta, soldado,

²⁴³ *Ibidem*, p. 12.

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 12 e 13.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 20 e 21.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 22, e FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 37.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 19.

político, estadista; telúrico, inclusive por ser geólogo, e transatlântico, pela sua experiência europeia, onde conviveu em pé de igualdade com Humboldt. Goetheano na sua personalidade, atingiu uma dimensão rara a que poucos brasileiros chegaram: somente Santos Dumont, Vila Lobos e Oswaldo Cruz²⁴⁸.

Com ele só podem ser exatamente comparados um Thomas Jefferson, um Benjamin Franklin, um Alexandre Hamilton: homens públicos dos começos nacionais dos Estados Unidos da América. Nem mesmo Bolívar é da mesma rara estirpe de construtores de sistemas nacionais de organização e de convivência, a que pertenceu um José Bonifácio²⁴⁹.

* * *

O Brasil era assim um caso à parte na América do Sul, por conta da transmigração da família real portuguesa, que havia criado melhores condições para que a Coroa lusitana eliminasse outros projetos de Independência, como o pernambucano de 1817; e por conta também das próprias circunstâncias dessa mesma Independência, que fora conduzida pela burocracia estatal transmigrada em aliança com os grandes proprietários escravistas. Tais fatores permitiram que um “forte Estado fosse o elemento principal na organização política da nova nação em contraposição às tendências que privilegiavam o atendimento a interesses imediatos locais e regionais no quadro da crise do antigo sistema colonial”²⁵⁰. É assim que o

Império — o Primeiro e o Segundo Reinado, em particular — como, de modo geral, a forma monárquica de configuração política dentro da qual se vem sociologicamente processando a formação brasileira, desde a época

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 24.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 8.

²⁵⁰ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 60 e 61.

colonial aos nossos dias, vem dando ao Brasil uma singularidade marcante entre os Estados nacionais do continente americano²⁵¹.

Para Gilberto Freyre, ao se tornarem politicamente independentes, os brasileiros nunca se separaram de todo das suas origens europeias, ao contrário do que havia ocorrido com seus vizinhos em relação à Espanha. Trata-se de uma característica brasileira, a de não ser radical em sua forma de romper com o passado²⁵². Tal sistema, considerado por alguns “planta exótica” no continente, “deu ao Brasil uma singularidade mais que política, unificadora de diferenças regionais de cultura”²⁵³, tema que será tratado com mais vagar adiante.

Tal processo, por outro lado, caracterizou-se não pela “inerte imitação”, mas pela criatividade, “fugindo da mística e do mito de a salvação estar sempre na República, conservando a Monarquia”. E Gilberto Freyre vai além: “E esta Monarquia, inteiramente original, com o Poder Moderador que, depois, se prolongaria num poder presidencial por vezes quase monárquico”²⁵⁴. Trata-se de uma solução singular, euro ou lusotropical, para uma realidade singular: “extraeuropeia sob muitos aspectos sem deixar de ser europeia noutros”²⁵⁵. Seria uma espécie de “monarquia híbrida”, como a considerava Oliveira Lima, que reunia numa só instituição características europeias originais com as adaptações sofridas por conta das circunstâncias do Novo Mundo.

É assim uma solução de forma sociologicamente europeia para resolver uma situação parte europeia, parte extraeuropeia. Mas uma solução europeia adaptada ao trópico, adaptação simbolizada pelo “papo de tucano, liturgicamente característico da dignidade brasileira de Imperador, associando o trópico, o indígena, o ameríndio, a uma instituição formalmente

²⁵¹ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 185.

²⁵² FREYRE, Gilberto. O caráter nacional brasileiro no século XX, p. 375.

²⁵³ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 191.

²⁵⁴ FREYRE, Gilberto. Conferência no ciclo “1776-1976 — O bicentenário da Revolução Americana”, p. 139.

²⁵⁵ FREYRE, Gilberto. A propósito de José Bonifácio, p. 10.

européia”²⁵⁶. Tal solução formalmente europeia, acrescenta Freyre, evitou o aparecimento, no Brasil, de um “efeito colateral” da tropicalização, os caciquismos, tão frequentes na América espanhola, por meio de “arremedos de Bolívar”, de que é exemplo o próprio Solano Lopez, “a deseuropeizar essa América criada por espanhóis sem substituto idôneo da forma europeia de governo unificador de diferenças”²⁵⁷.

A certa altura, alguns dos líderes da independência latino-americana tentaram resolver os problemas trazidos pela forma como a emancipação fora realizada. Assim, Bolívar propugnou uma espécie de “monarquia eletiva e vitalícia”, o monarca sendo ele próprio; e San Martín, mais modesto, sugeriu uma “república oligárquica”²⁵⁸. A ironia da História é que foi o Brasil que aplicou tais soluções, seja na Monarquia, seja na República.

Vale notar que essa tradição, essa solução brasileira, singular e contrária às chamadas “bolivarianas, de desordem e separação”, levaram alguns autores da América espanhola a considerar o Império brasileiro paradoxalmente “*un peligro para la América del Sur*”, mais pelas suas virtudes que pelos seus defeitos; “*peligro*” que viria diminuindo à medida que as repúblicas hispânicas se organizavam e se consolidavam do ponto de vista da ordem²⁵⁹.

Para Freyre, em resumo, a Monarquia adquiriu características de um “sistema nacionalmente ou peculiarmente brasileiro”, com o Poder Moderador como uma de suas principais inovações ecológicas ou regionais.

Era a consagração de um poder do executivo imperial ou real que, correspondendo à situação especificamente brasileira — a de uma gente profundamente habituada e, mais do que isto, afeiçoada a reis que governassem

²⁵⁶ *Idem.*

²⁵⁷ *Ibidem.* Gilberto Freyre menciona, a esse propósito, a obra de um historiador e sociólogo inglês, Bryce, que no seu livro *South America* havia afirmado que não era possível “esperar que as instituições políticas bem sucedidas na Suíça, na Inglaterra, nos Estados Unidos, funcionassem com igual êxito na América ibérica do século XIX”, pelo simples motivo de “não terem esses mesmos ibero-americanos atravessado as mesmas experiências que predisuseram aqueles outros povos para o exercício de instituições democrático-parlamentares e, no caso dos suíços e dos anglo-americanos, republicanas”(A propósito de José Bonifácio, p. 8 e 9).

²⁵⁸ *Ibidem.*, p. 9. Gilberto Freyre baseou-se aqui na obra de Bryce mencionada acima.

²⁵⁹ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 81, nota 4.

em vez de apenas reinarem, corrigia, na constituição nacional, o excesso de cópia ou arremedo das constituições monárquicas então em vigor no Ocidente²⁶⁰.

Não deixa de ser interessante notar, aqui, que essa consagração brasileira do Poder Moderador foi exportada para uma nação europeia, Portugal, pois a Constituição portuguesa de 1826, a mais longeva da História lusitana, foi escrita no Brasil, e era irmã gêmea da brasileira.

Mas, continua Freyre, era uma monarquia “ecologicamente” brasileira em seu ritual e em sua estética, pela consagração das cores do papo de tucano como insígnia do poder monárquico²⁶¹. O imperador era assim o “cacique dos caciques”, o que era um empecilho a mais ao surgimento de caciquismos e caudilhismos, como nos países vizinhos, e a ele incumbia transformar os caciques menores (senhores de engenho, fazendeiros, patriarcas etc.) em barões, viscondes, condes, marqueses e duques, com títulos de preferência em língua tupi — “outra integração de um sistema de governo de origem europeia numa cultura e numa natureza” —, títulos esses que algumas vezes homenageavam o nome das propriedades dos seus titulares, o que não deixa de ser uma consagração da propriedade territorial, e que, outra inovação brasileira, não eram hereditários²⁶².

Esse abasileiramento litúrgico-ritual e auditivo da monarquia não poderia deixar de concorrer para a popularidade que ela, quando nacional, adquiriu entre os brasileiros — a maioria deles — durante o Império, tornando-se, entre eles, quase tão recriada por uma como que mitologia política, quanto a religião católica, recebida dos europeus e recriada por uma como que mitologia religiosa que abasileirasse ritos e até crenças²⁶³.

Graças a esse verdadeiro “sincretismo monárquico”, os imperantes eram

²⁶⁰ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 200.

²⁶¹ *Idem*, p. 200.

²⁶² *Ibidem*.

²⁶³ *Ibidem*.

grandemente respeitados pelo povo, por conta de um comportamento recorrente e generalizado em relação à autoridade patriarcal: somente o rei e o imperador eram mais poderosos, na mentalidade popular, do que os senhores locais.

Compreende-se, assim, que uma das consagrações da monarquia no Brasil — de dom João VI à princesa Isabel — tenha sido a folclórica: que o folclore brasileiro tenha se impregnado de sugestões monárquicas; que essas também, a seu modo, tenham agido no sentido de unir entre os brasileiros, gente do povo, analfabetos, em torno de símbolos de um poder que excede, em grandeza, em majestade, em beleza de expressão festiva — nos dias de comemoração dos aniversários imperiais, por exemplo — quanto era expressão apenas de poderes patriarcais menos gerais, menos nacionais, menos — para o Brasil — universais, como o poder dos senhores de engenho, dos fazendeiros, etc.²⁶⁴

É bem verdade que o sentimento monárquico nunca foi unânime, e parcela da população considerava o Império brasileiro “uma anomalia incompatível com as luzes do século”, no contexto de um continente dominado pelas repúblicas; como os gaúchos do diário *O Povo*, que, em editorial de 6 de maio de 1840, afirmavam que eles haviam sido escolhidos “para dar o último golpe a este gigante monstruoso sem olhos que caminha às apalpadelas e tropeça a cada passo”²⁶⁵. O mestre de Apipucos observa, no entanto, com ironia, mas com justeza, que “ninguém enxergasse ‘anomalia’ incompatível com as luzes do século’ no regime de trabalho escravo que unia o Brasil de norte a sul”²⁶⁶.

Outra singularidade da Monarquia brasileira, ademais da “segregação

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Tentativa de interpretação antropológica, através de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 4ª edição revista. São Paulo: Global, 2010, p. 163.

²⁶⁶ *Idem*.

do regime político dominante no continente”, foi a do “regime econômico dominante no Ocidente”, qual seja, o do trabalho livre²⁶⁷. Para Freyre, entretanto, havia ainda uma outra “singularidade” dentro desta singularidade: o que um viajante francês havia denominado “*la douceur brésilienne*”, ao tratar o elemento negro²⁶⁸. Ou seja, se o Brasil era dos poucos a manter o regime de trabalho forçado, era também quem tratava melhor os escravos e, com relação aos negros forros e aos libertos, não haveria maiores discriminações²⁶⁹. Nesse aspecto, o Império brasileiro seria superior à República norte-americana, na qual dominava um preconceito que impedia a mistura do sangue negro com o europeu²⁷⁰.

Nesse contexto, os trabalhadores dos grandes engenhos e das grandes fazendas patriarcais do Brasil dos meados do século 19 eram de ordinário bem alimentados e recebiam cuidados dos senhores como se fossem — depõe um observador estrangeiro — uma “grande família de crianças”. Tinham três refeições por dia e um pouco de aguardente de manhã. Nos dias feriadados, era costume, em alguns engenhos e em algumas fazendas — grandes engenhos e grandes fazendas, note-se bem —, matar um boi para o regalo de escravos, e dar-lhes aguardente, que os tornava alegres e os animava. Dançavam, então, aos ritmos sensuais do *batuque* ou de outras danças de origem africana e riam, cantavam ou tocavam *marimba*.

Os escravos, em geral, não se esfalfavam nos trabalhos domésticos [...] É verdade que, nos meados do século passado, a propaganda antiescravista britânica muito comentou o “cruel tratamento dos escravos” no Brasil. Mais tarde, esses sombrios comentários ingleses foram repetidos no Brasil por oradores brasileiros contrários ao cativo, entre eles Joaquim Nabuco e Rui Barbosa [...] A linguagem empregada por tais oradores foi tão enfaticamente persuasiva que o brasileiro médio de hoje ainda acredita ter sido a escravidão no Brasil, toda ela, realmente cruel. Na verdade, a escravidão

²⁶⁷ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 156.

²⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *A unidade nacional do Império*, p. 202.

²⁶⁹ *Idem*.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 201.

no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, vida quase de anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com a dos operários do continente europeu, dos mesmos meados do século passado. Sua vida — tudo o indica — era também bem menos penosa que a dos escravos nas minas da América espanhola e nas plantações, quando mais industriais do que patriarcais, da América inglesa e protestante²⁷¹.

Para fazer tais afirmações, Gilberto Freyre baseava-se em parte no depoimento de viajantes estrangeiros. Assim, para o reverendo Fletcher, haveria certo preconceito a favor — note-se o aspecto positivo — dos homens puramente brancos —, mas de modo nenhum chegava a ser forte; estariam abertas oportunidades de ascensão ao negro ou mulato livre que lhes eram negadas nos Estados Unidos. Já o inglês Frank Bennet, em seu livro *Forty Years in Brazil*, destacou que vários brasileiros de origem africana haviam sido agraciados por dom Pedro II com títulos de nobreza e condecorações, a sua condição sendo, no Brasil, muito diferente da do “*people of colour*” nos Estados Unidos²⁷².

Já o suíço Charles Pradez, em suas *Nouvelles Études sur le Brésil*, afirmava, em 1872, que a condição do escravo negro no Brasil não se apresentava “infernai”, mas era “surpreendentemente satisfatória do ponto de vista do seu bem-estar, quer físico, quer psicológico”²⁷³. Dom Pedro II possuiria, para ele, um “senso de justiça estendido a escravos negros”, e uma “solidariedade com a tendência geral, no Brasil, para favorecer a ascensão social e cultural dos descendentes de negros”²⁷⁴. Outro observador anglo-americano observava que, no que se referia às atitudes para com as gentes de cor, o

²⁷¹ FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. 4ª edição revista. São Paulo: Global, 2008, p. 79.

²⁷² FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 302.

²⁷³ FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos*. Petrópolis: 1970, p. 5.

²⁷⁴ *Idem*, p. 6.

modo brasileiro “contrastava com os igualitários mais de boca do que de fato do seu país”²⁷⁵.

Quem, porém, mais se destacaria, dentre os observadores estrangeiros do Brasil patriarcal e escravocrático, em anotar o para ele excepcionalmente generoso tratamento ao escravo, no Brasil, seria nada mais nada menos que o erudito, o sábio, o intelectualmente, literariamente, parassociologicamente mais responsável de quantos estranhos se detiveram na observação e na análise desse Brasil na sexta década do século: o inglês capitão Richard Burton. Mais, até, do que Mansfield, mais maduro que Mansfield. Nunca — depõe Burton, um antecipado Lawrence da Arábia pelo seu valor literário — viu tratamento igual nos seus contatos com diferentes partes do mundo. Salienta, em livro clássico, *Explorations in the highlands of Brazil*, publicado em Londres em 1869, ter encontrado um escravo, no Brasil patriarcal — caracterização que tanto parece incomodar brasilianistas menos perceptivos — que, segundo o exato Burton, por lei não escrita, desfrutava de muitos dos direitos de um homem livre. Podia educar-se a si mesmo e era solicitado (pelos senhores) a educar-se. Era-lhe dispensada assistência religiosa. “Não lhe faltavam oportunidades para tornar-se livre”.²⁷⁶

Nesse sentido, e paradoxalmente, Freyre observa que se estranhava o Brasil se ter retardado a abolir a escravatura. O paradoxo, segundo ele, parecia estar no fato de que tal abolição, “total, oficial, solene”, houvesse sido retardada pelo fato de a escravidão brasileira ter sido, como testemunhado por observadores estrangeiros idôneos, entre os quais se destacava o próprio Burton, “benigna” e mesmo “suave” no trato dos cativos. Por conta disso, os clamores pela libertação não eram tão “fortes nem tão insistentes nem tão impacientes” como em outras partes da América²⁷⁷.

Mas não só os estrangeiros. Também Joaquim Nabuco, em *O Dever dos Monarquistas — Carta ao Almirante Jaceguay*, havia escrito que a Monar-

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 11.

²⁷⁶ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. p. 178.

²⁷⁷ *Idem*, p. 179.

quia se havia esforçado, “o mais que pôde”, para diminuir o sentimento de superioridade de raça da parte dos brancos²⁷⁸. Mas o mesmo Joaquim Nabuco, ao destacar o lado benigno da escravidão no Brasil, também apontou crueldades da parte de senhores para com os escravos²⁷⁹. Por isso que tal benignidade deve ser admitida em termos relativos. “Senhor é sempre senhor”, diz Freyre²⁸⁰.

Um fato viria a confirmar essa tendência, o de que as grandes áreas brasileiras produtoras de estadistas e de literatos eram justamente aquelas caracterizadas pela extensa e intensa amalgamação étnica e interpenetração cultural, em uma palavra, pela miscigenação, seja do corpo, seja do espírito: o Nordeste, o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo²⁸¹.

Dom Pedro II era solidário a essas “ideias gerais”, mas não no que se referia à sua própria família, como ficou evidente pela sua aversão ao desejo de Solano Lopez de ser seu genro, de ser aceito como príncipe consorte, o que, para Freyre, seria um caso sob vários aspectos “nada absurdo do ponto de vista político social: se tivesse se realizado teria dado à monarquia brasileira um saudável caráter telúrico, americano, extraeuropeu, metarracial”²⁸², bem como “concorrido para uma maior solidariedade inter-racial dentro do Brasil; ademais de acrescentado a essa solidariedade nacional a de uma vigorosa nação indo-hispânica”²⁸³. Para não falar que seria uma singularidade a mais da monarquia brasileira.

Essas “ideias gerais” deram margem também a outra singularidade do Império dos Bragança no Brasil: a da ascensão do bacharel, fosse ele branco ou mestiço — sobretudo mulato —, que o sociólogo pernambucano estuda com vagar principalmente em *Sobrados e mocambos*. Tal ascensão, rápida, ocorreu tanto no meio político quanto no meio social e foi especialmente

²⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 303.

²⁷⁹ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, prefácio a 2ª edição, p. 26.

²⁸⁰ *Idem*.

²⁸¹ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 122.

²⁸² FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos*, p. 8.

²⁸³ FREYRE, Gilberto. *A unidade nacional do Império*, p. 202.

forte no princípio do reinado de dom Pedro II, que se caracterizou por um “romantismo jurídico” responsável em grande parte pela aceleração da decadência do patriarcalismo e a consequente substituição, no governo, do bom senso dos velhos pelo senso jurídico dos moços²⁸⁴.

Vale salientar que tal tendência já seria antiga no Brasil, datando do final do período colonial. As cidades se haviam tornado, parafraseando Antonil, verdadeiro “paraíso dos mulatos”, por constituírem os “meios ou ambientes ideais para a ascensão rápida dos [mulatos] mais simpáticos e mais hábeis, principalmente quando valorizados pelo saber técnico ou acadêmico”²⁸⁵.

É assim que tal ascensão se fez mais rapidamente a partir da fundação dos Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, em 1827. Tal processo, entretanto, havia começado antes, quando os bacharéis e doutores vindos de Coimbra e de Paris, da Alemanha, de Montpellier, de Edimburgo, como posteriormente de Olinda, de São Paulo, da Bahia e do Rio de Janeiro, formados em Direito, Medicina, Filosofia e Matemática, eram os transmissores das últimas sofisticções, das ideias inglesas e das modas francesas, diante das quais o atraso e a rusticidade dos patriarcas somente aumentavam²⁸⁶.

Com efeito, do século 18 data a ascensão do homem formado na vida política e social da colônia, com a intervenção mais franca do letrado ou do clérigo na política, bem como com o triunfo político do homem fino da cidade e da ascensão do brasileiro nato e até mulato aos cargos públicos e à aristocracia da toga. Antecipou-se dessa forma a decadência do patriarcado rural, criando-se ao mesmo tempo uma nova aristocracia dos sobrados, diferente da semirural e da comercial. A formação europeia dessa nova aristocracia lhe tirara entretanto o gosto pela “natureza bruta e quente” do país, mas tal problema logo se resolveu ou atenuou com uma “meia reconciliação” com o meio nativo, que se tornou não só objeto de planos de reforma política e de reconstrução social, como de maior aproximação do homem com a natureza. Tal reconciliação, não é de se admirar, é também de origem europeia, e tributária daqueles “livros franceses em que se exaltava o

²⁸⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 713.

²⁸⁵ *Idem*, p. 606 *apud* SILVA, Valéria Torres da Costa, A modernidade nos trópicos, p. 306.

²⁸⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 713.

idílio do homem com a natureza; idílio sobre o qual vinham se levantando novas teorias de Liberdade, de Estado, de Direitos do Homem, de Contrato Social”²⁸⁷. Mesmo o nativismo literário e político era de origem europeia...

A ascensão do bacharel ou doutor — mulato ou não — afrancesado trouxe para a vida brasileira muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e das inglesas e em oposição às portuguesas: revolta de filhos contra pais. Mas, por outro lado, afrancesados como Arruda Câmara é que deram o grito de alarme contra certos artificialismos que comprometiam a obra patriarcal de integração do Brasil, como aqueles exagerados sentimentos de nobreza encarnados por Antônio Carlos.²⁸⁸

Substituiu-se assim, de forma brusca, a sabedoria prática e o bom senso dos velhos administradores pela inexperiência de puros letrados, a sabedoria intuitiva dessa gente acostumada aos males e doenças de meio tão diverso do europeu pelo saber acadêmico de influência francesa, inglesa ou alemã, mas dissociado do meio brasileiro. E, como comenta Gilberto Amado, talvez os homens mais úteis ao Império não tenham sido aqueles preparados com uma “fácil e inexaurível erudição à margem dos fatos e das coisas”, gente de “erudição abstrata”, preocupada “mais com o espírito que com o fundo dos problemas”, mas que não se davam “ao pequeno trabalho de fazer um estudo ligeiro das condições de raça, de meio, das contingências particulares” do Brasil²⁸⁹. Em uma palavra, o saber teórico dissociado da realidade substituindo o “saber da experiência feito” de que falava o poeta.

Nas palavras de Élide Rugai de Bastos,

O que Gilberto Freyre encaminha como tese é que o patriarca teve uma sabedoria que o Estado impessoal não pudera ter. A conciliação só se torna possível na medida em que entra em jogo a compreensão daquelas relações

²⁸⁷ *Idem*, p. 714 e 717.

²⁸⁸ *Idem*, p. 720.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 720 e 721.

tradicional e singulares que marcam nossa formação. O setor capacitado a essa compreensão é aquele “treinado” nas relações patriarcais.²⁹⁰

Outra singularidade da monarquia brasileira diz respeito ao cultivo da música, caracterizado pela presença não só de brancos, mas também de mestiços. Para Freyre, nela se tem manifestado de preferência o espírito pré-nacional e nacional da gente luso-brasileira, tanto da aristocrática e burguesa quanto da plebeia e rústica. Tal preferência veio de encontro aos gostos dos Braganças, conhecidos pelo seu pendor musical. A monarquia brasileira foi eminentemente amiga da música e protetora dos músicos²⁹¹. A música acompanhava de tal modo o brasileiro do tempo da monarquia, “nas suas várias e contraditórias expressões de vida e de cultura, de algum modo harmonizando-as ou aproximando-as”, que se pode afirmar que se fez também pelos ouvidos a unificação desses brasileiros de várias origens em um brasileiro de um só sentir, numa síntese sonora de antagonismos e contradições.²⁹²

Para concluir essas “singularidades” da Monarquia no Brasil, destaque-se que o seu foi um período de equilíbrio — mais uma vez o equilíbrio de antagonismos... — entre coletivismo e individualismo, e nele se acentuaram traços típicos do modo de ser brasileiro: o talento político para a contemporização; o talento jurídico para a harmonização; a capacidade de imitar o estrangeiro nos traços de cultura mais finos e não apenas superficiais; a substituição das “asperezas paulistas e pernambucanas” pela “harmonização em político, em homem da cidade e em cortesão”²⁹³. É claro que não sem resistências, nem retrocessos, não sem avanços e recuos. Como todo processo caracterizado pela continuidade e pela ruptura, característica do período analisado a seguir.

²⁹⁰ BASTOS, Elide Rugai de. As criaturas de Prometeu, p. 104.

²⁹¹ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. 1º tomo, p. 104.

²⁹² *Idem*, 1º tomo, p. 107.

²⁹³ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, introdução à 2ª edição, p. 126.

Capítulo 4 – Monarquia e República: continuidade e ruptura

“O 15 de novembro no Brasil não foi senão o periquito sociológico em relação com o papagaio: o 13 de maio”, diz Gilberto Freyre a certa altura de *Ordem e Progresso*²⁹⁴. E explica: “as alterações de natureza sociológica foram mínimas, em comparação com as já ensaiadas pelo 13 de maio”; este sim provocou distúrbios sociais e sobretudo econômicos²⁹⁵. Nisso Gilberto Freyre seguia Silvio Romero, para quem o problema político “era menos considerável no Brasil que os sociais e os econômicos”, e tinha que “atender aos sociais e econômicos, dos quais dependia”²⁹⁶. Por isso que a Abolição seria um divisor de águas mais importante do que a Proclamação da República.

Mas o 13 de maio não significou a solução de um gravíssimo problema nacional, como o compreendeu lucidamente Nabuco: os efeitos da escravidão continuariam vivos e nacionais, caso não fossem considerados na sua tremenda importância. E não o foram.

Para grande parte dos libertos, a liberdade do 13 de maio foi uma condição, em grande parte, menos humana que a de escravos. Havia, na década de 1880, uma questão social complexa que uma simples lei abolicionista não poderia resolver.

Não se pretende por isso dar à situação anterior ao 13 de maio aspectos,

²⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 298.

²⁹⁵ *Idem*.

²⁹⁶ FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*. Sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968, p. 207. Gilberto Freyre nota, em *Região e Tradição*, que “foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da Abolição contra a economia patriarcal — escravocrata e a ordem social, a cultura, a moral, a estética, que sobre ela se baseavam”. E cita Silvio Romero: “o desbarato da velha ‘açucarocracia’ do norte do Brasil foi ainda mais intenso do que o da aristocracia agrícola dos Estados do Sul da União Americana, após a guerra da secessão” (*Região e Tradição*, p. 192).

mesmo remotos, de situação paradisíaca. “A Abolição tinha que vir para legitimar um novo tipo de relações entre os extremos da então população brasileira”. Mas ela, no Brasil, se fez “um tanto liricamente demais, com sacrifício do que nela deveria ter sido atendimento de circunstâncias do meio e do espaço brasileiros”²⁹⁷.

O Brasil continuava a ser uma sociedade de extremos, e nesse sentido nada se havia alterado com a Abolição e nem mesmo com a República. O patriarcado, por outro lado, mesmo transformado e substituídos os seus elementos, continuava a determinar a estrutura da sociedade brasileira²⁹⁸.

Em resumo, para Gilberto Freyre,

Foi a monarquia, estabelecida em 1822 juntamente com a nação, trabalhando de acordo com um sistema patriarcal de organização familiar e social, que tornou a sociedade brasileira ímpar no continente americano; e algumas de suas características foram preservadas quando estabelecida uma república em 1889, rejeitando aquilo que alguns republicanos descreviam retoricamente como “uma planta exótica no Novo Mundo”. Jurídica e mesmo politicamente, a planta exótica desapareceu; mas, sociologicamente, sua essência foi preservada. Quando o Brasil se tornou uma república presidencial, alguns traços do sistema monárquico-parlamentar passaram de um rei coroado a um presidente de cartola; na verdade, o presidente herdava o místico prestígio de seus antecessores reais adquirindo, ao mesmo tempo, uma parcela considerável de poder executivo efetivo. Poder, no novo regime, normal e legal. Paradoxalmente, de um ponto de vista democrático, o Congresso Nacional republicano tornou-se mais poderoso do que o rei coroado havia sido; e alguns presidentes viriam a abusar do poder executivo de modo jamais tentado por Pedro II. Com essas compensações, a nova forma de governo cumprira, essencialmente, as mesmas tarefas que a monarquia havia

²⁹⁷ FREYRE, Gilberto. Ainda a propósito do 13 de maio. *Diário de Pernambuco*, 3 de junho de 1973.

²⁹⁸ SILVA, Valeria Torres da Costa e, *A modernidade nos trópicos*, p. 296.

cumprido: preservar a unidade nacional e evitar qualquer contaminação maior de militarismo, de *caudillismo*; e também de clericalismo²⁹⁹.

Assim, a Abolição e a Proclamação da República representariam o fechamento de um ciclo caracterizado pela decadência do patriarcalismo por conta da urbanização, do centralismo e da ordem do Segundo Império³⁰⁰.

Mas o mestre de Apipucos também observa que a abolição oficial da escravidão havia sido antecipada, de certa forma, pelas alforrias, concedidas geralmente em ocasiões especiais como nascimentos, batizados, casamentos, etc., que haviam possibilitado uma “ascensão socioeconômica de afronegros”³⁰¹.

Ele comenta por outro lado que haveria faltado, ao Brasil, um “transabolucionismo” que facilitasse, como a família patriarcal, a instrução, até os estudos superiores, de filhos supradotados de mães ou pais escravos, como fora o caso com Teodoro Sampaio. Não se deu continuidade, dessa forma, a essa espécie de “obra social realizada até certo ponto pela família patriarcal escravocrática”, o que, se tivesse sido feito, talvez tivesse impedido a degradação de tão grande parte da população de “um Brasil tornado abstratamente, retoricamente, livre pelo Treze de Maio”, ao qual faltou uma “política inteligentemente social, integrativa, que o completasse”³⁰².

O sentimento de ruptura com o passado monárquico, nesse sentido, seria característico de uma parcela minoritária não digo da população, mas da elite, para quem a República seria a resposta ao desafio de um futuro americano e democrático do Brasil, “contrariado ou impedido pela Monarquia, sobretudo pela Monarquia escravocrática”³⁰³. Tratava-se para estes

²⁹⁹ FREYRE, Gilberto. Ideias errôneas sobre o Brasil, p. 251.

³⁰⁰ BASTOS, Elide Rugai. As criaturas de Prometeu, p. 92.

³⁰¹ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, prefácio à 2ª edição, p. 34 e 35.

³⁰² *Idem*, p. 38.

³⁰³ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime do Trabalho Livre. Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República. 2º Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 608.

mesmos de uma “forma de governo arcaica para um país que precisava de novos rumos”³⁰⁴. Entre eles, predominavam os positivistas, para quem “a substância monárquica do Brasil se afigurava arcaica”, mas que propugnavam por uma forma autoritária de governo³⁰⁵. Esta era a minoria intelectual que teve papel fundamental na transformação do Brasil em República, cuja atuação se pautou por valores e símbolos que, mais do que substituídos, foram alterados e reformados, “mas de modo algum deformados”, salienta Freyre, pelos positivistas. Tal é o caso da bandeira nacional, e de seu lema, Ordem e Progresso, aplicado sobre as mesmas formas e as mesmas cores da bandeira imperial³⁰⁶.

Um dos objetivos da Proclamação da República seria assim “dar ao novo sistema nacional maior vigor de ação no interesse da conservação da Ordem e da reorientação do Progresso”. Gilberto Freyre alerta, entretanto, que tal consagração do princípio autoritário não deve ser confundida com “os movimentos messianicamente caudilhistas da América espanhola mais bolivariana”. Tratava-se de evitar o que Eduardo Prado havia denominado “o espanholismo das repúblicas sul-americanas”, mais “monarquias espúrias” que repúblicas; governos de um só, “monárquicos, por conseguinte, no mau sentido da palavra”³⁰⁷. Aqui vem à colação a afirmação famosa de Joaquim Nabuco, de que o Império brasileiro seria a única verdadeira república da América Latina, no sentido de ter se conservado um governo em que grande número de cidadãos influía nos negócios públicos³⁰⁸. O conceito de Nabuco, de “república” ou “democracia” coroada, dá margem a dois tipos de interpretação: a positiva, que era a de Nabuco, e a negativa. Vejamos cada uma delas.

No que se refere à interpretação negativa, temos a noção de um império que se degradara tanto na substância quanto na forma de um regime só no nome autoritário, por culpa em grande parte do próprio imperador, que vinha concorrendo para a “descaracterização” do regime de autoridade,

³⁰⁴ FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*, p. 205.

³⁰⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 17.

³⁰⁶ *Idem*, 1º tomo, p. 34, Nota bibliográfica.

³⁰⁷ *Ibidem*, 1º tomo, p. 38.

³⁰⁸ *Ibidem*.

“com o seu liberalismo às vezes estéril e a sua ostentação de simplicidade ultrarrepblicana”³⁰⁹.

Raros parecem ter compreendido o que havia de substantivamente autoritário nas ideias dos principais fundadores da República em contraste com o que se tornara essencialmente antimonárquico no parlamentarismo e no extremo liberalismo de muitos dos estadistas do Império, tantos deles apenas adjetivamente monárquicos nas suas ideias e nos seus processos. O caso do próprio dom Pedro II, cuja cartola de chefe de Estado monárquico se tornara demasiadamente burguesa para inspirar a brasileiros emotivos ou litúrgicos extremos de dedicação à causa da conservação da Monarquia³¹⁰.

O comportamento e as atitudes de dom Pedro II contrastavam com os do pai, o primeiro imperador. Vivia entre os livros, que recebia, no palácio, como dom Pedro I às mulheres: antes dos grandes do Império³¹¹. Tinha o aspecto de homem um tanto pensativo e fatigado, “velho antes do tempo, em contraste com o pai”, que era “aventuroso, impetuoso e galante como um francês dos bons tempos”, dizia um viajante, Max Radiguet³¹². Tudo o que o filho não era.

Curiosa surpresa, a de Pedro II, depois de Pedro I. Depois de Pedro I, todo instinto, todo volúpia de mando, mal sabendo ler, mal sabendo escrever, voz malcriada de capitão de brigue, boca em bico de prógnato, bochechas de quem sopra corneta, perfil agudo de sátiro — Pedro II, esquivo não só aos brilhos mais vivos da ação como aos gestos mais galantes do amor; desdenhoso do poder, embora desde novo com algum instinto de mando; voz de menino aos cinquenta anos; rosto de avô aos vinte e cinco, livresco

³⁰⁹ *Ibidem*, 1º tomo, p. 18.

³¹⁰ *Ibidem*, 1º tomo, p. 17.

³¹¹ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical, p. 9.

³¹² FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. 1º tomo, p. 99.

desde os oito; e aos onze ou doze anos mais sabedor de francês, de geografia, de latim, de aritmética que o seu livre e augusto pai³¹³.

Tão diferente do “desbragado” pai, que era “mau para a imperatriz, des-pudorado, desrespeitador de senhoras”, comentava o reverendo Colton, em 1846³¹⁴. A “imensa popularidade no Brasil” de dom Pedro I contrastava com a “discreta estima” de que gozava o filho, “nada dionisíaco, nada marcial, nada galante, porém sóbrio, moderado, meditativo, erudito e até livresco”.

Que esta foi, afinal, a função que principalmente exerceu Pedro II como monarca: a de um monarca moderador. Exercendo-a, por vezes, de modo quase puritano ou quase vitoriano, em seus aspectos moralizadores, não poderia alcançar popularidade semelhante à que alcançara, em certas fases do seu reinado, o pai e primeiro imperador, esses extremos de simpatia popular pela sua simpatia, alternando com extremos de repulsa. Enquanto o Pedro II retratado como humanitário por Pradez e como intelectual por Max Radiguet, não tendo desfrutado nunca, entre seus súditos, de grande popularidade, nunca foi, entre eles, impopular: nunca se viu repellido por qualquer movimento de desaprovação violenta a algum dos seus atos; nunca encontrou oposições imoderadas àquele poder moderador que exerceu quer junto a seus ministros, ao Parlamento, aos partidos políticos, como monarca, quer como brasileiro, tão somente brasileiro, mais de uma vez em situação de agir como elemento de ponderação, de equilíbrio, de moderação entre seus compatriotas³¹⁵.

Talvez seja esta uma das melhores caracterizações de dom Pedro II: “nada dionisíaco, nada marcial, nada galante, porém sóbrio, moderado, meditativo, erudito e até livresco”. E aqui passamos ao polo negativo, que é o predominante na avaliação de Gilberto Freyre sobre o segundo imperador brasileiro

³¹³ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical, p. 12.

³¹⁴ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos, p. 10.

³¹⁵ *Idem*, p. 7.

que era, paradoxalmente, “pelas suas próprias qualidades domésticas, pelas suas próprias virtudes pessoais, a negação do chefe de Estado reclamado pelas circunstâncias brasileiras”. E o mais indicado para tais circunstâncias era, como testemunhou Ramalho Ortigão, “um rei moço — não digo de idade, mas de temperamento”, que “à percepção da índole juvenil, impetuosa de seiva, um tanto insuficiente e tumultuária das nações americanas”, juntava “o sentimento europeu da disciplina, do político e do comando”³¹⁶.

Era isto o que dom Pedro II justamente não era. Nunca havia sido. Desde criança. Menino triste, “da meninice não recolheu nenhum sabor; nem da mocidade nenhum encanto”; quase não brincou nem riu, e já aos nove ou dez anos fez-se “homenzinho” entre as lições de Latim, de História sagrada, de Literatura, de Caligrafia, de Francês, de Alemão, de Geografia e História³¹⁷. Nisso, em certa medida, não foi muito diferente dos outros meninos da elite das cidades, à época, que se caracterizavam pela precocidade grotesca, que se revelava tanto nos exames de Latim prestados aos dez anos, quanto na iniciação sexual. Este último não foi o caso, aparentemente, do filho de dom Pedro I que, ao contrário do pai, não se “beneficiou” pelo contato mais frequente e direto com escravos e pela liberdade de que dispunham os filhos dos senhores de engenho e de outros proprietários rurais³¹⁸.

Ao contrário, sua infância foi extremamente regulada. Não teve a liberdade de brincar. Teve uma “meninice sem gosto nenhum de meninice”. Não teve criança a liberdade que também não teria adulto³¹⁹. Tornou-se cinzento, como a sociedade brasileira após a reeuropeização efetuada no século 19. Terá sido o melhor exemplo dessa reeuropeização. Essa é a principal crítica de Gilberto Freyre a dom Pedro II: a de, no meio dos livros, ter perdido de vista o Brasil; a de ter substituído a coroa pela cartola e o manto de papo de tucano pela sobrecasaca preta; a de ter governado sem reinar, o que seria pior para um monarca que reinar sem governar, ao não estar atento às

³¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 40.

³¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical*, p. 10.

³¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*, p. 152 e 164.

³¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical*, p. 11.

realidades brasileiras, e mais sensível à opinião liberal e literária da Europa que à dos seus próprios súditos; ao não ser mais marcial; ao não ser mais imperador para os olhos dos brasileiros do que para os olhos europeus e para os ouvidos de estadistas e literatos do velho continente; ao não ser mais litúrgico e mais atento aos interesses do Exército; ao não ser mais neto de dona Carlota Joaquina e sobrinho de dom Miguel³²⁰. “A dom Pedro II faltou mais de uma vez a noção de ser brasileiroamente tradicionalista contra os excessos burguesmente progressistas da época”³²¹.

É por isso que, para o mestre de Apipucos, no Segundo Império tudo se fazia pelo critério de governanta inglesa. Este seria o drama, a tragicomédia da monarquia no Brasil do século 19: “um Brasil predisposto ao governo de um Arqui-Patriarca, cujo palácio fosse uma Arqui-casa-grande e cuja figura só surgisse aos olhos do povo a cavalo, as esporas de ouro tilintando como as de um Carlos Magno de história de Trancoso”³²², dispunha, ao invés, de um soberano de “superioridade moral”, de vida austera, de hábitos simples, e muito recatado quanto ao sexo.

Mas teria ele o direito, como chefe de um governo monárquico, de desprezar todo o mundanismo, mesmo o inerente a essa espécie de governo? A verdade é que semelhante mundanismo talvez tivesse favorecido em nosso país o desenvolvimento das belas-artes e das belas-letas; e concorrido para a melhor solução de problemas nacionais através do maior contato, em circunstâncias agradáveis, de líderes que se desconheciam, que não se encontravam, que não conviviam fora dos serviços ou dos deveres burocráticos³²³.

Dom Pedro II seria assim o tipo do marido ideal para a rainha Vitória, ou mesmo uma rainha Vitória de calças³²⁴. Ele mergulhou o Brasil “no mais inestético dos puritanismos”, excedeu-se na tirania moral e falhou na estética ou no ritual do poder, tão caro aos sentidos de um povo nascido

³²⁰ *Idem*, p. 16 e 17.

³²¹ *Ibidem*, p. 18.

³²² *Ibidem*, p. 16.

³²³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 97.

³²⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, p. 449.

sob o encanto da liturgia da missa, com seus esplendores de ouro e prata e lampejos de roxo; “entre a simbologia viva, dramática, às vezes trágica da Igreja; entre os azuis do culto à Virgem, ao ritmo dos gestos vagarosos de padres casando, abençoando, esconjurando, ajoelhando-se, exaltando Nosso Senhor”³²⁵.

Com efeito, para Freyre, uma das grandes forças do catolicismo é a sua liturgia bela, empolgante e grandiosa. A mais humilde capelinha católica, em hora de missa, tem mais força de atração espiritual, fala mais ao sentimento religioso que o mais rico templo protestante. Só a missa vale centenas de sermões protestantes³²⁶.

* * *

Olhando-se hoje o Segundo Império, tem-se a impressão de que lhe faltaram à paisagem política contrastes fortes e definidos. Contrastes de branco e preto. Faltou-lhe à vida o embate de energias divergentes. O liberalismo burguês a quase todos acinzentava numa conciliação bem ao sabor do século. Do século que, na própria arte, acabaria se esfumando todo nas telas de Whistler; e dizendo com Verlaine: *Pas de Couleur, rien que la Nuance*; e com Renan, ou não sei que discípulo seu, ser o cinzento a cor da verdade. Do século que, de tanto se esbater em cor de rosa e cinza, acaba provocando a reação formidável do Expressionismo; e aquele grito jovem e claro de Ernesto Psichari, neto de Renan, exaltando a acre natureza africana pelo definido dos seus contrastes, pela sua nenhuma *nuance*.³²⁷

Para o sociólogo pernambucano, dom Pedro II havia sido o agente responsável pelo apagamento das divergências políticas no Brasil, ele próprio dissolvendo-se num aparente liberalismo, num bovarismo jurídico, num

³²⁵ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical, p. 14.

³²⁶ FREYRE, Gilberto. A beleza e a dignidade da liturgia — sob o pseudônimo Antônio Ricardo. *A Província*, 3 de abril de 1929.

³²⁷ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical, p.19.

européismo cenográfico, contribuindo para tornar o Brasil político, tanto quanto o econômico, dominado pela monocultura: “uma vida quase sem o entroschamento de antagonismos criadores e saudáveis”, em que não havia a coexistência de energias divergentes, combatendo-se em igualdade de forças, “sob a figura paternal de um Imperador mais do Divino que da Constituição, mais brasileiro que imitação de rei inglês, mais telúrico que posição, mais de papo de tucano do que de sobrecasaca Príncipe Alberto”³²⁸.

Dom Pedro II foi, dessa forma, o primeiro a desdenhar da Coroa, a preferir a sobrecasaca e a cartola preta aos trajes imperiais. A presidir a monarquia brasileira, “igreja manuelina a pedir missas solenes mais do que sermões moralistas”, de forma melancólica, como “pastor protestante a officiar em catedral católica”, a pregar sermões mais do que officiar³²⁹. Tornou-se mártir do seu próprio excesso de liberalismo acadêmico, sem raízes nas condições brasileiras; de pacifismo mórbido, com o sacrifício das divergências, de que ele devia ser o coordenador e nunca o destruidor³³⁰. Para Freyre, foi esse espírito paisano, essa “espécie de calvinismo político” que fez apodrecer o trono brasileiro³³¹.

Como disse Ramalho Ortigão, no seu ensaio *O Quadro Social da Revolução Brasileira*, “declaradamente republicano o próprio Imperador, seria singularmente estranho que, no partido monárquico brasileiro, alguém nutrisse a pretensão de ser mais realista do que o rei”³³². Ironia amarga e com certo fundo de verdade, com a qual concordou, de certa forma, o próprio neto do imperador, o príncipe dom Luís, ao escrever em *Sob o Cruzeiro do Sul*: “o erro principal da Monarquia foi que preferiu, como base de sua autoridade, as ideias abstratas aos fundamentos naturais que os ensinamentos do passado lhe poderiam indicar”³³³.

Em “agudo contraste” tanto com os monarcas europeus e não-europeus

³²⁸ *Idem*, p. 20.

³²⁹ *Ibidem*, p. 15.

³³⁰ *Ibidem*, p. 23.

³³¹ *Ibidem*, p. 17.

³³² FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 53.

³³³ FREYRE, Gilberto. *Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical*, p. 17.

contemporâneos quanto com os presidentes-generais, autocráticos, demagógicos, déspotas, etc., ele era “a negação do tipo convencional de rei ou de imperador”³³⁴.

Personagem contraditória, como todos nós, a começar pelo sociólogo pernambucano, “tão representativamente brasileira nuns aspectos, quanto estranha às circunstâncias nacionais de tempo e de espaço”³³⁵, dom Pedro II equilibrava-se, ou desequilibrava-se assim, na visão de Gilberto Freyre, entre dois polos, o positivo e o negativo.

Invocando o testemunho de viajantes estrangeiros, o mestre de Apipucos transmite a imagem de um monarca afável, benévolo, “irreprochável”, “tão necessário ao bem-estar dos brasileiros”, “que sabia honrar nos seus súditos suas virtudes pessoais à revelia de acidentes de etnia ou de cor”³³⁶. Graças a ele, a quem não faltavam “altos padrões de excelência em maneiras, em educação e em moralidade”, e ao seu governo “sábio e vigoroso”, o Brasil devia em grande parte sua tranquilidade e sua prosperidade e por conseguinte sua posição entre as nações “civilizadas”, e seu exemplo, seu caráter e seus talentos, “por ele empregados não em benefício próprio e no interesse de sua família, mas em prol de sua gente”, ou seja, da gente brasileira, estimulava os homens públicos brasileiros, que “se situavam entre os mais patrióticos e os de mais larga visão do mundo daqueles dias”. Em resumo, “um monarca modelo”³³⁷, cujo senso de justiça era geral, abrangendo inclusive os escravos negros e que, “de origem europeia, de instrução ou formação clássica também europeia, de origem em parte germânica, não se fechou de todo a um Brasil” que se desenvolvia “numa sociedade e numa cultura com características extraeuropeus, inclusive africanos, a se juntarem aos europeus”³³⁸. Era assim o “chefe da mais democrática das monarquias”, “monarca mais do que constitucional reclamado pelas circunstâncias brasileiras da época”,

³³⁴ *Idem*, p. 4.

³³⁵ *Ibidem*, p. 4 e 5.

³³⁶ *Ibidem*, p. 9.

³³⁷ *Ibidem*, p. 11.

³³⁸ *Ibidem*, p. 6.

que, ao exercer o poder moderador, deu ao parlamentarismo “alguma coisa de sutil e peculiarmente brasileiro”³³⁹.

Esta é a interpretação positiva que, repito, é a de Nabuco e parece ser a predominante, a de que a Monarquia brasileira se distinguiu de seus vizinhos pela implementação dos princípios verdadeiramente republicanos, constituindo um porto seguro contra a instabilidade política, o caudilhismo, as ditaduras militares, no qual os excessos aristocráticos dos grupos privados eram moderados por um monarquismo democrático³⁴⁰.

Nesse sentido, para Ricardo Sales, a figura do imperador e as instituições representativas marcavam a “respeitabilidade” europeia e a solidez da ordem imperial, “em contraposição ao ‘primitivismo’ e à instabilidade característicos das outras nações latino-americanas”.

O Estado imperial representava o papel organizador de uma civilização que fosse o reflexo da civilização europeia no Novo Mundo [...]. A monarquia brasileira era uma “flor exótica na América”, mas também em relação a grande parte da população concreta que habitava, vivia e morria no interior de seus domínios. Exclusão social interna e singularidade externa eram as faces de uma mesma moeda unida pela respeitabilidade civilizada imperial.³⁴¹

Esse reinado antipatriarcal de Pedro II acabou por dar origem ao que Nabuco chamava *neocracia*: “a abdicação dos pais nos filhos, da idade madura na adolescência, com duas dimensões, uma mais privada e outra pública, complementares, mas distintas”³⁴².

Na primeira, torna-se patente que aqueles senhores — ainda — patriarcais dos sobrados, já reduzidos à monogamia, não tiveram sequer o direito de se manter como reis em sua própria casa, visto que o esforço em prol de uma maior moderação dos costumes, que se desenvolveu no Brasil ao longo do século 19, não se deteve na soleira da porta das residências mais aristo-

³³⁹ FREYRE, Gilberto. Vida social, p. 61.

³⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 208.

³⁴¹ SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial, p. 59.

³⁴² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz, p. 126.

cráticas: podou os excessos paternos e cooptou os seus filhos, redesenhando inteiramente as relações domésticas de poder no período.

Mas a segunda dimensão — pública — daquela neocracia que aqui se instalou demonstra igualmente ter produzido resultados de alcance bastante considerável; garantindo aos bacharéis acesso privilegiado aos cargos políticos, ela evidencia uma alteração que Gilberto mal explicita em *Sobrados e mocambos* mas que, mesmo assim, um tanto ou quanto escondida, parece desempenhar um papel de grande relevância na sua reflexão, notadamente porque se reporta ao surgimento de “uma nova aristocracia de sobrado, diversa da comercial. Aristocracia de toga e beca”, o que consagra a ascensão dos “filhos doutores” e faz com que aqueles intermediários e comerciantes, um dos pontos de partida, não nos esqueçamos, do processo de urbanização apontado pelo nosso autor, virtualmente desapareçam do texto³⁴³.

Esse antagonismo entre moços e velhos parece ser fruto de uma transformação radical na própria natureza dos antagonismos, trocando-se o seu “aspecto quase propedêutico”, com a infância já considerada uma idade “teologicamente imunda”, mas inevitável e benigna, por uma “situação de ruptura, na qual os filhos acalentam projetos [...] absolutamente opostos aos dos seus pais”³⁴⁴. Manuel Correia de Andrade chama a atenção para a ação desses filhos que, muitas vezes, não somente não seguiram a orientação e as determinações paternas, mas que chegaram a divergir e até combater a própria família, como foi o caso de alguns líderes revolucionários³⁴⁵.

A monarquia brasileira funcionava assim como um “império um tanto república” presidencial, e não parlamentarista, por meio de uma simbiose liberal-patriarcal e autoritária-democrática. Em outras palavras, para utilizar expressão tão cara ao mestre de Apipucos, “revolucionária e conservadora”. O Poder Moderador, “brasileirismo de ordem sociologicamente política, mais do que simplesmente jurídica”, permitia ao imperador “moderar” o poder

³⁴³ *Idem*, p. 126.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 124 e 125.

³⁴⁵ ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira, O patriarcalismo e a vida urbana, p. 113.

dos patriarcas, “alguns quase republicanos em seu modo de ser aristocratas”, ao mesmo tempo em que estes patriarcas moderavam o imperador tanto em seus excessos de “autoritarismo monárquico” quanto de “liberalismo ou modernismo político, também quase republicano por vezes”³⁴⁶. O modelo perfeito dos famosos *checks and balances*.

Um dos mais representativos desses patriarcas foi Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, regente do Império no período imediatamente anterior à Maioridade e um dos maiores estadistas de seu tempo, que era um verdadeiro senhor de engenho, matuto fidalgo da rede onde engordava calculando safras, bebendo garapas, comprando bois, comendo canjica e fumando charuto. Mas também o cavaleiro ágil e fogoso dos seus dias de rompantes quixotescos, “porque, em quase todo senhor de engenho mais antigo do Norte, havia um dom Quixote dentro de um Sancho”. “Conservou na Corte o espírito de senhor de engenho de província; na política, a alma do cavaleiro matuto do sul de Pernambuco; mas esse espírito e essa alma a serviço do Brasil inteiro”³⁴⁷.

* * *

Nunca, em terra americana, foi tão interessante, em seus aspectos paradoxais, o jogo político entre contrários: contrários aparentemente só políticos, mas na verdade sociológicos, com aqueles patriarcas divididos por dois partidos, segundo interesses intrarregionais, nem sempre profundamente divergentes no plano nacional; e o Imperador a equilibrar os choques entre eles — de uns com os outros, de todos, ou quase todos eles, como classe, com a gente miúda, com a servil, com a escrava, protegida por vezes contra os excessos dos senhores ou dos aristocratas, pela Coroa, cujas atitudes chegaram a ser paradoxalmente liberais ao mesmo tempo que supra paternalistas³⁴⁸.

A ser verdadeira essa interpretação de Freyre, trata-se ou não da concreti-

³⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 299.

³⁴⁷ FREYRE, Gilberto. Discurso sobre Pedro de Araújo Lima. *Diário e Pernambuco*, 3 de abril de 1942.

³⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 299.

zação do sonho de Bolívar? Tal estado de coisas permitia a “uma civilização de ritmo lento como a brasileira” fazer-se respeitar pelas “de ritmo acelerado”, como a norte-americana, “cujos homens mais idôneos pela inteligência e pela cultura não haviam hesitado em considerar, até o 15 de novembro, o único império sul-americano superior em cultura, em organização, em ordem política, às repúblicas vizinhas desse mesmo império”³⁴⁹.

O poder do imperador era considerado, nesse contexto, como dotado de “um pouco mais de autoridade” do que o do presidente dos Estados Unidos, já que havia Constituição, Parlamento e expressão da vontade popular ou nacional. O acréscimo de poder em relação ao do presidente norte-americano se daria pela possibilidade de veto da parte do imperador a essa vontade nacional, prerrogativa de que dom Pedro II raramente se utilizava³⁵⁰.

Gilberto Freyre salienta, como consequência natural desse processo histórico e sociológico, que “a República no Brasil nasceu penetrada pela Monarquia. Antimonárquica principalmente no superficial; continuadora da Monarquia, em grande parte do essencial”³⁵¹. Deu-se assim “substância republicana a velhas formas de vida e de etiqueta, conservadas da Monarquia”³⁵².

O fato é que a República de 89, desde os seus primeiros dias, esforçou-se por sociologicamente continuar o regime monárquico de ordem, dando-lhe quanto possível — é certo — nova substância; mas conservando-lhe a forma — isto é, a forma social; a configuração até certo ponto paternalista; o processo social de ser governo autoritário dentro de uma sociedade democrática na estrutura: inclusive na mobilidade entre raças, classes, culturas e populações de regiões diversas; na interpenetração das relações entre esses elementos na aparência e às vezes na realidade antagônicos; e devido a tais

³⁴⁹ *Idem*, 2º tomo, p. 491.

³⁵⁰ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos, p. 10.

³⁵¹ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. 2º tomo, p. 388.

³⁵² *Idem*, 1º tomo, p. 76, Nota.

antagonismos, necessitados de um poder político bastante vigoroso para lhes regular ou dirigir as relações³⁵³.

Mais uma vez o equilíbrio de antagonismos.

* * *

O novo regime procurava paulatinamente retificar certas tendências do regime monárquico, mas abandonando desde cedo um possível bolivarianismo e retornando, quanto possível, à “tradição clássica de ação política, característica do passado monárquico do Brasil. Para tanto, não hesitou em fazer uso de valores, tanto impessoais e formais, de sistemática, quanto pessoais e substanciais, de experiência administrativa e de competência política, encarnados em homens amadurecidos nos dias do Império, e formados sobretudo nas faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, característica essa que compartilhavam também com os integrantes da nova elite³⁵⁴”.

É assim que, tanto quanto a “mania das soluções jurídicas” e o “romantismo jurídico”, a República herdou do Império os homens. Deodoro, ele próprio um remanescente da Monarquia, não hesitou em ter a colaboração, no seu governo, de titulares do regime deposto, como, por exemplo, Rui Barbosa e o barão de Lucena, não sem os protestos da corrente e da imprensa positivistas³⁵⁵. O barão de Lucena foi o primeiro caso de “assimilação”, pelo novo regime, de velhos titulares do antigo: seguir-se-iam outros, barões e viscondes, ademais dos conselheiros, de que o primeiro exemplo foi Rui Barbosa³⁵⁶. A este último se deve, aliás, o contrapeso à influência positivista maciça sobre o governo provisório, tendo ele contribuído de forma decisiva para se evitar que “essa seita ideológica de origem estrangeira” apelasse a

³⁵³ *Ibidem*, 1º tomo, p. 298.

³⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*, p. 205.

³⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 50.

³⁵⁶ *Idem*, 1º tomo, p. 43. Gilberto Freyre nota, a esse respeito, que a presença do título “barão” antes do nome do Primeiro-Ministro de um “governo inquietantemente republicano” instalado em um Rio de Janeiro por muito tempo monárquico, “não podia deixar de soar de modo agradável a ouvidos ingleses” (*Ordem e Progresso*, tomo I, p. 43).

“extremos de abstracionismo sociológico no trato daqueles problemas de convivência brasileira”, que sempre se procurou resolver de forma pragmática durante a Monarquia³⁵⁷.

Foram esses egressos do Império que, junto aos republicanos paulistas, como Prudente de Moraes e Campos Sales — eles também formados na tradição da Monarquia, embora republicanos —, e aos egressos do Exército imperial, a começar pelo próprio Deodoro, deram à nascente República aquela conformação de prolongamento sociológico da Monarquia, com algumas correções de rumo³⁵⁸.

Nesse contexto, o Exército desempenhou, desde os começos da nova ordem, em certa medida, o poder suprapartidário que antes era exercido pela Coroa, o Poder Moderador que, acima das lutas entre positivistas e não-positivistas, embora viesse a favorecer esses últimos, procurava prestigiar o interesse nacional³⁵⁹. Esse Exército, vítima da escassez e da falta de interesse da Monarquia em seus últimos dias, inclusive pela notória falta de disposição de dom Pedro II para as atividades marciais — com a exceção notável da Guerra do Paraguai³⁶⁰, era “o único substituto nacional possível do ‘prestígio monárquico’”, que estava mais acima dos “interesses particulares e transitórios que o dos novos governos republicanos”³⁶¹. Joaquim Nabuco foi o primeiro, ou dos primeiros a notar o fato, regozijando-se que tivesse sido o Exército, e não nenhum partido republicano ou seita ideológica, que tivesse assumido o efetivo controle da situação após a queda da Monarquia³⁶². Nas suas palavras: “no dia em que se fez a República, viu-se a nação pedindo o governo militar para salvar a unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo a outro do país, isto é, nacional...”³⁶³.

Esse Exército, para Gilberto Freyre, atuava em plano apartidário ou suprapartidário; era o Exército de Caxias, o Exército pacificador, “vigilante pela

³⁵⁷ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 196.

³⁵⁸ *Idem*, p. 199.

³⁵⁹ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. 1º tomo, p. 50.

³⁶⁰ *Idem*, 1º tomo, p. 311.

³⁶¹ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 200.

³⁶² FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 207.

³⁶³ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 199.

ordem pública”; atento aos problemas que pudessem comprometer a unidade nacional ou pôr em perigo a integridade territorial em uma “atitude de alerta em face da perenidade do interesse nacional que não era nem é para ser confundida nem com a atitude dos neófitos radicais, por um lado, nem com a dos reacionários convencionais, por outro”³⁶⁴. Em uma palavra, o Exército de Deodoro e o de Floriano, e não o sectário do grupo de Benjamin Constant³⁶⁵.

Nesse sentido, para o mestre de Apipucos, a missão das Forças Armadas era “magnificamente nacional”: interferir na vida pública em momentos agudos de crise para resguardar a unidade, a paz, a segurança dos brasileiros dos perigos de conflitos externos entre interesses subnacionais e de intrusões de interesses estrangeiros. Elas são, portanto, uma força suprapartidária e revolucionária de retificação de abusos antinacionais de políticos e de grupos econômicos ou ideológicos³⁶⁶. É por isso que exerceram a função que no Império era da Coroa, de “força suprapartidária cuja intervenção na vida política ocorrera apenas, de modo decisivo e superior, em momentos de agudo desajustamento interpartidário e para sobrepor, aos interesses facciosos em perigoso conflito ou em choque extremado, o interesse ou a conveniência nacional”³⁶⁷.

Destaque-se do Exército que Caxias desejou para o Brasil, ainda nos dias da Monarquia, como o barão do Rio Branco o desejava para a República, já agora nos nossos dias, que não era um Exército que, mais forte que a Nação, resvalasse na tentação de servir-se prussianamente da nação para objetivos militaristas. E ser um Exército que, dentro das fronteiras nacionais, resguardasse a Nação dos abusos dos agitadores antinacionais; e contribuísse para o desenvolvimento brasileiro³⁶⁸.

³⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 51.

³⁶⁵ *Idem*.

³⁶⁶ FREYRE, Gilberto. A propósito do conceito de pátria. *Diário de Pernambuco*, 1970, edição nº 00215.

³⁶⁷ FREYRE, Gilberto. As forças armadas e o Brasil. In: *Pessoas, coisas & Animais. O Cruzeiro*, 19 de novembro de 1963.

³⁶⁸ FREYRE, Gilberto. Nação e Forças Armadas. *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1964.

Foi esse o papel das Forças Armadas na Proclamação da República, sobrepondo-se ao sectarismo doutrinário dos positivistas e dos republicanos históricos, impedindo que o movimento se reduzisse a estritamente positivista e antimonárquico, com uma República inevitável em 89, devido à fraqueza não do sistema monárquico como sistema, mas dos desfibrados monarquistas de então, inclusive o próprio monarca, e em que foi aproveitada a experiência política de homens de bom senso como o barão de Lucena³⁶⁹.

Se recordo esses fatos é para destacar que, dentro da tendência ao equilíbrio de antagonismos, ao meu ver característica da formação brasileira como já fora da portuguesa, o Exército se tem, quase sempre, mantido, entre nós, força de coordenação de contrários. Isto sem confundir esse seu papel de coordenador de tendências diversas, contanto que nacionais, com esforço ou obrigação de sujeitar pela violência o que é ainda plasticamente brasileiro a algum estreito interesse, credo ou aspiração de região ou de grupo que, materialmente poderoso no momento, tenha pretendido ou pretenda ser a Raça ou a Nação, o Povo ou o Estado, numa espécie de “o Brasil somos nós” que ampliasse a frase célebre do rei de França: “*l’État c’est moi*”. [...] Morto dom Pedro II, o Brasil capaz de definir-se, isso é, o Brasil representado pela maioria de seus elementos politicamente conscientes e ativos, receoso, ao que parece, de um terceiro Reinado que fosse mais francês que brasileiro, mais europeu que castiço, caminhava, quase inteiro, para a República e para a Federação, como para a solução mais sedutora de desajustamentos há anos experimentados em sua economia e em sua organização. O Exército fazendo, como fez, o 15 de novembro, antecipou-se pela violência branca àqueles elementos revolucionários na desejada solução republicana e federalista de problemas de organização política do Brasil³⁷⁰.

* * *

³⁶⁹ FREYRE, Gilberto. Forças Armadas: uma força suprapartidária na vida pública brasileira. *Diário de Pernambuco*, 5 de abril de 1964.

³⁷⁰ FREYRE, Gilberto. Nação e exército. In: FREYRE, Gilberto. 6 Conferências em busca de um leitor, p. 69 e 70.

Outro aspecto que tomou essa continuidade da Monarquia na República foi o de uma certa nostalgia, que se processou em vários planos, como, por exemplo, no caso dos ex-escravos que se tornaram nostálgicos da Monarquia e saudosos da princesa Isabel³⁷¹. Gilberto Freyre sugere a possibilidade que alguns desses ex-escravos nostálgicos estivessem entre os que se juntaram a Antônio Conselheiro — “gente arcaicamente pastoril em suas normas de vida e por conseguinte desconfiada de tudo quanto fosse progresso industrial animado pela República” — em sua luta em certa medida a favor da restauração da Monarquia³⁷². E, por conseguinte, a nostalgia dos próprios sertanejos de Canudos, animados por aquele sentimento católico místico e popular a que o sociólogo pernambucano atribui uma função essencial na manutenção da monarquia tradicional — e que fora tão desprezada por dom Pedro II. Nostalgia, portanto, da monarquia da época colonial e até de dom Pedro I, e do que poderia ter sido o reinado de dom Pedro II. Considere-se, entretanto, que a imagem que do imperador chegava aos sertões não era exatamente aquela que imperava nas cidades, a do Pedro Banana, mas uma de tom muito mais folclórico, com laivos inclusive de dom Sebastião — a imagem do rei patriarcal, rústico, mítico, que ainda hoje é a que impera no folclore. Havia também a nostalgia dos ex-escravos que, sem Imperador nem senhores da casa-grande para os protegerem, passaram a ser vitimados por profundo sentimento de insegurança, tornando-se nostálgicos tanto da Monarquia quanto da casa-grande³⁷³.

E havia, por fim, o que podemos denominar uma “nostalgia de elite”. Essa era a nostalgia daqueles patriarcas falidos que, como Félix Cavalcanti de Albuquerque, “entusiasta talvez um tanto ingênuo da Monarquia”, chorou durante anos a queda de um sistema a que se havia afeiçoado desde pequeno, “e que lhe parecia ligado intimamente à estabilidade, à ordem, ao bem estar do Brasil”, atitude comum a muitos contemporâneos seus, que conquanto

³⁷¹ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 2º tomo, p. 487.

³⁷² *Idem.*

³⁷³ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 204.

não revelassem “sebastianismo nenhum, nem desejo, mesmo vago, de restauração do Império”, lamentavam a troca da Monarquia pela República³⁷⁴.

Nostalgia dos filhos e genros, bacharéis e doutores, dos senhores patriarcais, uns e outros desdenhosos do poder imperial que moderava o das casas-grandes; letrados e doutores mais ligados a um liberalismo teórico que ao bem ou interesse público; que se haviam desencantado da República e passaram a fazer a defesa, extemporânea, diga-se de passagem, do Império e do imperador³⁷⁵. Saudosismo, mais do que nostalgia, de filhos de abolicionistas e republicanos históricos, que apesar de considerarem dom Pedro II incapaz como governante, o achavam um velho bondoso e reto, tendo mais saudade de um certo passado brasileiro — o monárquico —, mais autêntico do que o “industrialismo artificial” da República³⁷⁶. Nostalgia por fim, daqueles que, na mocidade republicanos, haviam-se tornado simpáticos à Monarquia e nostálgicos de sua virtude, de que é exemplo paradigmático Oliveira Lima³⁷⁷.

Com efeito, Gilberto Freyre trata, em um dos seus ensaios, do caso especialíssimo do seu mestre e mentor Oliveira Lima, retratado em muitos textos do discípulo de Apipucos. No caso específico, do artigo “Oliveira Lima e seu saudosismo da monarquia”, publicado originalmente como prefácio à *Formação histórica da nacionalidade brasileira* em sua versão em português, e depois no livro *Prefácios desgarrados*. Nele, Freyre explica que, em Oliveira Lima, “o monarquismo foi principalmente uma expressão de ‘saudosismo’ às vezes exagerado”. Seduzia-o, no Estado monárquico, não o Estado com governo forte, a mística da ordem, o sentimento da unidade absoluta, mas o fato de ter sido “um longo período de relativa liberdade e não apenas de relativa estabilidade”, em que a dignidade humana foi respeitada pelos homens de governo. E isso apesar de o parlamentarismo da época se assentar mais sobre a ficção que sobre a realidade da representação nacional; havendo muita simulação e alguma hipocrisia.

³⁷⁴ FREYRE, Gilberto; O velho Félix e suas “memórias de um Cavalcanti”. Rio de Janeiro: José Olympio: 1959, introdução à 1ª edição, p. 44.

³⁷⁵ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. 1º tomo, p. 300.

³⁷⁶ *Idem*, 1º tomo, p. 73.

³⁷⁷ *Ibidem*, 2º tomo, p. 608.

A Monarquia foi, nesse sentido, o período em que a nação andou perto do ideal de governo honesto, ditatorialmente honesto até. Dessa forma, o melhor saudosismo que se volta para a monarquia não é o que se reflete no ritual do poder, no gosto da estabilidade, na mística da unidade nacional, mas nos valores morais superiores a todos os ritos e místicas: o culto da dignidade humana, o da liberdade política, o da honestidade na vida pública, o da própria justiça; em suma, dos valores “republicanos”. Era essa a base do saudosismo monárquico de Oliveira Lima³⁷⁸.

Freyre considera essa nostalgia, ou saudade, quase doentia, do imperador e do Império, de um ponto de vista “como que psicanalítico”, especialmente no que se refere àqueles bacharéis da primeira geração de republicanos, filhos de barões e viscondes que, desencantados com a República, passaram a ter saudade de quem — e do que — antes desprezavam. Trata-se do remorso de pecadores arrependidos, para seguir um “critério senão puramente psicanalítico, meio freudiano, de interpretação psicológica da História do Brasil”³⁷⁹.

Tal nostalgia ou sebastianismo exprimiu-se através de atitudes diversas assumidas por antigos republicanos ou antigos monarquistas indiferentes, quando moços, à sorte da Monarquia. Explica tentativas de restauração monárquica, de que tais elementos participaram com uma persistência ou uma ousadia verdadeiramente romântica³⁸⁰.

Ele insere o estudo dessa nostalgia, saudade ou sebastianismo, sob um “ponto de vista psicológico que complete o sociológico”, no contexto do processo de integração e desintegração do poder ou do complexo patriarcal, no qual as relações entre pais e filhos sempre foram decisivas, manifestando-se inclusive na História política. Assim, no conflito entre Monarquia e República, o choque entre pais e filhos se aguçou no drama que separou

³⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Prefácios desgarrados*. Organização do texto, introdução e notas de Edson Nery da Fonseca. Volume 1. Rio de Janeiro: Livraria e editora Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 387 a 391.

³⁷⁹ FREYRE, Gilberto. Prefácio a MARTINS, Luís. O patriarca e o bacharel. São Paulo: Alameda, 2008, p.15.

³⁸⁰ *Idem*.

patriarcas e bacharéis; alguns desses últimos, arrependidos, tornaram-se apologistas enfáticos do regime monárquico-paternalista³⁸¹.

Aqui a menção a paternalismo — a patriarcalismo — é interessante. Saindo um pouco do âmbito da elite, mas, com conclusões que a seus integrantes também se podem aplicar, Freyre comenta que “o Brasil menos esclarecido continua a sentir a vaga necessidade de pais que o governem paternalmente, que o castiguem, que o disciplinem, que continuem a tradição do Rei Velho, de Pedro II, de Floriano”. Observe-se que aqui ele se refere à imagem tradicional e folclórica do segundo imperador, não àquela vigente nas cidades — a de Pedro Banana —, e que a inclusão de Floriano nesse conjunto monárquico se deve ao fato de que o Marechal de Ferro também havia deixado uma nostalgia ou um culto, explicado pela ação ainda ativa, à sua época, do complexo patriarcal sobre o ânimo brasileiro³⁸².

Esse paternalismo — ou patriarcalismo — continuou a vigorar, assim, mesmo com o “despedaçamento” da coroa imperial — e aqui o Brasil precedeu a Rússia czarista, de um modo mais brasileiro, vale dizer, mais suave e muito menos violento —, a ponto de os regimes sucedâneos da Monarquia, nos dois países, se haverem tornado, sob alguns aspectos, “mais acentuadamente paternalistas que os antigos”³⁸³, ideologias à parte. No caso brasileiro, os arrependidos apologistas do Império tiveram parte importante no processo. Tratar-se-ia, enfim, de uma “teoria do remorso” aplicada à História republicana do Brasil³⁸⁴, pela qual, proclamada a República — e morto o Pai — começavam a luta e as desavenças, “porque ninguém se atrevia a tomar o lugar do Pai”, o que levava ao sentimento mórbido, ao dever de espiar a morte paterna, à nostalgia da velha ordem e a à saudade do velho imperador³⁸⁵.

A essa “nostalgia” não escapa o próprio Gilberto Freyre, mas não somente em relação a uma época ou a um personagem específicos, mas em relação ao passado brasileiro, das épocas passadas por ele evocadas. E ele se justifica por

³⁸¹ *Ibidem*, p. 16.

³⁸² *Ibidem*, p. 17.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 19.

esse procedimento, citando um certo professor Johnson, que, em seu livro *Theory and Practice of the Social Studies*, pontificava: “*try your best to create a nostalgia for the past*”³⁸⁶. É o que faz o mestre de Apipucos, reconhecendo, como o professor Johnson, “a necessidade de irmos até a saudade — ou nostalgia — do passado, na busca de compreendê-lo, reconstituí-lo, interpretá-lo, através da penetração em seus valores e em seus símbolos”³⁸⁷.

³⁸⁶ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 33, Nota.

³⁸⁷ *Idem*, 1º tomo, p. 33.

Capítulo 5 – O Império e a unidade nacional

“...o Brasil dos meados do século XIX não era só constituído por vários Brasis regionalmente diversos: também por vários e diversos Brasis quanto ao tempo ou à época vivida por diferentes grupos da população brasileira”³⁸⁸. Essa constatação pertence ao jovem Gilberto Freyre, na sua obra de estreia, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, aqui já na versão em português que só apareceu posteriormente, mas perpassa toda a obra do sociólogo pernambucano.

Anos depois, em *Sobrados e mocambos*, ele reproduziu a descrição de viajante estrangeiro sobre aspectos desses diversos Brasis. Assim, as populações ao sul do Rio de Janeiro teriam “o espírito belicoso dos primeiros colonos europeus”, como o possuíam os pernambucanos de “humor variável”, dominados por um “espírito revolucionário” que muitas vezes os perdia; “os povos da Bahia e do Maranhão”, por sua vez, caracterizavam-se pela “indolência do crioulo”, mas também “por felizes faculdades de aplicação que atestam os progressos lentos porém seguros na ordem dos trabalhos intelectuais”; já em Minas, os habitantes se destacariam pela energia e pela robustez. O que era comum a esses vários grupos era o sentimento religioso. Nesse contexto, o Rio de Janeiro seria “uma espécie de síntese nacional”³⁸⁹.

Ainda nesse aspecto, o mestre de Apipucos aponta um certo pioneirismo dos pernambucanos e dos paulistas, “os primeiros brasileiros a substituírem os portugueses no esforço de colonização do Brasil”, o que ele denomina de “autocolonização”³⁹⁰. Nesse sentido,

dos paulistas seria supérfluo recordar que sempre estiveram à frente, no Brasil, de movimentos de antecipação, de inquietação, de sofreguidão pelo novo, pelo diferente, pelo moderno. Nos mais remotos dias da colônia, já

³⁸⁸ FREYRE, Gilberto. *Vida social*, p. 61.

³⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 424.

³⁹⁰ FREYRE, Gilberto. *Modernidade e Modernismo na Arte Política*. In: FREYRE, Gilberto. *6 Conferências em busca de um leitor*, p. 3.

eram tidos pelos mais terríveis rebeldes desta parte da América. [...] Paulistas e pernambucanos se confundem em vir sendo no Brasil os brasileiros de espírito mais constantemente moderno e às vezes mais exageradamente modernista. Mais de uma vez têm sido corrigidos em excessos de aventura intelectual ou política, industrial ou estética, pelo espírito de conservação, de prudência, de rotina, de tradição, de equilíbrio, de doçura na conciliação de extremos, dos baianos e dos mineiros. Estes são os maiores mestres de arte política em nosso país justamente por ser a arte política, entre todas as artes, aquela que mais se aprimora pela doçura na conciliação dos extremos: doçura tão do temperamento dos baianos quanto da índole dos mineiros. Eles, baianos e mineiros, são os maiores e os mais antigos mestres dessa arte no Brasil; nós, paulistas e pernambucanos, somos, com os homens do Rio Grande do Sul e de outras áreas, eternos aprendizes dessa arte. E por sermos eternos aprendizes, nosso pendor é maior do que o dos mestres para as aventuras de inovação, de experimentação, de renovação e até de revolução, sem as quais não se compreende modernismo nem mesmo modernidade³⁹¹.

Assim, ao lado desse pioneirismo, fazia-se necessária também a atuação dos conciliadores, e estes são por definição os mineiros e os baianos, “mestres na casuística política, artistas capazes da obra difícil de síntese que se sucedia às violências de choque entre sistemas antagônicos de Economia ou de Política”³⁹². Os mineiros e os baianos são, dessa forma, os conciliadores por excelência, “às vezes até excessivos — como nos seus grandes dias, Honório Hermeto — entre nossos políticos”³⁹³.

* * *

As “divergências regionais” seriam provocadas parcialmente pelas condições físicas do Brasil, que poderiam aprofundá-las “a extremos perigosos”³⁹⁴.

³⁹¹ *Idem*, p. 4 e 5.

³⁹² FREYRE, Gilberto. *Mineiridade*, p. 39.

³⁹³ *Idem*, p. 31.

³⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*, p. 57.

Os latifundiários, “instalados quase como uns pequenos reis, no alto de suas casas-grandes”, e os bandeirantes e seus continuadores seriam, nesse sentido, “paradoxalmente republicanos”, isto é, zelosos da autonomia local e, portanto, separatistas, se a eles de alguma forma não se sobrepusesse a legitimidade de um poder superior, que era o monárquico³⁹⁵. A monarquia, seja no período colonial, seja no período nacional, foi a responsável pela unificação dessas “energias regionais” que, de outro modo, teriam entrado em conflito entre si, tão diversas eram em vários aspectos de suas situações ecológicas e em suas situações econômicas, em sua composição étnica e em suas predominâncias culturais³⁹⁶.

Essa presença da monarquia não atuou somente de forma mística e ritualística. Ela agiu ativamente, no sentido seja de tolerar, seja de estimular as divergências regionais, mas somente até o ponto “de assegurarem a colônia tão extensa a relativa saúde política de que sempre gozou”³⁹⁷, ou seja, até o ponto de garantir uma relativa unidade na diversidade. Essas condições físicas, desse modo, não teriam agido “senão fracamente no sentido separatista, através de diferenças consideráveis, porém não dominadoras”, de clima e de qualidade física e química de solo; de sistema de alimentação e de forma de cultura agrícola”. Elas teriam concorrido, paradoxalmente, para que as diversas regiões se conservassem “unidas e dentro do parentesco, da solidariedade assegurada pelas tendências e pelos processos da colonização portuguesa: regionalista, mas não separatista: unionista no melhor sentido”³⁹⁸.

Os reis portugueses, desse modo, estabeleceram com o seu território americano relações políticas e administrativas não com um único, mas com vários e diferentes Brasis, de que é exemplo máximo a própria divisão do território, durante certa época, em dois Estados diferentes, o do Brasil e o do Grão Pará, procurando-se, assim, “evitar solidariedades inter-regionais que pusessem em perigo, no seu aspecto político, o poder monárquico”³⁹⁹. Ressalte-se que aqui Freyre se refere a um possível perigo com relação à

³⁹⁵ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 192.

³⁹⁶ *Idem.*

³⁹⁷ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala, p. 57.

³⁹⁸ *Idem.*

³⁹⁹ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 186.

dominação portuguesa sobre a sua colônia americana, e não a um poder monárquico instalado em terras do Novo Mundo, o que somente ocorreria depois. Dividir para reinar. Buscava-se assim impedir que uma consciência nacional se sobrepusesse às diversas consciências regionais, mas não ao ponto de sacrificar-se, na colônia, “a sua unidade essencial, assegurada pelo catecismo e pelas ordenações, pela liturgia católica e pela língua portuguesa auxiliada pela geral”⁴⁰⁰.

A constatação da existência de diversos Brasis no tempo e no espaço levou Gilberto Freyre a outras constatações: a de que, no desenvolvimento brasileiro, tem havido “progressos” e não um “progresso” único e linear; a de que a “ordem brasileira” não é “uma só, monolítica e única, mas uma variedade de ordens que têm se juntado para formar, às vezes contraditoriamente, o sistema nacional, a um tempo uno e plural”⁴⁰¹.

* * *

“Unidade e diversidade”, melhor dizendo, “unidade na diversidade” é um dos conceitos básicos da interpretação freyreana do Brasil. Diversidade regional num contexto de unidade nacional, que seria o segredo da identidade nacional brasileira, a de um Brasil uno e plural, em que as características regionais, tão diversas e mesmo antagônicas entre si, unir-se-iam para formar um todo unitário, que é muito mais do que a mera soma das partes, constituindo uma entidade diferente, o Brasil. Trata-se talvez da consagração maior de outro dos conceitos básicos da interpretação gilbertiana, a do “equilíbrio entre antagonismos”, pelo qual se explica que a formação do brasileiro é um processo de equilíbrio de antagonismos de economia e de cultura; de cultura europeia e indígena, europeia e africana, africana e indígena. Entre economia agrária e pastoril, agrária e mineira. Entre os católicos e os hereges, os jesuítas e os fazendeiros, os bandeirantes e os senhores de engenho, os paulistas e os

⁴⁰⁰ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala, p. 57.

⁴⁰¹ FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. 1º tomo, p. 24, Nota.

emboabas, os pernambucanos e os mascates. Os grandes proprietários e os párias, os bacharéis e os analfabetos, os senhores e os escravos⁴⁰².

Nesse sentido, para Freyre, os brasileiros têm um constante apego à unidade nacional e à ordem legal, uma “certa preferência pela injustiça à estéril desordem”, como em Goethe. Mas, “comum com outros povos ibéricos, têm eles uma inclinação para serem anárquicos e utópicos em seu liberalismo, excessivamente livres de obrigações rígidas, quer para com o Estado, quer para com sua tradição política”, sendo conhecidos por seu amor tanto à liberdade quanto à novidade, mas possuindo, ao mesmo tempo, o senso de ordem que falta a alguns de seus vizinhos⁴⁰³.

O Brasil, assim, tem a vantagem de possuir uma única língua nacional, na diversidade de sotaques regionais e mesmo de línguas nativas que são cada vez mais preservadas, sem que isso prejudique a unidade essencial ensejada pela língua portuguesa. Tem também, por outro lado, a unidade propiciada por um sistema socioeconômico que possibilitou a formação de uma sociedade patriarcal espalhada por um vasto território, “una (ou uma) no essencial de sua configuração e plural em várias das suas expressões existenciais mais vigorosas”⁴⁰⁴. Unidade na presença de um poder central, único, primeiro real, depois imperial e por fim presidencial, pairando sobre uma diversidade de poderes locais e regionais, depois provinciais e estaduais; e ligados pelo sentido e pela necessidade da interdependência, mas também pelo espírito de compromisso tão típico dos brasileiros.

Este último nos leva a outro conceito básico na obra freyreana, assim como na História do Brasil, o de centralização e descentralização, que se revezam em fases distintas da vida brasileira. Assim, por exemplo, a intervenção mais direta da Coroa nos assuntos do Brasil, logo após a descoberta do ouro, deu início a uma fase de maior centralização do governo e avigoroamento do poder real, que diminuiu a independência e a autonomia dos senhores de engenho, dos paulistas, dos mineiros e dos fazendeiros, que havia

⁴⁰² FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala, p. 78.

⁴⁰³ FREYRE, Gilberto. Ideias errôneas sobre o Brasil, p. 257.

⁴⁰⁴ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 192.

atingido seu ápice no século 17⁴⁰⁵. Outro exemplo, do primeiro século da colonização, seria a centralização propiciada pela instalação do governo-geral na Bahia, em seguida à descentralização das capitâncias hereditárias.

Um dos defeitos do Império brasileiro, para o sociólogo pernambucano, seria a sua centralização, que, no entanto, segundo ele, provavelmente foi menos prejudicial do que o sistema de centralização e uniformização imposto pelo Estado Novo entre 1937 e 1945. Ao contrário do que ocorrera neste último período, o poder centralizado, no Império, estava nas mãos de um monarca constitucional, cujos eventuais abusos ou tentativas de abuso seriam rejeitados e corrigidos no Parlamento e na imprensa livre. Seja como for, esse “excesso de centralização” foi corrigido pela Primeira República, que adotou uma Constituição nos moldes da norte-americana, a qual colocava muita ênfase na autonomia estadual, o que era uma tendência da formação histórica norte-americana, não obrigatoriamente nem exatamente correspondente à formação histórica brasileira. Teria sido preferível privilegiar a combinação da unidade nacional com a diversidade regional, que era uma das características básicas da nossa formação. Nesse sentido,

the problem of combining diversity with unity — perhaps the most fundamental problem in organizing Brazil as a community — seems to have suffered as much from the political methods of combining them adopted by the Federal Republic of 1889 as from the centralization method followed by the Empire. The solution of the problem appears to be not a narrowly political one, but a social one, whereby states are reduced to a minimum of importance, and natural and cultural regions are treated as organic realities, each with its own characteristics, but all vitally interdependent for the solution of their social and cultural problems and aspirations. Diversity will then become creative as never before; and unity will be less of a problem than now, with regions co-ordinated by an interregional organism, but not oppressed or exploited by the region or sectional group economically or technically most powerful at the moment⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, introdução à 2ª edição, p. 106.

⁴⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 105.

No que se refere ao Império, Freyre conclui que essa centralização se deveria menos à ação do Imperador, “sempre nacional nas suas preocupações”, mas à própria sistemática das relações entre o Rio de Janeiro e as províncias, que eram, sob vários aspectos, semelhantes às de Metrópole e colônia⁴⁰⁷.

O mestre de Apipucos menciona, a esse propósito, que, na fase final do Império, o centralismo imperial começara a favorecer de tal forma as províncias do Sul que chegava ao ponto de ignorar ou desprezar as do Norte, como, por exemplo, no caso das finanças, “um poder sob alguns aspectos superior ao político”, cujos interesses estavam mais ligados à Corte e às províncias do Sul. Havia também uma migração de nortistas da elite para o Sul que, associando-se pelo casamento a famílias sulistas, haviam passado a agir mais como genros dessas famílias em ascensão do que como filhos de famílias nobres, mas empobrecidas do Norte⁴⁰⁸. Observe-se que tal migração, se possuía esse aspecto negativo para os interesses de parte do país, constituía por outro lado um fator da unidade nacional, como se verá a seguir.

* * *

Além de outros elementos aglutinantes vindos dos começos coloniais do Brasil — como a Família Patriarcal dominante, como sistema unificador do nosso país, em suas diferentes áreas de estabilização socioeconômica de grupos, quer colonizadores, quer, principalmente, autocolonizadores: agrários, pastoris, agropastoris, mineradores; como a Religião Católica, também unificadora; como a Língua Portuguesa, vencedora, desde o fim do século XVI, da competição que sofreu da Tupi — a Monarquia agiu ou atuou no mesmo sentido: o unificador. Tendo se transferido dos Reis portugueses, através de seus representantes, inclusive Vice-Reis, para um Regente quase Rei, a princípio, e depois Rei que, com a independência política proclamada por um príncipe, seria sucedido por dois Imperadores e uma Princesa-Regente quase Rainha — sua identificação com o *ethos*

⁴⁰⁷ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 196.

⁴⁰⁸ FREYRE, Gilberto. Brasis, Brasil e Brasília, p. 210 e 211.

pré-nacional da maioria dos brasileiros só faria acentuar-se quando esse *ethos* passou a exprimir um sentir nacional⁴⁰⁹.

Nessa longa citação de Gilberto Freyre, extraída do seu ensaio na obra *História da Independência*, estão presentes os fatores que, para o sociólogo e escritor pernambucano, foram essenciais para a unidade nacional brasileira. Nessa “obra única de consolidação da unidade nacional”, cujo ápice ocorreu durante o reinado de dom Pedro II, a forma monárquica de governo exerceu sem dúvida o mais crucial dos papéis, ao permitir “desenvolver-se daquelas substâncias transplantadas da Europa para a América tropical — gente e civilização europeias — um novo tipo de homem e um novo tipo de civilização crescentemente adaptados a uma ecologia em grande parte tropical”. Ao mesmo tempo em que preservou a unidade e a integridade do todo luso americano, impedindo a sua fragmentação em diversas repúblicas, “romanticamente dispersivas e um tanto anárquicas”⁴¹⁰. Ressalte-se que, dos fatores da unidade nacional apontados por Freyre na longa citação acima, o único singularmente brasileiro é a monarquia, já que a família patriarcal, a religião católica e a língua comum, no caso das repúblicas hispânicas o castelhano, são partilhadas por todas aquelas repúblicas com maior ou menor variação de predominância da língua do colonizador, como fica claro nos casos do Paraguai e da Bolívia, por exemplo.

A monarquia, assim, exerceu uma saudável influência não somente em prol da unidade nacional, mas também da cultura nacional e mesmo de uma maior objetividade nas relações continentais e internacionais do país⁴¹¹. Ela foi o esteio da unidade brasileira⁴¹². Essa monarquia, “como forma unificadora de Brasis”, Freyre a considera o ponto culminante, no tempo social e no histórico, de um processo que, vindo de antes do Império, prolongar-se-ia até muito depois, até a época daquele “presidencialismo ainda monárquico e unificador de diferenças intranacionais”⁴¹³.

⁴⁰⁹ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 191.

⁴¹⁰ *Idem*, p. 204.

⁴¹¹ FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics*, p. 194.

⁴¹² FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 185.

⁴¹³ *Idem*.

Seria assim expressão não só histórica como trans-histórica de um processo quase independente, como processo sociológico de unificação, de suas substâncias ou contingências especificamente históricas; e, dada essa sua independência, além de um processo, uma constante. A forma monárquica de unificação de energias diversas e até contraditórias vem servindo, no Brasil, para corrigir o que outras forças ou influências têm concorrido para desunir ou separar. De modo que não fosse a constância desse processo sociologicamente monárquico de unificação de tendências dispersivas e o Brasil não seria hoje a vasta nação, surpreendentemente unificada, que é⁴¹⁴.

Mais uma vez o recorrente equilíbrio de antagonismos. Nesse processo, que era tudo menos linear, contemplava-se inclusive a manutenção de divisões menores no interesse de uma unidade maior, a exemplo do que praticava, por exemplo, o Império britânico. Repetiu-se, durante o Império brasileiro, desse modo, uma tendência que vinha da época colonial, a de se privilegiar um certo regionalismo, mas não ao ponto de se ameaçar a unidade nacional⁴¹⁵.

Essa prática também pode ser entrevista no fato de que os africanos, importados durante os vários séculos do regime escravocrata, provinham das mais diversas procedências. Evitava-se, assim, que, ao serem diversos nas suas origens e nas suas expressões culturais, se entendessem e se solidarizassem contra seus senhores⁴¹⁶. Tal afirmação de Freyre deve ser nuançada, como o prova sobejamente o caso dos quilombos, sobretudo o de Palmares, e as práticas de convivência e solidariedade ocorrentes entre os negros, que vêm sendo objeto de estudo, como, por exemplo, no caso das confrarias religiosas.

Mas não se pode negar, também, que, a exemplo do que ocorre hoje em países africanos de expressão portuguesa, nos quais a língua do ex-colonizador é fator de unidade nacional, por ser o único meio de comunicação entre línguas e dialetos diferentes, a língua portuguesa sendo paradoxalmente mais falada na atualidade do que nos tempos coloniais, esses escravos negros de

⁴¹⁴ *Ibidem.*

⁴¹⁵ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala, p. 57.

⁴¹⁶ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 186.

diversas origens, ao se espalharem por várias regiões agrárias e industriais brasileiras, foram grandes divulgadores da língua portuguesa, por mais modificações que ela sofresse em função dos seus falares. Ao transportar valores, costumes e tradições de uma região para outra, por ocasião, por exemplo, da migração de escravos sobretudo da área açucareira para a cafeeira, tornaram-se aliados socioculturais dos brancos “na obra de definitiva unificação, primeiro sob dom João, depois sob os dois Pedros, de unificação de Brasis regional e étnico-culturalmente diversos, num só e vasto Brasil”⁴¹⁷. Foram, como força servil de trabalho, um elemento não só grandemente homogêneo, como “unificador de Brasis em Brasil”, concorrendo do modo mais efetivo, “não só para a unidade brasileira, como para a sociedade e a cultura nacionais que, com essa unidade, se constituíram em Império”. Para Freyre, nesse sentido, não há exagero em considerar esses negros como “co-colonizadores” do Brasil, no mesmo pé de igualdade dos europeus. Observe-se que ele não faz menção aos indígenas⁴¹⁸.

Um paradoxo, mas uma verdade sociológica: o escravo foi, no Brasil de todas as épocas e, de modo especial, durante o Império, um elemento de unificação de economia e até de sociedades e de culturas regionais. De unificação, de aglutinação, de coesão. Quase tanto quanto a religião católica e a língua portuguesa, a ecologia tropical e quase-tropical e o próprio sistema imperial de governo⁴¹⁹.

A ponto de a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre poder comprometer essa mesma unidade⁴²⁰.

Comente-se, ainda, nesse contexto, que a própria ocorrência nacional, de norte a sul do país, de anúncios de escravos fugidos, confirmaria “a extensão atingida na América portuguesa pelo sistema patriarcal escravocrático de economia e de sociedade”, contribuindo para que se alstrassem, por uma

⁴¹⁷ *Idem.*

⁴¹⁸ *Ibidem.*

⁴¹⁹ *Ibidem.*

⁴²⁰ *Ibidem.*

imensa área, “com substâncias diversas”, formas gerais de convivência humana e de interpenetração de culturas⁴²¹.

Em outros termos, para Gilberto, é o patriarcalismo que confere unidade nacional ao país. A forma pela qual se conseguiu a convivência pacífica das culturas foi a existência e a permanência do patriarcado. Este seria a garantia da interpenetração de valores sociais de caráter diversificado, a síntese não conflituosa que impediu rupturas.⁴²²

Ademais da de escravos, outro tipo de migração contribuiu para a unidade nacional brasileira, ao comunicar entre as diversas regiões do país “brasileirismos unificadores”. Trata-se da migração de brancos da elite intelectual, de bacharéis em Direito formados no Recife e oriundos de famílias aristocráticas já em declínio, ou de médicos das mesmas origens formados na Bahia, ou de militares trazidos do Norte do país, para o Sul, pela Guerra do Paraguai entre outros, como foi o caso da família de Deodoro da Fonseca. Muitos desses se uniram a moças de famílias do Sul⁴²³.

Unificação que se processou, assim, durante o Império, não só por meios diretamente políticos e incisivamente administrativos, como através dessas ocorrências extrapolíticas de considerável importância sociológica. [...] Tais ocorrências — na verdade, recorrências e, por isso mesmo, fenômeno antes sociológico, além de histórico, que simplesmente histórico — podem ser classificadas como interprovinciais ou inter-regionais em sua dinâmica unificadora. Sem elas, só através de providências ou decisões de caráter estritamente político ou especificamente administrativo, não é provável que o Império tivesse realizado a obra considerável de unificação de Brasis num Brasil⁴²⁴.

⁴²¹ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, p. 164.

⁴²² BASTOS, Élide Rugai. As criaturas de Prometeu, p. 106.

⁴²³ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 187.

⁴²⁴ *Idem.*

Vale notar, ainda nesse contexto, que outro fator de unidade foi o sistema imperial de ensino, “unificador, por meio dos seus centros transprovinciais de irradiação do saber”, como o Rio de Janeiro, a Bahia, São Paulo, Olinda e o Recife.

A esses centros, brasileiros de todas as partes do Brasil se sentiam obrigados a mandar os filhos, para os quais desejassem educação apurada [...] Nesses centros, brasileiros das mais diversas províncias se conheciam na convivência das aulas, dos recreios, das troças; e na intimidade das “repúblicas”, as famosas “repúblicas” de estudantes, rivais dos “castelos” de caixeiros⁴²⁵.

Em sentido inverso, porém complementar, aos nortistas que imigravam para o sul, os brasileiros de outras regiões casavam-se com moças desses centros de irradiação do saber, que conheciam durante seus dias de estudantes, mas com as mesmas consequências benéficas para a unidade nacional⁴²⁶.

Outro fator de unidade nacional potencializado pela Monarquia foi o relativo esforço em prol da igualdade de oportunidades aos brasileiros descendentes de etnias diversas, complementado e reforçado pela miscigenação, um dos temas fundantes da obra freyreana. “O máximo de unidade nacional: fusão étnica e fusão, quanto possível, social”, diria ele⁴²⁷. A miscigenação, desse modo, como agente unificador, amortecedor e harmonizador de antagonismos, ao lado de outros fatores, como a dispersão da herança, o acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país, menos por facilidades técnicas do que pelas físicas, vale dizer, a ausência de um sistema de montanhas e rios “verdadeiramente perturbador da unidade brasileira ou da reciprocidade cultural e econômica entre os extremos geográficos”⁴²⁸.

⁴²⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 184.

⁴²⁶ *Idem*, 1º tomo, p. 184.

⁴²⁷ FREYRE, Gilberto. *A unidade nacional do Império*, p. 202.

⁴²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*, p. 78.

Por outro lado, a tradição conservadora do Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em “princípio de Autoridade”, ou “defesa da Ordem”. Entre essas duas místicas — a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia — é que se vem equilibrando entre nós a vida política. [...] A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar “povo brasileiro” ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente aristocrático. Mesmo em sinceras expressões individuais — não de todo invulgares nesta espécie de Rússia americana que é o Brasil — de mística revolucionária, de messianismo, de identificação do redentor com a massa a redimir pelo sacrifício de vida ou de liberdade pessoal, sente-se o laivo ou o resíduo masoquista: menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer, de ser vítima, ou de sacrificar-se⁴²⁹.

Essas palavras fortes, em alguma medida exageradas, mas tão sugestivas, de Gilberto Freyre, estão em *Casa-Grande & Senzala*. A forma monárquica de governo concorreu para que essa Ordem se transformasse em mística político-social, que se confundia, no espírito dos brasileiros, com a mística da unidade nacional e da integridade territorial⁴³⁰. “Imperial”, no Brasil da época, passou a designar tudo quanto fosse não somente valor “superiormente brasileiro”, como simbólico da unidade e da grandeza nacional⁴³¹.

Essa mística da ação unificadora e integradora da monarquia, mesmo quando se tratava de um monarca pouco carismático como dom Pedro II, sensibilizava os brasileiros rústicos, “através daquelas sugestões de majestade mística de supremo poder”⁴³². Compreende-se, assim, que uma das consagra-

⁴²⁹ *Idem*, p. 76.

⁴³⁰ FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império, p. 204.

⁴³¹ *Idem*, p. 201.

⁴³² *Ibidem*.

ções da monarquia no Brasil — de dom João VI à princesa Isabel — tenha sido a folclórica; que o folclore brasileiro tenha se impregnado de sugestões monárquicas; e que essas também, a seu modo, tenham agido no sentido de unir os brasileiros, gentes do povo e analfabetos, em torno de símbolos de um poder que excedia, em grandeza, em majestade e em beleza de expressão festiva — nos dias de comemoração dos aniversários imperiais, por exemplo —, quanto era expressão apenas de poderes patriarcais menos gerais e menos nacionais⁴³³.

A presença de reis simbólicos, litúrgicos e rústicos, em que se reuniam poderes políticos, é mística mais que política; quase religiosa; e concorreu para colocar sempre a causa da unidade nacional acima dos conflitos entre os partidos e da luta entre facções⁴³⁴. Tal é o caso de dom Pedro I. Tal é o caso de dom Pedro II, apesar da sua indiferença, senhor que era “de uma corte tristonha, insípida e cinzenta”, aos aspectos estéticos, lúdicos ou hedônicos tão necessários à sua função imperial⁴³⁵. Essa é, repito, a crítica mais dura de Gilberto Freyre ao segundo monarca brasileiro.

⁴³³ *Ibidem*, p. 200.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 192 e 202.

⁴³⁵ FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*, p. 209.

Capítulo 6 – O Oriente no Novo Mundo: os três primeiros séculos da formação brasileira

“O Brasil representa, quase tanto como os Estados Unidos, uma expansão de civilização europeia na América”, diz Gilberto Freyre em *Brasis, Brasil, Brasília*⁴³⁶. Mas sua formação não se havia processado “no puro sentido da europeização”. Ao contrário, “a cultura europeia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana”⁴³⁷. Esse é um mérito da colonização portuguesa e, em menor grau, da ibérica, mais maleável e mais aberta às novas circunstâncias e aos novos meios, mais adaptável que suas congêneres do norte europeu. Esse tipo de colonização permitiu que o Brasil sofresse, desde os seus inícios, o “impacto de suas circunstâncias americanas, tropicais, extraeuropeias, sobre suas origens ou suas heranças valorosamente europeias”, principalmente as ibéricas. Se assim não fosse, se no Brasil houvesse predominado uma “rotina conservadora”, uma “conformidade passiva de colônia para com metrópole”, o resultado teria sido completamente diferente e, ousou dizer, pior⁴³⁸. O Brasil formou-se, desse modo, num equilíbrio entre a tendência de continuar preso a valores europeus básicos e aquela de reagir contra extremos de submissão às nações europeias⁴³⁹.

Constituiu-se, assim, um novo tipo de “raça”, para usar esse conceito problemático, e de civilização, a partir de matrizes europeias, que, embora caracterizado por predominâncias sobretudo portuguesas, não é de modo algum “exclusiva ou estaticamente europeu”, e muito menos subeuropeu⁴⁴⁰. Ao contrário, tal civilização é fruto de um esforço iniciado pelos portugueses e continuado pelos brasileiros e tem um sentido “transnacional”⁴⁴¹. É assim que

⁴³⁶ FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil e Brasília*. 102 ou 162?

⁴³⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*, p. 76.

⁴³⁸ FREYRE, Gilberto. *A propósito do Grito do Ipiranga*, p. 20.

⁴³⁹ *Idem*.

⁴⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 36.

⁴⁴¹ FREYRE, Gilberto. *A unidade nacional do Império*, p. 191.

Gilberto Freyre concorda com e complementa Eduardo Prado, quando esse afirmou que a transplantação da raça e civilização europeias feita por Portugal no Brasil é a que “tem tido mais completo, longo e perdurável sucesso”, com vantagens evidentes sobre os estabelecimentos coloniais espanhóis⁴⁴².

Nesse contexto, o mestre de Apipucos aponta, como fator comum às sociedades e culturas de influência portuguesa nos quatro continentes, uma “tendência para a miscigenação, no plano biológico, com a língua portuguesa tornando-se cada dia mais a língua de povos de várias cores e enriquecendo-se de indianismos, africanismos, orientalismos, tropicalismos que também lhe dão, camoneamente, várias cores para além de vários ritmos”⁴⁴³. Identifica também, e complementarmente, uma tendência para a “interpenetração de culturas, a europeia e a não-europeia, com a europeia preponderando, por conveniência comum a europeus e não-europeus, sobre as não-europeias, sem que essa preponderância venha implicando em opressão sistemática das culturas não europeias pela europeia”⁴⁴⁴.

Trata-se de característica típica da colonização portuguesa, cujos métodos muitas vezes foram “*entirely diferent from the methods of other European powers in the tropics*”⁴⁴⁵. Nesse sentido,

legends are a living force among illiterate peasants such as those of Portugal and may express a truth more effective and enduring than some of the ever-changing half-truths taught by pedants rather than by scholars. Illiteracy among peasants with a rich folklore or folk heritage like that of Spain and Portugal does not necessarily mean ignorance, but may be intimately connected with wisdom, imagination and humor. From their legends most of the Portuguese who discovered and colonized Brazil knew that a brown people may be superior to a white people, as the Moors had been in Portugal and Spain; and from their long contact with the Moors, considered in that part of Europe not an inferior, but a superior race, the Portuguese assimilated many mores and conceptions:

⁴⁴² FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 35.

⁴⁴³ FREYRE, Gilberto. *O Brasil em face das Áfricas Negras e Mestiças*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962, p. 24.

⁴⁴⁴ *Idem*, p. 25.

⁴⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *New World in the Tropics*, p. 20.

*the Moorish ideal of feminine beauty (a fat woman), the Moorish taste for concubinage and polygamy, the tolerance and consideration of both races for mixed-bloods, their conception of the domestic slave as almost a sort of poor relation kept at home. The Portuguese in Brazil retained many marks of Moorish influence in their not very strictly European or very strictly Christian moral and social behavior. This was especially true of the common men, though in general it applies to Portuguese of all classes*⁴⁴⁶.

Com efeito, para Freyre, “é impossível separar inteiramente a História cultural de Portugal daquela de outros grupos cuja combinação de desenvolvimentos culturais especiais constituem a cultura peninsular hispânica — e não espanhola — como um todo”⁴⁴⁷.

De tudo isso se pode avaliar o grau de complexidade da personalidade de um típico colonizador português do século XVI. Tal pioneiro foi como um espanhol, sem sua ortodoxia militante; como um inglês, sem seus contornos puritanos. Ele foi ousado, persistente, eficiente; mas raramente prejudicado por princípios inflexíveis sendo, portanto, mais flexível que o espanhol ou o inglês. Ele foi, desde o início, mais cosmopolita. Ele se fez notável por um certo poder de adaptação e assimilação, um traço que o tornou diferente dos demais europeus do seu tempo.⁴⁴⁸

* * *

A colonização do Brasil constitui assim não uma singularidade absoluta de criação lusocatólica em espaço tropical, mas acompanhada de uma outra, permitida e tolerada pela dominante, a afronegra. “As duas completando-se e constituindo um novo crescentemente vigoroso tipo, em espaço ecologi-

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 56.

⁴⁴⁷ FREYRE, Gilberto. Alguns aspectos do desenvolvimento social da América portuguesa. In: FREYRE. Palavras repatriadas. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 17.

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 19.

camente não-europeu, afim ao afronegro”. Uma “co-colonização” afronegra que atuou sobre a indígena, tanto quanto sobre o próprio europeu.

Gilberto Freyre menciona, a esse respeito, que Eugene Ionesco havia concluído, da interpenetração dessas etnias e dessas culturas, terem sido elas, de certo modo, “antecipadas na Europa medieval, onde processos semelhantes teriam operado, criando formas socialmente parademocráticas, além de paracristãs, não só de vivência e convivência, como [...] de religiosidade social e culturalmente democratizante através de um aglutinante cristianismo, o medieval”, que teria sido o grande unificador de valores senhoriais e valores servis, por meio de valores comuns a esses dois tipos, o que se teria repetido no Brasil mediante um cristianismo diverso, sob vários aspectos, do ortodoxamente europeu.

Essa singularidade constitui uma das maiores forças da civilização nacionalmente brasileira, paralelamente a uma criativa miscigenação e tendo a seu favor um cristianismo aglutinante do tipo do medieval. “Só que, para Euclides [da Cunha], o elemento não-europeu, telúrico, ecológico, devia ser arbitrariamente muito mais — imensamente mais, para seu daltonismo sociológico — o de origem ameríndia ou sertanejamente o caboclo, por ele, por vezes, superidealizado”⁴⁴⁹.

Acrescente-se que, para o mestre de Apipucos, a filosofia da época dos descobrimentos marítimos se caracterizava por um “pragmatismo vivido”, baseado numa “viva experiência do mundo”, sobretudo do trópico, que desmentia antigas conclusões, desdenhando a fantasia especulativa, e que privilegiava o saber objetivo. Essa concepção, nos portugueses, é mais “profunda, mais íntima, mais constante, mais enfática, que em qualquer outro europeu colonizador de terras quentes”, e Camões foi o seu grande intérprete. Fruto dessa concepção, dessa verdadeira “dissolução do ser europeu em estilos não europeus de existência” foi um “quase sempre novo e simbiótico ou, pelo menos, composto, tipo de homem, de sociedade, de cultura”, em que se enriquecia a herança europeia com a experiência tropical, constituindo-se assim um saber novo característico “dessa nova situação do europeu não só fora da

⁴⁴⁹ FREYRE, Gilberto. Meu caro colecionador de pronunciamentos gilbertianos. *Diário de Pernambuco*, 10 de outubro de 1982.

Europa, como integrado em meio estranho aos europeus”. Iniciou-se dessa forma, desde o século 15, um novo tipo de civilização, a lusotropical, “dado o seu caráter singularmente simbiótico de união de europeu com o trópico”⁴⁵⁰.

* * *

Em três séculos de relativa segregação do Brasil da Europa não ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia — em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco — definira-se ou, pelo menos esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher [...] Definira-se igualmente uma paisagem social com muita coisa de asiático, de mourisco, de africano: os elementos nativos deformados num sentido francamente oriental e não puramente portugueses⁴⁵¹.

Gilberto Freyre, nessa passagem de *Sobrados e mocambos*, e em alguns outros trechos de sua obra, põe em marcha uma verdadeira teoria do orientalismo, anterior e distinta daquela elaborada anos depois por Edward Said. Para o sociólogo pernambucano, os objetos, as plantas, os processos de preparar a comida, os ideais estéticos e outros elementos haviam sido transportados pelos portugueses, de seus territórios orientais para o Brasil, não como “estilhaços ou restos dessas civilizações extraeuropeias”, mas como “pedaços inteiros e vivos”, o elemento indígena funcionando “apenas como o grude humano que ligasse à terra todas aquelas importações da África e da Ásia, e não apenas europeias”⁴⁵², no que parece haver um certo menosprezo pela influência indígena na formação brasileira.

Com efeito, o orientalismo de Edward Said⁴⁵³ foi dado ao público em 1978; já o de Gilberto Freyre data de 1936, um ano depois do nascimento do próprio Said. O “orientalismo” deste último é fruto da presença ou do

⁴⁵⁰ *Idem*, p. 33.

⁴⁵¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 430.

⁴⁵² *Idem*, p. 430.

⁴⁵³ As observações feitas a partir de agora têm por base, no caso do intelectual palestino, o livro SAID, Edward. *Orientalismo — O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

conhecimento dos europeus no e sobre o Oriente. Já o de Freyre é o contrário: é fruto da presença do Oriente em Portugal e no Brasil.

Para Said, orientalismo implica em uma visão de raça inferior, subjugada, atrasada, marcada pelo improvisado, pela falta de lógica e pela credulidade, fatores negativos que justificariam o imperialismo ocidental. Para Freyre, o orientalismo significa muitas vezes a superioridade técnica, intelectual e civilizacional do Oriente, capaz de influenciar decisivamente a evolução de Portugal e do Brasil.

O orientalismo de Said é fruto do conhecimento sistemático da Europa — central e do norte — sobre o Oriente, sobretudo a partir do século 18, em que os europeus sempre estiveram em posição de força e de dominação. O orientalismo de Freyre é resultado do “saber da experiência feito” dos séculos anteriores ao 18, em muitos dos quais os árabes e muçulmanos é que estavam em posição de superioridade. O orientalismo de Said é assim o da expansão colonial do século 19, sobretudo de 1815 a 1915; o de Freyre é o da Idade Média hispânica e da primeira fase dos descobrimentos.

O orientalismo de Said é influenciado pela literatura europeia dos séculos 19 e 20, sem que se levasse em consideração toda a rica e longa experiência hispânica, de 8 séculos pelo menos de convivência entre as “três religiões do livro”, e foi reforçado pelo interesse acadêmico gerado após a aventura de Napoleão no Egito, sem mais considerações pela presença oriental de quase um milênio na Península Ibérica, bem como pela influência judaica no processo. Com efeito, basta passar uma vista d’olhos rápida nas notas de rodapé e na bibliografia do livro de Edward Said, e quase somente se encontram fontes e autores franceses e ingleses. O orientalismo de Said é dessa forma acadêmico; o de Freyre é popular e social.

O orientalismo de Said traduz-se na mudança e na penetração do Ocidente no Oriente; o de Gilberto Freyre caracteriza-se pela direção inversa. O Oriente ou orientalismo de Said é negativo; o de Freyre é sobretudo positivo.

É por tudo isso que os autores que pretendem ler o orientalismo de Gilberto Freyre à luz dos conceitos de Edward Said, tal como Valéria Torres em *A modernidade nos trópicos*, no que seria “um orientalismo às avessas”, estão equivocados, conceitualmente e temporalmente. Os orientalismos dos dois autores são completamente diferentes e, em termos de prioridade temporal,

o de Freyre é anterior. Sendo assim, o de Said é que seria um “orientalismo às avessas”. Desse modo, ademais de anacrônica, tal posição ignora todo o passado e a tradição ibéricos e se sustenta na base de uma análise conceitual que privilegia as ciências humanas dos Estados Unidos e da Europa não-ibérica. O orientalismo de Said “*se trata, en principio, de un pensamiento extraño a América, surgido del proceso de descolonización de la India, liderado sobre todo por intelectuales indios trasladados a Gran Bretaña*”⁴⁵⁴, que foi apoiado por outros “*cuatro autores, plenamente occidentales en su procedencia y manera de acceder a la reflexión cartesiana: Fanon, Foucault, Derrida y Said*”⁴⁵⁵.

O orientalismo de Freyre é dessa forma anterior ao de Said e assume outros aspectos mais relacionados à realidade ibérica e ibero-americana, em contraste com o outro, norte-europeu e anglo-saxão, que não incorpora a tradição orientalista ibérica. E esta tradição, ademais de mais antiga, é riquíssima: envolve quase dez séculos de contatos constantes, envolve povos inimigos, mas complementares, envolve uma interpenetração cultural e social inédita na História humana. Graças a essa tradição é possível se falar do “não europeísmo da sociedade ibérica”, pelo qual se mostra a Hispania como um ponto de transição entre Oriente e Ocidente⁴⁵⁶, enquanto o orientalismo de Said mostra o confronto e a subordinação.

Lembro alguns autores que, desde o final do século passado, seguem esse mote: Sarmiento na Argentina; José Enrique Rodó, no Uruguai; Lezama Lima, em Cuba; Mário de Andrade e Paulo Prado, no Brasil; e mais recentemente o brasilianista Richard Morse, com seu texto *O Espelho de Prós-*

⁴⁵⁴ ALCANTUD, José Antonio González. La orientalidad iberoamericana en perspectiva antropológica. De Herculano a Freyre. In: ESPINA-BARRIO, Ángel-Bal-domero; LIMA, Mario Hélio Gomes de. GONZALEZ-VELASCO, Pablo (org.). Iberotropicalismo: a Hispanidade, os Orientes e os Ocidentes na obra de Gilberto Freyre. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2022, p. 27.

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 27 e 28.

⁴⁵⁶ BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e o não europeísmo da sociedade ibérica. In: QUINTAS, Fatima. A Obra em tempos vários — livro comemorativo dos 95 anos de nascimento de Gilberto Freyre. Recife: FJN, Ed. Massangana; Centro Cultura Brasil-Espanha do Recife; Agencia Española de Cooperación Internacional; Prefeitura da Cidade do Recife, 1999, p. 301.

pero. E, naturalmente, Gilberto Freyre [...] vários trabalhos dos já citados intelectuais apontam a Península Ibérica como ponto de *transição* entre Oriente e Ocidente, tese cara a Gilberto Freyre, que a toma para demonstrar outra transição — Europa/América [...] trata-se de uma articulação *entre dois climas, dois tipos de solo e de vegetação, duas raças, duas culturas, duas concepções de vida, dois complexos ecológicos — enfim, entre Euro-África e a América hispânica*⁴⁵⁷.

E, no caso português, essa tendência tem, entre seus maiores representantes, Alexandre Herculano, o primeiro a retratar a importância moura para a formação de Portugal⁴⁵⁸.

Esse orientalismo de Freyre, “idealizador ou idealista”, um “idealismo poetizante” indica o caminho do “mito bom”, daquele que busca o diálogo cultural⁴⁵⁹.

É como se ecologicamente nosso parentesco fosse antes com o Oriente do que com o Ocidente, que, em sua mística de pureza etnocêntrica ou em sua intolerância sistemática do exótico, só se manifestaria, entre nós, através de alguns daqueles estilos e de alguns daquelas substâncias inglesas e francesas de cultura generalizadas no litoral brasileiro após a chegada de dom João VI ao Rio de Janeiro. Ou por meio de um ou outro arreganho de ocidentalismo ortodoxo da parte de portugueses mais em desarmonia com o quase instinto ou a quase política portuguesa de expansão, que sempre se afirmou no sentido da conciliação dos valores orientais com os ocidentais⁴⁶⁰.

Gilberto Freyre destaca aqui um ponto essencial de sua interpretação da formação brasileira: durante os três primeiros séculos da colonização, “o primado europeu de cultura no Brasil traduzia-se pelo primado português, ou no máximo ibérico, com poucas e curtas exceções: os holandeses em

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 301 e 303.

⁴⁵⁸ ALCANTUD, José Antonio González. La orientalidad ibero-americana em perspectiva antropológico-histórica. De Herculano a Freyre, p. 30 e 31.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 40 e 41.

⁴⁶⁰ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 552.

Pernambuco, os franceses no Rio de Janeiro e Maranhão, e os ingleses na Amazônia. E esse primado ibérico, sobretudo português, nunca havia sido exclusivamente europeu, mas em grande parte impregnado de influências mouras, árabes, israelitas e maometanas. Oriente mesclado com Ocidente. Sobrevivências sólidas do Oriente não de todo dissolvidas nas predominâncias do Ocidente sobre Portugal⁴⁶¹.

Esses traços orientais haviam permanecido vívidos no próprio território português até o século 19, a ponto de se poder comparar essa influência com sua congênera na Turquia ou na parte asiática da Rússia⁴⁶². Esses traços formavam forte contraste com aqueles da Europa puramente ocidental, que a vinda da Corte procurou aproximar do Brasil, paradoxalmente afastando-o de Portugal.

É que os orientadores do regente e ele próprio agiram menos em função de uma política castiçamente portuguesa ou ibérica com relação ao Brasil, do que de uma política imperialmente inglesa ou britânica, de absorção e dominação de povos e culturas extraeuropeias⁴⁶³.

Gilberto Freyre retomaria e expandiria esse conceito em outro ponto de sua obra, ao tratar da colonização portuguesa na África do século 19: aqueles portugueses do século 19 não seriam os mesmos portugueses dos séculos 15, 16 e 17, responsáveis pela grande aventura dos descobrimentos, e esta seria a razão principal do relativo fracasso das pretensões lusitanas na África, sobretudo se comparadas ao que eles haviam conseguido em terras americanas.

Assim,

penetrado ou desvirginado por Portugal, o Oriente como que se vingara do ousado conquistador semiocidental animando nele empalidecidos traços orientais de cultura e até de sangue, e acrescentando a antigos característicos

⁴⁶¹ *Idem.*

⁴⁶² *Ibidem*, p. 554.

⁴⁶³ *Ibidem.*

africanos e asiáticos dos portugueses, vários novos. Desses traços muitos foram transmitidos ao Brasil desde os primeiros anos de colonização; e aqui se desenvolveram a seu modo sob o favor da política de segregação da Europa adotada pelos portugueses com relação à sua colônia americana depois que se descobriram, nesta parte da América, esmeraldas e diamantes, além do ouro das Gerais⁴⁶⁴.

É nesse sentido que o mestre de Apipucos considera o século 18 como o “mais autônomo, o mais agreste, o mais brasileiro”. Os dois séculos anteriores haviam sido, digamos, preparatórios: ainda não se sublimara aqui a rica mistura de influências diversas, formando um todo diferente, o que aconteceu no século 18. A partir do 19, entrou em campo a “reeuropeização”.

O Brasil adquirira desse modo qualidades e condições de vida tão exóticas do ponto de vista europeu, diz Freyre, do ponto de vista europeu não castiçamente português e ibérico, acrescento eu, que o século 19, “renovando o contato do Brasil com a Europa”, teve o caráter de uma “reeuropeização”, o que será estudado com mais detalhe no próximo capítulo⁴⁶⁵.

Esse processo, entretanto, não foi automático nem linear. Houve resistências: permaneceram, no começo do século 19, alguns costumes de fundo oriental, “bisonhos e antigos”, como os das rótulas e gelosias de madeira orientais presentes na própria Corte; o “cristianismo folclórico, em profundidade, lírico”⁴⁶⁶; os guarda-sóis; as mangueiras; as jaqueiras; os jambeiros; a gameleira; as casas de telhado achapado no estilo dos pagodes da China; as colchas da Índia; as quinquilharias asiáticas e africanas; os palanquins; as esteiras; as porcelanas; os pentes de tartaruga; a árvore de fruta-pão; a caneleira; a pimenta da Índia; o cravo; a alcanforeira. Enfim, uma imensa gama de produtos, processos e costumes, que denotavam e reforçavam o que Freyre denominou um parentesco ecológico e social entre o Brasil e o Oriente, pelo clima e pelo sistema de organização patriarcal da economia

⁴⁶⁴ *Ibidem.*

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 430 e 431.

⁴⁶⁶ FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga, p. 22.

e de convivência entre raças e classes⁴⁶⁷. “Sob vários aspectos, o que havia já entre nós de imitado, assimilado ou adotado do Oriente, representava já uma profunda e, às vezes, saudável adaptação do homem ao trópico...”⁴⁶⁸.

O fato de que, depois de abertos os portos ao comércio internacional, foi a princípio dado aos brasileiros “privilégio exclusivo” de importar artigos do Oriente — monopólio que durou até 1827 — parece indicar o gosto que havia no país pelos mesmos artigos, outrora obtidos ou por intermédio da Metrópole, ou através das arribadas e aguadas de naus vindas da Índia. [...] Regulara-se, assim, o comércio entre o Brasil e Índia que, entretanto, acabaria por não resistir ao imposto do comércio britânico⁴⁶⁹.

Também do ponto de vista econômico, a aproximação do Brasil com o Oriente era tão grande que o comércio regular e irregular constituía, nos tempos coloniais, uma “das bases mais sólidas do sistema agrário e patriarcal brasileiro”⁴⁷⁰. Este comércio, de tecidos, quinquilharias e outros produtos, havia-se feito à sombra do tráfico de escravizados africanos para o Brasil⁴⁷¹. O viajante inglês Lindley, a esse respeito, informa que na Bahia não se admitia nau estrangeira senão por exceção, por reparo de avarias, água, provisões e perigo de naufrágio, o que não impedia um florescente contrabando, já que tais pretextos eram fáceis de ser invocados⁴⁷². Poderíamos dizer, parafraseando o mestre de Apipucos, “proibições para português ver”.

De modo que não era de admirar que houvesse tanta semelhança entre o Brasil colonial e a Índia portuguesa, nos séculos 17 e 18, favorecida pelo comércio, vivo e numeroso naquela época, e paradoxalmente fortalecida pela transferência deste agente poderoso da “reeuropeização” do Brasil que foi

⁴⁶⁷ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 605.

⁴⁶⁸ *Idem*, p. 558.

⁴⁶⁹ FREYRE, Gilberto. Ingleses no Brasil: Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 182.

⁴⁷⁰ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 559.

⁴⁷¹ *Idem*.

⁴⁷² FREYRE, Gilberto. Ingleses no Brasil, p. 181.

a Corte portuguesa, ao se deslocar para o Brasil grande parte do comércio da Índia com Portugal⁴⁷³.

Mas por pouco tempo. “O Oriente foi desaparecendo das casas de comércio, dos anúncios de jornal, do interior das casas, do traje e dos hábitos das pessoas”, em função, entre outros, da maior democratização dos artigos que as fábricas do Ocidente podiam produzir em quantidade, em prejuízo da qualidade ou da autenticidade⁴⁷⁴. Deixando de ser artesanato ou obra de arte para se transformar em produto industrial, no melhor estilo fordiano. Algo como o que ocorre hoje com os produtos vindos da China, que incluem até tapetes de arraiolo e imagens do padre Cícero, despidendo dizer que mais baratos. Mas houve resistências, como no caso das árvores orientais que, ao mesmo tempo que superavam as europeias pelo viço e pela fecundidade, rivalizavam com as nativas nesses mesmos quesitos, a ponto de se terem “naturalizado”: mangueiras, jambeiros, caneleiras, jaqueiras, coqueiros — da Índia, e depois da Bahia — e outros, que têm hoje em dia uma presença tão forte na paisagem brasileira que, em algumas áreas, o pau-brasil, o pau-d’arco, a baraúna e a aroeira é que parecem exóticos⁴⁷⁵.

⁴⁷³ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 603.

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 583.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 584.

Capítulo 7 – Oriente x Ocidente: a Monarquia e a reeuropeização do Brasil no século 19

O século XIX, renovando o contato do Brasil com a Europa — que agora já era outra: industrial, comercial, mecânica, a burguesia triunfante —, teve, para o nosso país, o caráter de uma reeuropeização. Em certo sentido o de uma reconquista. Ou de uma renascença — tal como a que se processou na Europa impregnada de medievalismo, com relação à antiga cultura greco-romana. Apenas noutros termos e em ponto menor⁴⁷⁶.

Esta reeuropeização, segundo o mestre de Apipucos, verificou-se de diversas maneiras. Pela assimilação, mais rara, e pela imitação, mais frequente; pela coação ou coerção, como a exercida pelos ingleses, que impuseram “uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados”⁴⁷⁷.

Ela teve aspectos positivos e negativos, mas, aparentemente, pode-se concluir que Gilberto Freyre estima que os aspectos negativos predominaram. Deu-se em três planos: o político, o econômico e o sociocultural, todos eles interligados e complementares. No que se refere ao plano político, predominou a influência da Inglaterra, que, ademais da pressão direta exercida sobre os interesses do Império, servia de modelo à oligarquia e ao próprio governo, inclusive no aspecto da moralidade, “tudo pelo critério de governanta inglesa”, como diria Freyre referindo-se ao segundo imperador brasileiro⁴⁷⁸.

Mas não foram somente os ingleses os agentes desta reeuropeização. Também houve influência francesa, mais românticamente liberal, ao passo que a inglesa era de sentido mais organizador. Uma e outra contribuíram

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 430 e 431.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 431.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 61 e FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical, p. 16.

para minar o patriarcalismo até então dominante, e para anular “a confiança recíproca que é o laço mais sólido das relações de família”, da família patriarcal ainda regida pelas Ordenações Filipinas⁴⁷⁹.

A entrada maciça de produtos ingleses e franceses na sequência da abertura dos portos, ao lado da incipiente industrialização do país, transformou consideravelmente a face de cidades como o Rio de Janeiro e o Recife que, apesar das péssimas condições de higiene de algumas áreas, eram mais limpas e se revestiam do brilho das companhias inglesas e das butiques francesas e passaram a ter mais prestígio que o campo, o que agravou ainda mais o conflito entre o mundo rural, da casa-grande e da senzala, e o urbano, moderno, dos sobrados e mocambos⁴⁸⁰.

Mas houve resistência à atuação dos negociantes ingleses, como prova artigo publicado no *Diário de Pernambuco* de 6 de outubro de 1831, em que se critica a arrogância dos estrangeiros que pretendiam ditar leis aos nacionais:

competirá porventura aos negociantes ingleses perguntar ao governo brasileiro o que ele pretende obrar sobre esta ou aquela coisa? Deixando de qualificar esse procedimento ousado nós o julgamos pedanteria dos seus autores, que, sem o menor conhecimento do Direito, tem a vaidade de presumir alguma coisa [...] Se a Independência do Brasil foi um título vão com que Pedro Bourbon procurara entreter o crédulo povo brasileiro, para mais seguramente escravizá-lo, ela se tornou realidade desde o dia 7 de abril do corrente ano de 1831 em que a Nação, conhecendo as perfídias desse português, o expeliu do seu território, estabelecendo um governo homogêneo e que não aspira, como ele, ser absoluto. Mas acostumados os estrangeiros a dar-nos a lei, como faziam no tempo do tirano, que deles precisava, não querem ainda desenganar-se de que esse tempo desaparecesse e que o Brasil é dos brasileiros, que não sofrerão que eles venham ditar-lhes a lei...⁴⁸¹.

⁴⁷⁹ FREYRE, Gilberto. Nordeste, p. 170; Sobrados e mocambos, p. 248.

⁴⁸⁰ SILVA, Valéria da Costa e. A modernidade nos trópicos, p. 300.

⁴⁸¹ FREYRE, Gilberto. Ingleses no Brasil, p. 355.

Mas havia aspectos positivos, como no caso da influência francesa, que significou para a gente brasileira um estímulo ao desenvolvimento nacional e despertou o sentido ou gosto universalista da cultura. A formação intelectual brasileira foi marcada pelo espírito francês, cuja influência se exercia quase sempre sem preocupação de exclusivismo, animada de um sentido universalista de valores humanos⁴⁸².

A cultura francesa ligou-se, dessa forma, de maneira particular, a vários aspectos, não só públicos e urbanos como íntimos e rurais, da vida brasileira durante o Império. Em obras de saneamento, os técnicos franceses se anteciparam aos ingleses, um deles tendo deixado o nome ligado ao primeiro tipo moderno de aparelho sanitário que a população do Recife conheceu. “Tudo se quer à francesa” dizia um jornal pernambucano de 1840, o célebre *O Carapuço*, diante das muitas obras dos técnicos franceses no Recife. Era a crítica popular ao afrancesamento de Pernambuco, tão acentuado com Francisco do Rêgo Barros — filho de senhor de engenho educado em Paris — na presidência da província⁴⁸³.

Falemos com mais detalhe de uma das maiores vozes de resistência a essa europeização dos costumes, que era a do mencionado padre Lopes Gama, o Carapuço, que, tendo-se conservado intransigente nos gostos e estilos de vida do seu tempo de menino criado pela avó, ainda em um século 18 ruralmente patriarcal, de “um Brasil sem carros de cavalo correndo pelas ruas, sem mecânicos ingleses manejando máquinas misteriosas, sem modistas francesas, sem doutores formados na França e na Alemanha, sem óperas italianas cantadas nos teatros, sem os moços tomando os lugares dos velhos”, indignava-se com as “jaquetinhas pelas virilhas”, “barbas e bigodes de mouro” (contradição?), “meias alcatifadas” usadas pelos “elegantes” que preferiam “um simples cortejo de cabeça assim por modo de lagartixa” a tomar a bênção aos pais⁴⁸⁴.

No mesmo jornal apareciam versos como os seguintes:

⁴⁸² FREYRE, Gilberto. A propósito do Quatorze de julho, *Diário de Pernambuco*, 18 de julho de 1954.

⁴⁸³ FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 19, p. 38.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, introdução à 2ª edição, p. 127.

Quão diverso vai o mundo,
Meu amigo, do que era!
Até cá, por estes matos
Outra lei pra tudo impera
Pasma de ver os matutos
Como andam gadelhudos
Já vestidos à francesa
Petimetres e barbudos
Já largaram os cachimbos
Trazem caixas de charutos
Até já cortam francês
Os nossos guapos matutos⁴⁸⁵.

Mas houve outro tipo de padre, tão brasileiro quanto aquele, muitas vezes maçom, que foi, ao contrário, “um dos instrumentos mais vivos de propagação da literatura romântica e da ideologia liberal, sobretudo a francesa⁴⁸⁶. E esta excessiva influência francesa, seja no cotidiano, seja nos meios intelectuais, foi causa também de antagonismos que chegaram a explodir em nativismos, como durante a Revolta Praieira, que foi não somente antilusitana, mas também antieuropeia⁴⁸⁷.

Houve, desse modo, resistências a essa reeuropeização, sejam elas de ordem material, sejam elas de ordem cultural. No primeiro caso, o clima, as doenças tropicais, verdadeiros elementos de resistência antieuropeia, alguns de origem “terrivelmente asiática ou africana”. Tais elementos moderaram a reeuropeização do Brasil, preservando o mais possível as cores e os traços extraeuropeus. É o caso da febre amarela que, poupando o nativo, não perdoava o europeu, sobretudo “o louro, de olhos azuis, sardas pelo rosto”. Mas esse persistiu, heroicamente, como afirma Gilberto Freyre, ou domi-

⁴⁸⁵ *Apud* FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 39.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 37.

nado pela ambição, e os mártires louros, embora tivessem perdido batalhas, venceram a guerra contra a febre amarela e o trópico⁴⁸⁸.

Essa “reconquista”, que se prolongou no tempo, os europeus legítimos tendo sido substituídos pelos quase europeus dos Estados Unidos⁴⁸⁹, alterou a paisagem brasileira em todos os seus valores e empalideceu “em nossa vida o elemento asiático, ou o africano ou o indígena, cujo vistoso de cor se tornara evidente na paisagem, no traje e nos usos dos homens”. Também na cor das casas, das cortinas dos banguês e das liteiras, dos xales das mulheres e dos ponchos dos homens, dos vestidos e das roupas; dos chinelos e das fitas; dos interiores de igreja etc.⁴⁹⁰

Tal “reeuropeização, sob a forma de urbanização”, começou a se manifestar desde o século 17, em ritmos diversos, em diferentes regiões do Brasil, quando, por exemplo, Pernambuco havia sido ocupado pelos holandeses. A área mineira esperaria até o século seguinte para começar a sofrer os impactos do processo, mas, somente na primeira metade do século 19, tornou-se força avassaladora nas principais cidades do país.

O problema principal para Freyre, na opinião de Ricardo Benzaquem, não seria o estrangeiro, o europeu em si, mas o fato de que os valores europeus passaram a se impor como um “modelo uniforme, inflexível e excludente”⁴⁹¹. Nesse sentido, o domínio holandês fora de certa maneira benéfico, pois possibilitara uma interpenetração de influências diversas, os conquistadores respeitando os conquistados, o que possibilitava um “saúdável sentido de ecumenismo”.⁴⁹² O que incomodava o mestre de Apipucos era a uniformização de hábitos, valores e temporalidade. “A modernidade franco-inglesa passou como um rolo compressor, apagando as alteridades e

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 432.

⁴⁸⁹ *Ibidem*. A esse propósito, Gilberto Freyre nota, em *Ordem e Progresso*, que o Brasil foi paulatinamente se “tornando adepto de vários ianquismos que lhe foram chegando sob a forma de máquinas, instrumentos agrários, tecidos, trabalhos em couro, julgados por engenheiros e técnicos superiores aos europeus” (*Ordem e Progresso*, 1º tomo, p. 147.)

⁴⁹⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 432.

⁴⁹¹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. “Raios e trovões: plasticidade, excesso e modernidade na obra de Gilberto Freyre. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: *Topbooks*, 2003, p. 248.

⁴⁹² SILVA, Valéria Torres da Costa e. *A modernidade nos trópicos*, p. 286.

organizando o mundo com base em princípios exclusivistas⁴⁹³. E o resultado foi que “tanto o Brasil autêntico, de conformação oriental, começa a desaparecer sob o verniz da civilização, como literalmente vai desaparecendo o colorido da vida brasileira”⁴⁹⁴. O Brasil se vitorianizou, dessa forma, ao longo do século 19, perdendo a vivacidade, a alegria e o colorido, já que as cores da “civilização” seriam tristes e fechadas: o cinza e o preto⁴⁹⁵. O Brasil assim se afastou de suas próprias tradições, “sabidamente adaptadas ao ambiente tropical”, agravando-se inclusive o quadro de mortalidade do país⁴⁹⁶.

O que Gilberto Freyre propõe aqui é uma verdadeira “sociologia cromática” para explicar o século 19 brasileiro, sobretudo o Segundo Reinado. Assim, para ele, tudo que dava um tom oriental e colorido à vida brasileira foi empalidecendo ao contato com a nova Europa; foi se acinzentando ao longo do século 19, a Europa impondo ao Brasil “o preto, o pardo, o cinzento, o azul-escuro de sua civilização carbonífera”⁴⁹⁷.

A sobrecasaca preta, as botinas pretas, as cartolas pretas, as carruagens pretas enegreceram nossa vida quase de repente; fizeram do vestuário, nas cidades do Império, quase um luto fechado. Esse período de europeização da nossa paisagem pelo preto e pelo cinzento — cores civilizadas, urbanas, burguesas, em oposição às rústicas, às orientais, às africanas, às plebeias — começou com dom João VI; mas acentuou-se com dom Pedro II. O segundo imperador do Brasil, ainda meninote de quinze anos, já vestia e pensava como velho; aos vinte e poucos era o monarca “mais triste do mundo”, na opinião de um viajante europeu. Parece que só se sentia bem dentro de seu *croisé* e de sua cartola preta; e mal, ridículo, desajeitado, sob o papo de tucano, o manto de rei, a coroa de imperador. Só se sentia bem-vestido à europeia; e de acordo com a civilização nova da Europa: a industrial, a inglesa, a francesa, a cinzenta⁴⁹⁸.

⁴⁹³ *Idem.*

⁴⁹⁴ *Ibidem*, p. 286 e 287.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, p. 287.

⁴⁹⁶ *Ibidem.*

⁴⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 433.

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 433.

Consequência ecologicamente e higienicamente negativa, os hábitos dos brasileiros se alteraram, numa imitação passiva dos trajes de climas frios e de “civilização parda e cinzentamente carbonífera”, gerando problemas tanto de estética quanto de higiene física e mental. Reprimiu-se um gosto de base fisiológica tradicional, adaptado aos trópicos, privilegiando-se o uso de tecidos espessos, felpudos, ideais para países de clima frio, e não para a zona do Equador, “mas que estava no interesse do novo industrialismo europeu sobre base capitalista e, portanto, estandardizador e uniformizador de costumes e trajes”⁴⁹⁹. O imperador dom Pedro II foi a figura, a representação paradigmática desse processo.

Nesse contexto, a presença vulcânica de dom Vital, de conservador ao mesmo tempo que revolucionário, mesmo breve, marcou o começo de um novo tempo e de um novo ritmo na vida do Império, “o início de um conjunto de alterações à sua rotina que podem ser consideradas tanto pelo volume como pela qualidade de alguns dos seus efeitos sobre o comportamento do clero, dos católicos e dos brasileiros em geral, uma fase de progresso católico”, relativo, como todo progresso do ponto de vista sociológico, mas que foi responsável por um maior aperfeiçoamento de conduta, pela maior aproximação entre os ideais religiosos ou éticos e as práticas sociais⁵⁰⁰.

Dom Vital não era homem de contentar-se com aparências. No que ele mais vivamente se empenhou foi exatamente em dar autenticidade à vida católica no Brasil, para que de longe não se supusesse Império verdadeiramente católico um país de padres mais ou menos burocratas, alguns ligados antes às lojas maçônicas que à própria Igreja e muitos deles pastores sem cajados, mas apenas de burgueses e confortáveis chapéus de sol, de uma população em grande parte conservada sem instrução religiosa. [...] Com um desasombro que poucos prelados teriam tido em circunstâncias como aquelas que teve de enfrentar [...] se lançou contra os padres assim transviados da sua missão como se eles, e não os protestantes estrangeiros já em operação no Brasil, e os feiticeiros africanos, que se infiltravam cada vez mais pelos

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 435.

⁵⁰⁰ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 574.

próprios lares católicos, corrompendo a pureza da sua fé, é que fossem o obstáculo principal ao desenvolvimento do catolicismo numa força de fato orientadora do pensar e purificadora do proceder dos brasileiros⁵⁰¹.

Por isso que, paradoxalmente, ele foi ao mesmo tempo um agente da reeuropeização, pela sua vertente ultramontana, e também um opositor a ela, por sua autenticidade brasileira. Com efeito,

é por isto que as suas casacas todas [as dos titulares do Império] se acinzentam quando no meio delas aparece — com seus exageros de padre educado na Europa, mas também com seus modos de filho de senhor de engenho — dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira — esse, sim, com alguma coisa de Imperador do Divino para os olhos do povo. Em volta do roxo de sua murça, titulares e conselheiros do Império ficam por um instante quase do tamanho de titulares e conselheiros de Eça. Antes de se tornar brasileiroamente mártir, seu vulto é o de um herói. Um dom Quixote vestido de capuchinho⁵⁰².

* * *

Em longo artigo no *Livro do Centenário (Diário de Pernambuco, 1925)*, intitulado “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”, Gilberto Freyre aponta um dos efeitos colaterais dessa reeuropeização feita por meio dos imigrantes europeus: a ausência, ou, pelo menos, o menor número de imigrantes no Nordeste fez dessa parte do país um “refúgio da alma do Brasil”, como dissera antes Oliveira Lima⁵⁰³.

Sob esse ponto de vista, as próprias febres malignas que até recentemente

⁵⁰¹ *Idem*, p. 575 e 576.

⁵⁰² FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzeno de uma terra de sol tropical, p. 18.

⁵⁰³ FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. In: FREYRE, Gilberto & outros. Livro do Nordeste (Comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco). 2ª edição. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

tornavam os portos do Nordeste tão temidos pelos europeus e norte-americanos, cheios de medos de mosquitos e “doenças tropicais”, permitiram que aqui se fortalecesse, mais do que no Sul, a brasilidade: o espírito, o sal, o tempero mais vivo que já se sente ir animando uma cultura distintamente brasileira, saída da região mais endogâmica do país para entrar em combinações novas com as energias de regiões mais exogâmicas. [...] Mello Moraes tinha razão ao atribuir à febre amarela importante papel de defesa nacional: apenas foi um processo macabro e humilhante de defesa do Brasil contra as infiltrações europeias ou norte-americanas demasiadamente rápidas ou temporãs [...] que [...] poderiam ter resultado em domínio fácil do Brasil por elementos que o teriam descaracterizado quando a sua cultura estava em esboço: incapaz de resistência; quase sem nenhum poder de assimilação dos valores industriais europeus e norte-americanos⁵⁰⁴.

Mudando um pouco o foco da questão, o que Gilberto Freyre lamenta, no declínio do patriarcado rural, é, sobretudo, o processo de afirmação exclusivista da “supremacia ou da superioridade do elemento europeu, senhorial e urbano, agora com um sentido nitidamente burguês, capitalista, francês e inglês de domínio” sobre os elementos nacionais, patriarcais e, de certa forma, tradicionais⁵⁰⁵.

Já no plano econômico, a europeização ocorreu nos setores do trabalho, do comércio e da indústria, e foi também fator de declínio da economia rigidamente patriarcal, inserindo-se no contexto do novo ritmo de vida, dos novos estilos de convivência, para os quais não estavam aptos “o artífice de engenho, o mulato livre, o operário da terra”⁵⁰⁶.

Os dois Pedros favoreceram assim a imigração de trabalhadores europeus, para o que disporia o Brasil de condições garantidas pela Constituição do Império, “de acolher com generosidade oficial imigrantes europeus, proporcionando-lhes garantias à sua vida e ao seu trabalho dificilmente encontradas por eles nas repúblicas da América espanhola”. Nesse sentido, como apontou

⁵⁰⁴ *Idem.*

⁵⁰⁵ SILVA, Valéria da Costa e. A modernidade nos trópicos, p. 293.

⁵⁰⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos, p. 463.

um viajante francês da época, Dutot, um dos aspectos positivos do Brasil como país acolhedor de estrangeiros seria a falta ou a menor incidência do preconceito contra o negro, como o que dominava nos Estados Unidos, que se opunha à mistura do descendente do europeu com o africano⁵⁰⁷.

No que se refere à indústria, foram os ingleses, pela mão de Mauá e pelas próprias, os responsáveis pela modernização das fábricas, da técnica e do transporte. O imperialismo inglês era, assim, político, naval e comercial, quase total, mas principalmente econômico, depois do regresso da Corte a Lisboa. “E esse próprio imperialismo econômico, a princípio absoluto, chegaria ao meado do século XIX, bem diverso, em suas atitudes para com o Brasil, do que fora nos dias de dom João VI e de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares”⁵⁰⁸.

No campo político parlamentar, os modelos dos oradores do Parlamento brasileiro eram os ingleses, imitados na maneira de falar, nos gestos e no próprio feitio da barba, as suíças inglesas. As citações em inglês começaram a competir com as citações em latim. Nas academias de Direito, estudava-se a economia política de Bentham e de Stuart Mill. Mauá, Paranhos, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Oliveira Lima, Eduardo Prado, entre outros “foram elementos elegantemente anglófilos em seus métodos de fazer ou de escrever História”⁵⁰⁹.

No plano sociocultural, por fim, a reeuropeização se deu nos diferentes aspectos da vida cotidiana. Nos novos estilos de vida, típicos da Europa burguesa, que eram tão contrários aos rurais e aos patriarcais: o chá, a cerveja inglesa, a botina Clark, o biscoito de lata, a roupa do homem menos colorida e mais cinzenta; a preferência pelo teatro em detrimento da Igreja; pela carruagem de quatro rodas em substituição ao cavalo ou ao palanquim, etc. Essas tendências eram encarnadas principalmente pelo bacharel que voltara com novas ideias e modas da Europa⁵¹⁰.

⁵⁰⁷ FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos, p. 6 e 8.

⁵⁰⁸ FREYRE, Gilberto, *Ingleses no Brasil*, p. 31.

⁵⁰⁹ *Idem*, p. 63 e 67.

⁵¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 712.

As próprias crianças tornaram-se martirezinhos das modas europeias de vestuário. Os maiores mártires — talvez se possa dizer. As meninas, sobretudo. Os figurinos do meado do século XIX vêm cheios de modelos de vestidos para meninas de cinco, sete, nove anos, que eram quase camisinhas-de-força-feitas-de-seda, de tafetá ou de *poit de chèvre*. Meninas de cinco anos que já tinham de usar duas, três saias, por cima das calçolas [...] Botinas de pelica preta até o alto da perna. Penas de perdiz enfeitando a gorra⁵¹¹.

Talvez por isso, ou apesar disso, a mulher, mais do que o homem culto, ofereceu maior resistência a essa europeização dos trajes, o vestido oriental, bordado a ouro ou prata competindo, durante a primeira metade do século 19, com o vindo de Paris ou feito por modista francesa. O chapéu europeu somente aos poucos substituiu o xale ou manto oriental, sem prejudicar os penteados também orientais das mulheres, mesmo sob o risco de ridicularização da parte dos mais ocidentalistas, como foi o caso do costume, tão ligado à mística da organização patriarcal da família, de as mulheres se cobrirem com mantilhas, mantas ou capotes⁵¹².

Outra área em que a reeuropeização atuou foi a da mobília. Substituiu-se um mobiliário que, “se não era o primor de estética, fazia-se respeitar pela antiguidade dos objetos”, por novidades às vezes de duvidoso valor e precário gosto⁵¹³. E também na substituição, ou tentativa de substituição de árvores, plantas e frutas asiáticas e africanas já aclimatadas, sobretudo nas cidades, pelos jardins de estilo europeu, de “árvores e plantas elegantes da Europa”, em contraste flagrante com a política portuguesa da época colonial, voltada para o enriquecimento da América lusitana pela implantação e aclimação de árvores, plantas e animais, também da Europa, mas sobretudo da Ásia e da África⁵¹⁴.

* * *

⁵¹¹ *Idem*, p. 436.

⁵¹² *Ibidem*, p. 593.

⁵¹³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 1º tomo, p. 102.

⁵¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*, p. 553, 584 e 585.

O Ocidente, a Europa, foi desse modo se assenhoreando do Brasil, quase como de uma semicolônia. E com a ajuda dos próprios brasileiros que, sobretudo os do litoral e das cidades, viviam sob a “obsessão dos olhos estrangeiros”, verdadeiros substitutos dos “olhos da Inquisição” ou dos “olhos do jesuíta” dos tempos coloniais, e provocadores de um temor e de uma preocupação parecidos. Esses olhos eram os olhos da Europa, do Ocidente burguês, industrial, carbonífero e cinzento, “com cujos estilos de cultura, modos de vida, composições de paisagem, chocaram-se as nossas, particularmente impregnadas de sobrevivências do Oriente”⁵¹⁵. Esses “olhos”, sobretudo os dos ingleses, é que viriam a governar o Brasil, não diretamente, por meio de seus agentes próprios, mas indiretamente, pelos portugueses e brasileiros anglófilos, como o conde de Linhares e o economista Silva Lisboa, defensores da implantação de um “Ocidente perfeitamente civilizado”, que era sobretudo o anglo-saxão⁵¹⁶.

O século 19 representou assim, no Brasil, o fim do “primado ibérico de cultura”, que nunca fora exclusivamente europeu, mas, em grande parte, impregnado de influências mouras, árabes, israelitas e maometanas. De influências do Oriente mescladas às do Ocidente. Os exemplos da Europa que, em campo de batalha brasileiro, vencia gradualmente a Ásia e a África são inúmeros. O importante a ressaltar é que a transição a um paradigma ocidental de cultura significa, na lógica gilbertiana, um empobrecimento da cultura brasileira⁵¹⁷.

⁵¹⁵ *Idem*, p. 554.

⁵¹⁶ *Ibidem*.

⁵¹⁷ SILVA, Valeria da Costa e. A modernidade nos trópicos, p. 284.

Considerações e sugestões

Gilberto Freyre confessa, no prefácio à segunda edição de *Casa-Grande & Senzala*, que não “teve o propósito de *concluir*, muito menos de *julgar* (os itálicos são dele)”, deixando aos “pensadores que desprezam de todo a pesquisa histórica e sociológica, a tarefa, por certo mais nobre e brilhante, de *concluir*”⁵¹⁸. No prefácio à quarta edição do mesmo livro, reproduz críticas contraditórias: “Não conclui, dizem uns, repetindo o grande mestre João Ribeiro. Conclui demais, dizem outros”⁵¹⁹. Reconhece, já no prefácio à décima nona edição brasileira, “que lhe faltam conclusões enfáticas [...], Mas, ao que parece, sem que as suas sugestões deixem de levar o leitor a conclusões sobre o Homem brasileiro, em particular, e o Homem em geral...”⁵²⁰.

Sem chegar aos extremos do mestre de Apipucos, optei por encerrar este trabalho de interpretação de uma faceta, espero, pouco conhecida de sua obra, não por conclusões — que aliás nunca são definitivas, mas por considerações e sugestões. E, em alguma medida, por repetições, vício estilístico confessado por Freyre em outra passagem de sua obra, mas que teria o objetivo pedagógico de ajudar o entendimento, pela reiteração.

E a primeira delas expressa de certa forma uma síntese do pensamento freyreano sobre a Independência, ao constatar que a pura Independência política não basta por si só para que um povo se constitua em nação autônoma. É necessário, adicionalmente, que ela seja acompanhada por uma autonomia cultural ou, em outras palavras, por um estilo nacional de vida.

1822 é assim um episódio de um processo amplo e complexo, de longa duração, que não teria, para Freyre, do ponto de vista sociológico, uma “importância máxima”. Acrescento que esse processo, ou esse movimento, como o denominaram tanto Gilberto Freyre quanto seu mestre Oliveira Lima, pode ser entendido no âmbito de um projeto político reformista

⁵¹⁸ FREYRE, *Casa-Grande & Senzala*, prefácio à 2ª edição, p. 487 e 488.

⁵¹⁹ *Idem*, prefácio à 4ª edição, p. 499.

⁵²⁰ *Ibidem*, prefácio a 19ª edição brasileira, p. 523.

que, iniciado em fins do século 18, visaria também à preservação do Estado monárquico absolutista, voltando-se contra as “perigosas inovações revolucionárias”⁵²¹. A própria mudança da Corte, fato sem precedentes na História da humanidade, fez parte dessa estratégia, mas teve um efeito “colateral”, a renovação do regime monárquico em geral e, em certa medida, o seu revigoramento, pela extensão dessa combatida forma de governo ao outro lado do Atlântico⁵²².

Trata-se, dessa forma, de um processo ao mesmo tempo revolucionário e conservador, como dizia Oliveira Lima em expressão que foi personalizada e generalizada por Freyre a diversas situações e personalidades.

A Independência foi, portanto, um processo de longa duração que, sob a forma de “autocolonização”, iniciou-se já no século 17. Os seus principais personagens, segundo Freyre, foram os paulistas, pelo seu papel na expansão do território, e os pernambucanos, os quais, ao expulsarem os holandeses em 1654, evitaram a fragmentação dele. Em ambos os casos, tratou-se de um processo de adaptação de instituições, valores e costumes europeus ao meio tropical e, por conseguinte, de miscigenação, não somente biológica, mas cultural e social. Exemplos paradigmáticos disso são a bandeira e a guerra brasílica.

Assim, para Freyre, desde o começo de sua colonização, o Brasil sofreu a influência de circunstâncias americanas, tropicais e extraeuropeias, no que pode ser considerado um “processo revolucionário”, que subverteu a rotina tradicional. Trata-se de um processo extremamente criativo e criador, em que se estabeleceu o equilíbrio de antagonismos entre os valores europeus básicos da formação sociocultural brasileira e os extremos de submissão a esses mesmos valores.

O papel de Pernambuco, nesse movimento, é pioneiro: iniciou-se, como visto, logo após 1654, quando os pernambucanos, tendo expulsado por sua conta os batavos, na frase de um governador-geral, “entendiam que podiam governar-se como República livre”, tendo expulsado inclusive um governador nomeado por el-rei e nomeado outro em seu lugar, sem que tal ato fosse

⁵²¹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. O império em construção, p. 9.

⁵²² *Idem*, p. 11.

objeto de punição. Prosseguiu em 1710, quando se instalou um arremedo de república oligárquica à moda de Veneza; teve continuidade no início do século 19 com a atuação das lojas maçônicas, das sociedades secretas e do Areópago de Itambé, para culminar com a Revolução de 1817, a primeira a se concretizar efetivamente, a primeira vez em que o grito de Independência foi dado em alta voz e espalhou-se mundo afora; e teve seu momento final antes da Independência formal, em 1821, com a Convenção de Beberibe, que antecipou em vários meses o Grito do Ipiranga, ao propiciar a expulsão definitiva, pela primeira vez no território do que seria o Império brasileiro, de governantes e tropas estrangeiras, no caso os portugueses, o que é um dos símbolos e características de uma nação independente e autônoma: a ausência de tropas e de governantes alienígenas em seu território. Pernambuco foi assim a primeira parte do Brasil a se “descolonizar” completamente.

É importante salientar que Gilberto Freyre, a exemplo de Oliveira Lima, nunca se limitou a ver Pernambuco com exclusividade, sem demonstrar interesse pelo restante do país. Ao contrário, procurou sempre ver a Nova Lusitânia como integrante e participante decisiva do todo nacional, e sem cuja participação o Brasil não existiria tal como é hoje, para o mal e para o bem. É assim que, nas suas análises, como nas do dom Quixote Gordo, destaca-se a participação pernambucana na formação nacional e no movimento da Independência, seja nas suas vitórias, como a de 1654, seja nas suas derrotas, como as de 1817 e 1824.

É nesse contexto que devem ser entendidas as suas apreciações sobre a monarquia. Freyre a considera o aproveitamento de um “passado útil” que possibilitou a unidade nacional e a integridade territorial, no que o nosso país se distinguiu de seus vizinhos hispânicos. Os brasileiros, dessa forma, conquanto sendo um povo americano, se inclinariam a combinar o moderno com a tradição, representada sobretudo pelo fato de ter constituído a única monarquia duradoura no Novo Mundo. Trata-se de uma combinação rara, na qual é possível fazer experiências modernas e permanecer leal “a certos valores básicos do seu passado”⁵²³.

Gilberto Freyre faz, assim, uma decisiva defesa da monarquia como o

⁵²³ FREYRE, Gilberto. O caráter nacional brasileiro, p. 374, e Ideias errôneas, p. 258.

melhor regime em 1822 e, eventualmente, em 1889, sendo capaz mesmo de combinar “solicitações de ordem” com “solicitações de progresso”. Tal monarquia, fruto desse processo de autocolonização que abasileirou o próprio sangue real europeu e que foi, para o mestre de Apipucos, ao lado da colonização portuguesa e católica, a responsável pela unidade nacional⁵²⁴, apresenta-se, sob a forma constitucional adaptada aos trópicos que assumiu no Brasil, como o governo ideal para evitar conflitos e uma eventual revolução⁵²⁵. Afinal de contas, como dizia um seu parente, por ele retratado sociologicamente, o velho Félix Cavalcanti, à época da Proclamação da República: “quem nos garante que o Brasil se torne uma Suíça e não uma outra Venezuela?” Observação tão atual que foi considerada por seu primo sociólogo como uma “das melhores coisas que se têm dito ou escrito a propósito da mudança do regime no Brasil em consequência do *pronunciamento* de 15 de novembro de 1889”⁵²⁶.

* * *

A Independência foi feita, paradoxalmente, com base na aristocracia quase feudal e antimonárquica por natureza, em troca do reconhecimento oficial do seu poder por meio dos títulos e outras benesses. Esta aliança não era automática, e às vezes a aristocracia rural e a urbana invertiam seus papéis. Note-se que a Coroa portuguesa e depois a brasileira, tradicionalmente, desde os inícios do reino de Afonso Henriques, sempre privilegiaram as cidades e os homens de comércio — esta inclusive é uma das bases da expansão ultramarina.

A mudança da Corte constituiu o ápice do processo de expansão da autoridade portuguesa no Brasil, mas também o símbolo de um “processo civilizador” comparável àquele estudado por Norbert Elias. Mas este processo de “urbanização” da aristocracia não era de mão única; houve recuos e persistências da tradição colonial; e as alterações foram relativizadas, havendo

⁵²⁴ FREYRE, Gilberto. Ideias errôneas, p. 258.

⁵²⁵ LYRA, Maria de Lourdes Viana. O império em construção, p. 15.

⁵²⁶ FREYRE, Gilberto. O velho Félix, introdução à 1ª edição, p. 43.

mesmo uma confusão entre as duas nobrezas, os comerciantes tornando-se proprietários rurais. Havia, assim, uma zona cinzenta, uma indefinição entre as partes. Esse processo de “desruralização” e de sofisticação da família patriarcal no meio urbano pode ser identificado, de forma pitoresca, nos nomes que passaram a ser adotados, os gregos e os romanos, “cheios de erudição profana”; com “certo travo de paganismo e até de irreverência pela tradição católica”, como o havia denunciado o padre Lopes Gama, já nosso conhecido. A partir de certo momento, começou-se a batizar os filhos como Licurgo, Demócrito, Heráclito, Tales e Teócrito, ao invés dos “Antônios que ficavam Tonicos e Toinhos, os Franciscos que ficavam Chicos, os Pedros que ficavam Pepês, Pedrocas, Pedrinhos” [...] as Marias da Conceição, as Marias da Anunciação”, etc. Nomes de santos, de santas, de Nossa Senhora, da História Sagrada, “de folhetos aprovados pelas autoridades eclesiásticas. Nomes repetidos das mães, das avós, das bisavós, dos primeiros tempos coloniais”⁵²⁷.

* * *

Para Gilberto Freyre, o Brasil não teve uma Revolução com R maiúsculo, rubra, singular, grandiosa; mas um processo revolucionário composto de vários movimentos, médios e pequenos, “deficientes em dramaticidade espetacular”, porém significativos como expressão sociológica. A Independência, dessa forma, provou o quanto uma revolução libertária pode ser efetiva com um mínimo de violência e de rancor. Note-se que essa afirmação, ousada sem dúvida, é cada vez mais contestada pela historiografia. Estabelece-se, portanto, o contraponto dessa visão freyreana com as de José Honório Rodrigues e outros.

Mas a visão do mestre de Apipucos sobre o processo revolucionário vai muito além do seu aspecto político. Trata-se de um processo de transformação social, de uma revolução, mais que política, cultural, econômica e até mesmo estética. De um movimento revolucionário que se desenvolve de “uma forma suavemente brasileira”.

Ele aplica ao processo revolucionário — moderadamente, mas constan-

⁵²⁷ *Idem*, introdução, p. 56.

temente revolucionário —, que evita as atitudes e os extremos explosivos e privilegia a tendência para uma relativa estabilidade, o seu conceito clássico de “equilíbrio de antagonismos”, amortecidos e harmonizados pela confraternização e pela mobilidade social do Brasil. O que não exclui “os relapsos de furor selvagem, ou primitivo, de destruições”, como era o caso dos cangaceiros e de algumas revoltas do período regencial. Seguiu, nesse ponto, Silvio Romero, no que pode ser considerada uma antecipação da teoria do homem cordial, de Sérgio Buarque de Holanda. Nesse sentido, para o sociólogo pernambucano, a revolução brasileira se deu de modo efetivo, mas suave.

Ele utiliza, no estudo desse processo revolucionário, algumas premissas interessantes, entre as quais se destacam:

1. as classes humildes participantes de algumas dessas revoltas fizeram uma interpretação simplista da Revolução Francesa e da Americana; é o caso, por exemplo, dos alfaiates da Conjuração Baiana de 1798, e da atuação de Pedroso, em 1817, em Pernambuco, quando quis reeditar o “Terror” em menor escala;
2. houve dois tipos de movimentos: o tradicional e telúrico, e o afrancesado e intelectual;
3. houve um forte componente social em alguns desses movimentos;
4. a própria Maçonaria, tão importante no processo revolucionário, tinha um aspecto notadamente patriarcal, pois não incluía as mulheres;
5. em uma perspectiva mais ampla, o próprio processo revolucionário às vezes não abrangia toda a sociedade, pois excluía mulheres, escravizados, negros etc.

As tentativas de fazer a República e a Independência, anteriores a 1789, de responsabilidade de “revolucionários rústicos”, pecavam pela falta de direção intelectual, protagonizada em eventos posteriores geralmente por algum bacharel ou clérigo mais esclarecido. Tal mudou com a Inconfidência Mineira, de 1789, e sobretudo com a Revolução Pernambucana, de 1817, que, para Freyre, teve por objeto um “progresso” que se conciliasse com a “ordem” necessária.

No que se refere à intelectualidade propriamente dita, deve ser destacada a figura de Arruda Câmara, que foi um dos doutores e bacharéis forma-

dos na Europa que conseguiram reunir a “teoria europeia a qualidades de curandeiros dos nossos males sociais por processos brasileiros”, como seria o caso também de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Uma das características desse processo revolucionário foi o temor da elite revolucionária pelos acontecimentos de São Domingos. Aqui a figura principal é a do mulato Pedroso, que teve atuação marcante em Pernambuco no período que vai de 1817 a 1823, como líder mestiço das classes mais humildes da sociedade, cujas lealdades nunca foram integrais e que estavam divididas entre os grupos. Outro aspecto dessa luta é o confronto entre campo e cidade.

Outra constatação de Gilberto Freyre tem a ver com essas “lealdades cambiantes”. Com efeito, para ele, havia sempre reminiscências e permanências, e de um sistema longamente dominante numa época nem tudo desaparecia. Ao contrário, os radicais e os fanáticos quase sempre passavam pelo dissabor de ver os filhos adorarem os salvados do incêndio que os pais haviam ateado.

Mas o verdadeiro processo revolucionário era menos ostensivo, mais à José Bonifácio que a Pedro I, desenvolvido pelos brasileiros por meio de seus próprios estilos de vida e de democracia econômica, social ou étnica, para além de política; era um processo mais de criatividade em termos nacionais que de revoluções explosivas e sangrentas.

Nesse sentido, o Brasil, tão americano, liberal e democrático em alguns aspectos, era também “classicamente europeu” em outros, por conta de sua “herança peculiar na América”: a monarquia. Entre outras peculiaridades, esta última lhe havia propiciado o estímulo para a solução legalista, pacífica e civil dos problemas, ao contrário de seus vizinhos hispânicos. E aqui assume papel fundamental a figura de José Bonifácio, pelo “sentido de todo diferente dos vizinhos” que havia dado à Independência do Brasil, no que pode ser considerada uma solução tropical, lusotropical e extraeuropeia, que uniu uma instituição formalmente europeia como a monarquia a um ambiente extraeuropeu, com as adaptações necessárias.

Trata-se de uma solução mista de revolucionário e conservador, fruto do equilíbrio de antagonismos entre as tendências aparentemente arcaicas

e as potencialmente pós-modernas. É por essa e outras que o Brasil é uma nação única no mundo, una e plural no seu modo nacional de ser.

Entre as singularidades da monarquia brasileira, ganha destaque a de não ser radical em sua forma de romper com o passado; a sua capacidade de unificar, e não suprimir, diferenças regionais de cultura. A própria opção pela monarquia já constitui em si uma singularidade no continente, e mesmo uma singularidade entre as monarquias, ao se adotar pioneiramente o Poder Moderador, indicado para “reis que preferissem governar a somente reinar”, o que não é exatamente o paradigma de um monarca constitucional.

Outra singularidade seria que a monarquia aqui era ecologicamente brasileira em seu ritual e em sua estética, e que os títulos de nobreza não eram hereditários. Trata-se de um verdadeiro “sincretismo monárquico”, o que se reflete sem dúvida na consagração folclórica que a monarquia recebeu.

Entre as singularidades negativas, destaca-se a sua dependência do trabalho escravo. Mas, singularidade dentro da singularidade, o relativo bom tratamento dos escravizados e a possibilidade de ascensão social para eles e para os negros e mestiços libertos. E aqui vem uma das afirmações polêmicas do mestre de Apipucos, fundamentada nos relatos dos viajantes estrangeiros: a de que o escravizado tinha melhores condições de vida que alguns operários ingleses e que os escravizados das Américas inglesa e espanhola. Daí, adviria, segundo Freyre, o paradoxo de que a escravidão havia demorado mais a ser abolida no Brasil porque ela era aqui mais suave e benigna do que em outras partes. Mas tal benignidade, alerta ele, deve ser admitida sempre em termos relativos. “Senhor é sempre senhor”, conclui.

Em um país em que até o nativismo literário e político era de extração europeia, outra singularidade era a ascensão do bacharel, protagonista da substituição rápida e brusca da sabedoria prática e do bom senso dos velhos administradores e patriarcas pela inexperiência e saber teórico dos letrados puros. “Fácil e inexaurível erudição à margem dos fatos e das coisas”, diria Gilberto Amado.

Outra singularidade: o cultivo da música por brancos e mestiços, o que havia propiciado uma certa “unificação pelos ouvidos” de brasileiros de várias origens em um brasileiro de um só sentir, “numa síntese sonora de antagonismos e contradições”.

* * *

Para Freyre, a Abolição acarretou mais mudanças sociológicas e econômicas do que a própria República. Nesse sentido, foi um divisor de águas mais importante que o 15 de novembro, mas, contraditoriamente, não significou a solução do gravíssimo problema nacional que fora seu motor. Com efeito, a questão social não poderia ser resolvida por uma simples lei de abolição. Esta, por outro lado, se de um lado legitimou um novo tipo de relações entre os extremos da sociedade, por outro foi “lírica” demais.

Abolição e República foram, dessa forma, o fecho de um ciclo caracterizado pela decadência do patriarcalismo, por conta da urbanização, do centralismo e da ordem do Segundo Reinado. O Brasil tornou-se “abstrata e retoricamente” livre pelo Treze de maio. No entanto, os escravizados repentinamente livres que vieram para as cidades, sem formação e sem ofícios adequados, sem instrução em suma, foram desprezados pelo Estado, pela Igreja e por particulares. Tornaram-se párias, dos quais descenderam outros párias, desprovidos de condições de ascenderem econômica, social, cultural e politicamente. Tal foi o resultado da ausência de “realistas” que completassem os “líricos”, os “festivos” e os “retóricos” de 1888. A possível exceção seria Joaquim Nabuco, um “transabolucionista” frustrado nos seus empenhos de reforma social por uma República indiferente⁵²⁸.

* * *

O sentimento de ruptura, à época da Proclamação da República, restringia-se a uma parcela reduzida da elite, para quem o futuro do Brasil deveria ser americano e “democrático”. Aqui entra em cena o conceito de “república ou democracia coroada”, atribuído entre outros a Joaquim Nabuco, o qual pode ter duas interpretações, uma negativa e outra positiva.

Pela negativa, constata-se que o Império se degradara de tal modo, tanto na sua substância quanto na sua forma, que o próprio Imperador comportava-se mais como um republicano do que como um monarquista. Dom

⁵²⁸ FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios, prefácio à 2ª edição, p. 36.

Pedro II, com efeito, havia sido o grande culpado por essa situação contraditória, pois era, pelas suas próprias qualidades domésticas, a negação do chefe de Estado reclamado pelas circunstâncias brasileiras. Freyre destaca nesse aspecto a meninice triste e controlada do segundo imperador — aliás, tema recorrente na sua obra sobre o século 19, o que o havia tornado um adulto precoce e, mais que isso, “cinzento”, como a sociedade brasileira após a sua reeuropeização.

O mestre de Apipucos inicia, dessa forma, uma crítica áspera ao segundo monarca brasileiro, chegando a fazer uma defesa parcial do mundanismo que faltava à corte de dom Pedro II, pelo desenvolvimento que propiciaria às belas letras e às belas artes. Era isso o que faltava em certa medida, para Freyre, à corte do Segundo Reinado, bem como os “contrastes políticos fortes e definidos” na política imperial. A crítica estende-se à própria Conciliação, tão elogiada pela maioria dos historiadores, por haver uniformizado as tendências políticas. Para Freyre, o Brasil político, tanto quanto o econômico, era dominado pela monocultura, a da terra e a das ideias políticas. Foi esse espírito paisano, essa “espécie de calvinismo político”, que fez apodrecer o trono.

Mas há também a interpretação positiva do conceito, que é a de Joaquim Nabuco. Por ela, a Monarquia se havia distinguido de seus vizinhos pela implementação dos princípios verdadeiramente republicanos, verdadeiro porto seguro contra a instabilidade política, o caudilhismo e as ditaduras militares.

O fato é que a Monarquia brasileira constituía um “império um tanto república”, presidencial e não parlamentarista, por meio de uma simbiose liberal-patriarcal e autoritária-democrática. Novamente o equilíbrio de antagonismos. Seria, nesse sentido, a concretização do sonho de Bolívar, e “uma civilização de ritmo lento” que era respeitada por “civilizações de ritmo acelerado”, como a dos Estados Unidos e a de parte da Europa.

É, por isso, que a República nasceu, no Brasil, impregnada e penetrada pela Monarquia, indo inclusive buscar, entre os titulares desta, alguns dos seus melhores colaboradores. Verdadeiro prolongamento sociológico do regime desposto, mesmo que com algumas correções de rumo, não admira que houvesse entre alguns dos republicanos, e mesmo na população, uma

certa nostalgia monárquica, que se estendia desde os ex-escravizados e os sertanejos de Canudos, que haviam perdido seus protetores, até a parte da elite, que havia perdido suas referências. Trata-se ainda mais da nostalgia, ou mesmo da saudade, quase doentia, de um passado monárquico, mais autêntico que o “industrialismo artificial” da República, que se estendeu bem além República adentro. Com efeito, o Brasil menos esclarecido continua a sentir a vaga necessidade de pais que o governem paternalmente, que o castiguem e disciplinem, acrescenta Freyre.

Esta é uma opção, além de filosófica, metodológica do autor: a tentativa de criar uma “nostalgia do passado” para melhor compreendê-lo, reconstituí-lo e interpretá-lo.

* * *

O Brasil dos meados do século 19 era constituído de vários Brasis, diversos regionalmente e diferentes quanto à época ou ao tempo vivido pelos vários grupos da população. Esta é uma constatação de Gilberto Freyre feita em um dos seus primeiros textos publicados, o *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, mas que perpassa toda sua obra.

As divergências regionais eram provocadas pelas condições físicas, que podiam aprofundá-las a extremos perigosos. Nesse contexto, latifundiários e sertanistas eram zelosos da autonomia local e quase chegavam a ser separatistas, se não se lhes sobrepusesse o poder monárquico, que foi o responsável pela unificação dessas energias regionais.

Com efeito, durante o período colonial, a Coroa buscou evitar que uma consciência nacional se sobrepusesse às diversas consciências regionais, mas não ao ponto de sacrificar-se a unidade essencial propiciada pelo catecismo católico, pelas ordenações, pela liturgia católica e pela língua portuguesa, entre outras. Tal consciência nacional, pode-se dizer, tinha sede em Lisboa. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, nada a estranhar que esta consciência nacional se tivesse também transferido.

Gilberto constata que, se há diversos Brasis, há também diversos “progressos”, e não um “progresso” linear; e a ordem brasileira, da mesma forma, não é monolítica e única, mas uma variedade de ordens que formam o siste-

ma nacional, a um tempo uno e plural. Trata-se aqui de outro conceito básico freyreano, o da unidade na diversidade, ou seja, da diversidade regional num contexto de unidade nacional, que é o segredo da identidade brasileira. Mais uma vez, o conceito básico de Freyre, o de equilíbrio de antagonismos, a que se acrescentaria no caso o de centralização e descentralização.

O mestre de Apipucos, a esse último propósito, ressalta, entretanto, que o problema da centralização excessiva do Império se deveria menos ao imperador que à sistemática das relações das províncias com a Corte, semelhante em vários aspectos às que existiam com a Metrópole.

* * *

Freyre aponta, entre os fatores da unidade nacional, a família patriarcal, a língua portuguesa e a monarquia, esta última com papel preponderante, inclusive porque constituía a singularidade com relação ao resto do continente, desunido. Os escravizados africanos também foram fator importante de unificação, não só da economia, mas da sociedade e da cultura brasileira. Note-se que o sociólogo pernambucano não faz referência, nesse aspecto, aos indígenas. A sociedade patriarcal também foi um elemento de unificação, ao lado da migração de escravizados, e da migração de parte da elite.

Tal unificação, portanto, foi feita não somente por meios políticos e administrativos, mas também, e sobretudo, por “ocorrências” e “recorrências” extrapolíticas de importância sociológica. Nesse aspecto se destaca a miscigenação, poderoso agente unificador, capaz de amortecer e de harmonizar antagonismos.

A forma monárquica de governo, em resumo, concorreu para que a Ordem, transformada em mística política e social, se confundisse, no espírito dos brasileiros, com a mística da unidade nacional e da integridade territorial. Essa mística, também consagrada pelo folclore, foi um fator decisivo de unidade nacional.

* * *

O Brasil é uma expansão da civilização europeia na América, mas de

uma Europa mais maleável e mais aberta às circunstâncias, mais adaptável aos contextos americanos, tropicais e extraeuropeus.

Formou-se, assim, num equilíbrio entre a tendência de continuar preso a valores europeus básicos e àquela de reagir contra os extremos de submissão a esses valores. Surgiu a partir daí uma civilização, fruto do esforço iniciado pelos portugueses e continuada pelos próprios brasileiros. Tal civilização privilegia a miscigenação, não só biológica como espiritual, social e cultural, e a interpenetração de culturas. Os portugueses, já de si mestiços, contaram nesse processo com o auxílio dos africanos, verdadeiros “co-colonizadores”, e da religião católica, a qual adquiriu em terras brasileiras aspectos de um cristianismo mestiço, aglutinante, como havia sido o medieval. Esta é a civilização que Gilberto Freyre denominou lusotropical.

É nesse contexto que se coloca em debate, entre outros, a influência oriental, o “orientalismo” do mestre de Apipucos, que é diferente e anterior àquele que seria consagrado por Edward Said. Nesse sentido, Freyre nota que, de início, o primado português de cultura nunca foi exclusivamente europeu, por conta das influências que durante quase um milênio os árabes e mouros exerceram na Península Ibérica.

A sociedade e a vida portuguesa, tanto quanto a brasileira, conservaram bem fortes, até os princípios do século 19, essa influência oriental. No caso do Brasil, só a partir dessa época efetuou-se o que o sociólogo pernambucano denominou a “reeuropeização”, a “reconquista” ou o “renascimento” do Brasil, mas não sem que houvesse resistências e permanências.

Ela verificou-se pela assimilação de valores e interesses europeus do Norte, mas sobretudo pela imitação, às vezes forçada pela coerção e coação exercida sobretudo pelos ingleses. A reeuropeização confunde-se, em certa medida, com a urbanização do país e empalideceu o seu elemento oriental e colorido, substituindo-o pelos tons cinzentos e carboníferos da sociedade burguesa industrial.

Freyre ressalta que, conquanto atingisse seu ápice em meados do século 19, a reeuropeização foi um processo de longa duração, iniciado já no século 17 pelos holandeses em Pernambuco, e que se desenvolveu em ritmos diferentes por todo o território.

Mas seus efeitos mais deletérios se fizeram sentir no século 19. Com

efeito, a crítica principal a esse processo, que também tinha seus aspectos positivos, reside em que, sobretudo no Segundo Império, ele se caracterizava pela excludência de outras possibilidades e opções e pela uniformização de hábitos, valores e temporalidades que provocava, o que não acontecia antes.

O sociólogo pernambucano põe em marcha nesse sentido uma verdadeira “sociologia cromática” do século 19 brasileiro, sobretudo do Segundo Reinado, em que se opõe o colorido oriental e tropical ao cada vez mais predominante cinza da civilização burguesa-industrial e carbonífera. Dom Pedro II foi a representação paradigmática desse processo que, como já mencionado, teve aspectos positivos e negativos, e que se desenvolveu em três planos: o político, o econômico e o sociocultural.

Esse Ocidente cinzento foi-se assenhoreando do Brasil quase como se tratasse de uma semicolônia, guardada e vigiada constantemente pelos “olhos estrangeiros”, que eram sobretudo os norte-europeus e norte-americanos. Isso, para o mestre de Apipucos, significou um empobrecimento notável da cultura e da sociedade brasileiras.

Nesse contexto, a resistência maior a essa uniformização e reeuropeização viria do que seria o Nordeste, pelo menor afluxo de imigrantes norte-europeus — o que não significa que nessa região a presença europeia não fosse também marcante —, mas sobretudo pelas suas tradições culturais, que lhe garantiam a condição de “refúgio da alma do Brasil”, como dizia Oliveira Lima, citado por Gilberto Freyre.

Obras de Gilberto Freyre utilizadas

- FREYRE, Gilberto. A beleza e a dignidade da liturgia — sob o pseudônimo Antônio Ricardo. *A Província*, 3 de abril de 1929.
- FREYRE, Gilberto. A propósito do conceito de pátria. *Diário de Pernambuco*, 1970, edição nº 00215.
- FREYRE, Gilberto. Ainda acerca da Balaiada. *Diário de Pernambuco*, 15 de março de 1949.
- FREYRE, Gilberto. Ainda a propósito do 13 de maio. *Diário de Pernambuco*, 3 de junho de 1973.
- FREYRE, Gilberto. Ainda sobre maternalismo na formação brasileira. *Diário de Pernambuco*, 31 de dezembro de 1950.
- FREYRE, Gilberto. Alguns aspectos do desenvolvimento social da América portuguesa. In: FREYRE. *Palavras repatriadas*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- FREYRE, Gilberto. A propósito de José Bonifácio. Conferência proferida no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1º de junho de 1972, e publicada, sob a forma de ensaio, na revista *CULTURA*, do MEC, Brasília, nº 6, abril-junho, 1972. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1972.
- FREYRE, Gilberto. A propósito do Quatorze de julho. *Diário de Pernambuco*, 18 de julho de 1954.
- FREYRE, Gilberto. A propósito do Grito do Ipiranga: uma interpretação sociológica da independência brasileira. In: FREYRE, Gilberto. *Independência brasileira — um processo de criatividade sociocultural*. Recife: Comissão das Comemorações do Sesquicentenário, 1972.
- FREYRE, Gilberto. As forças armadas e o Brasil. In *Pessoas, coisas & Animais*. O Cruzeiro, 19 de novembro de 1963.
- FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. In: FREYRE, Gilberto & outros. *Livro do Nordeste (Comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco)*. 2ª edição. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

- FREYRE, Gilberto. Aspectos religiosos da formação do Brasil. *O Jornal*, 6 de julho de 1942.
- FREYRE, Gilberto. A unidade nacional do Império. In: MONTELLO, Josué (dir.). História da Independência do Brasil. Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Volume IV. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.
- FREYRE, Gilberto. Brasis, Brasil e Brasília. Sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural. Rio de Janeiro: Gráfica Record, 1968.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala. Edição crítica. Coleção Archivos. Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José; ALLCA XX, 2002.
- FREYRE, Gilberto. Conferência no ciclo “1776-1976 — O Bicentenário da Revolução americana”. Brasília: Câmara dos Deputados, 1976.
- FREYRE, Gilberto. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados por ocasião do centenário da Praieira. Publicado no *Diário de Pernambuco* em 12 de novembro de 1948.
- FREYRE, Gilberto. Discurso sobre Pedro de Araújo Lima. *Diário de Pernambuco*, 3 de abril de 1942.
- FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical. Reedição da conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos. Petrópolis: 1970.
- FREYRE, Gilberto. Em torno da formação política do Brasil. *Diário de Pernambuco*, 11 de julho de 1965.
- FREYRE, Gilberto. Em torno da significação sociológica da Restauração de 1654. In: Documentário Ilustrado do Tricentenário da restauração Pernambucana, 1654-1954.
- FREYRE, Gilberto. Forças Armadas: uma força suprapartidária na vida pública brasileira. *Diário de Pernambuco*, 5 de abril de 1964.
- FREYRE, Gilberto. Discurso de posse no IAHGP.
- FREYRE, Gilberto. Ideias errôneas sobre o Brasil. In: FREYRE, Gilberto.

- Palavras repatriadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil. Aspectos da Influência Britânica sobre a Vida, a Paisagem e a Cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- FREYRE, Gilberto. Meu caro colecionador de pronunciamentos gilbertianos. *Diário de Pernambuco*, 10 de outubro de 1982.
- FREYRE, Gilberto. Modernidade e Modernismo na Arte Política. In: FREYRE, Gilberto. 6 Conferências em busca de um leitor.
- FREYRE, Gilberto. Nação e exército. In: FREYRE, Gilberto. 6 Conferências em busca de um leitor.
- FREYRE, Gilberto. Nação e Forças Armadas. *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1964.
- FREYRE, Gilberto. *New World in the tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York: Alfred A. Knopf, 1966.
- FREYRE, Gilberto. Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro/Recife: José Olympio/Fundarpe, 1985.
- FREYRE, Gilberto. O Brasil em face das Áfricas Negras e Mestiças. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas, 1962.
- FREYRE, Gilberto. O caráter nacional brasileiro no século XX. In: FREYRE, Gilberto. Palavras repatriadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Tentativa de interpretação antropológica, através de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 4ª edição revista. São Paulo: Global, 2010.
- FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime do Trabalho Livre. Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República. 1º Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso. Processo de Desintegração das So-

- iedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime do Trabalho Livre. Aspectos de um Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República. 2º Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: FREYRE, Gilberto. 6 conferências em busca de um leitor. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1965.
- FREYRE, Gilberto. O Velho Felix e suas Memórias de um Cavalcanti. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- FREYRE, Gilberto. Prefácio a MARTINS, Luís. O patriarca e o bacharel. São Paulo: Alameda, 2008.
- FREYRE, Gilberto. Região e tradição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- FREYRE, Gilberto. Rurbanização: que é? Recife: Massangana, 1982.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- FREYRE, Gilberto. Vida social no Brasil nos meados do século XIX. 4ª edição revista. São Paulo: Global, 2008.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Gilberto Freyre e a invenção do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- ALCANTUD, José Antonio González. La orientalidad ibero-americana en perspectiva antro-po-histórica. De Herculano a Freyre. In: ESPINA-BARRIO, Ángel-Baldomero; LIMA, Mario Hélio Gomes de. GONZALEZ-VELASCO, Pablo (org.). Iberotropicalismo: a Hispanidade, os Orientales e os Ocidentales na obra de Gilberto Freyre. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2022.
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. O Patriarcalismo e a Vida Urbana. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de (org.). Quem somos nós? 60 anos de Sobrados e mocambos. Recife; FJN/Ed. Massangana, 1996.
- ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. Guerra e paz. Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. “Raios e trovões: plasticidade, excesso e modernidade na obra de Gilberto Freyre. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). Nenhum Brasil existe. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- BASTOS, Elide Rugai de. As criaturas de Prometeu. São Paulo: Global, 2006.
- BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e o não europeísmo da sociedade ibérica. In: QUINTAS, Fatima. A Obra em tempos vários — livro comemorativo dos 95 anos de nascimento de Gilberto Freyre. Recife: FJN, Ed. Massangana; Centro Cultural Brasil-España do Recife; Agencia Española de Cooperación Internacional; Prefeitura da Cidade do Recife, 1999.
- BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e o Pensamento hispânico. São Paulo: EDUSC, 2003.
- BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a História cultural. In: LUND, Joshua e

- McNee, Malcom (eds.) Gilberto Freyre e os estudos latino-americanos. Pittsburg: Universidade de Pittsburg, 2006.
- BURKE, Peter, PALLARES-BURKE, Maria Lucia. Repensando os trópicos. Um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: ed. Da UNESP, 2009.
- CARVALHO, Alfredo. Os motins de fevereiro de 1823. In: CARVALHO, Alfredo de. Estudos Pernambucanos, 2ª edição. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.
- CAVALCANTI, Paulo. Eça de Queiroz, agitador no Brasil. Segunda edição, revista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- Confrontos e comentário: Revoluções Gêmeas: 1817-1824. *Diário de Pernambuco*, 2 de julho de 1924.
- COUTINHO, Odilon Ribeiro. Gilberto Freyre ou o *Ideário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks; Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2005.
- DELGADO, Luís. Antecipação da Independência de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, caderno especial, setembro de 1972.
- DENIS, Ferdinand. *La Revolution de Pernambuco*. In: *L'Univers, ou histoire et description de tous les peuples, de leurs religions, mœurs, coutumes, etc.*, em sua edição dedicada ao Brasil, Paris: Firmin Didot & Frères, 1839. p. 258-266).
- Diário de Pernambuco*, 11 de dezembro de 1969. Pesquisadas na França as ligações de Napoleão Bonaparte com Pernambuco.
- Documentos históricos, vol. IX, p. 212-216, *apud* MELO, Mário. “Antecedentes da autonomia em Pernambuco”.
- LARRETA, Enrique Rodriguez. Gilberto Freyre uma biografia cultural. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- LIMA, Luís Costa. A versão solar do patriarcalismo. In: LIMA, Luís Costa. A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa. São Paulo: Rocco, 1989.
- LIPPI, Lucia. “Ordem e progresso em Gilberto Freyre”. In KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.), LEPINE, Claude (org.), PEIXOTO, Fernanda Areas (org). Gilberto Freyre em quatro tempos. São Paulo UNESP, 2003.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. O império em construção. Primeiro reinado e Regência. São Paulo: Atual, 2000.
- MATTOSO, Katia de Queirós. “Bahia, 1798: os panfletos revolucionários.

- Proposta de nova leitura. In: MATTOSO, Katia M. De Queirós. Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.
- MAXWELL, Keneth. Conjuração mineira. In: SCWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. (org.). Dicionário da República — 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo gilberteano. In FALCÃO, Joaquim, ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O Imperador das ideias. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Prefácio a A fronda dos mazombos — nobres contra mascates — Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Revolução Pernambucana de 1817. In: SCWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. (org.). Dicionário da República — 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. O imaginário da Restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELO, Mário. “Antecedentes da autonomia em Pernambuco”. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, volume XL, 1945.
- PEREIRA, Nilo. O seminário de Olinda e a Independência. *Diário de Pernambuco*, caderno especial, 7 de setembro de 1972.
- RÊGO, José Lins do. “O próximo livro de Gilberto Freyre”. In: FONSECA, Edson Nery da. Casa-Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco, 1985.
- RODRIGUES, Jose Honório. Casa-Grande & Senzala, um caminho novo na historiografia. In: Gilberto Freyre: Sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962.
- SAID, Edward. Orientalismo — O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

- SCHWARTZ, S. In FALCÃO, Joaquim, ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O Imperador das ideias. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. A Independência e os partidos. In: Obra política de José Bonifácio, vol. I, p. 34-36, *apud* CALDEIRA, Jorge (org.). José Bonifácio de Andrada e Silva. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- SILVA, Valéria Torres da Costa e. A modernidade nos trópicos: Gilberto Freyre e os debates em torno do nacional. Recife: Carpem Diem Edições e Produções, 2009.
- VALIM, Patrícia. Conjuração Bahiana. In: SCWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. (org.). Dicionário da República — 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Sobre o autor

André Heráclio do Rêgo, diplomata e historiador, doutor pela *Université de Paris Ouest Arch de la Défense*. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto do Ceará e da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

SENADO FEDERAL



Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br